

# Ciência&Ambiente



**Habitação Social e Sustentabilidade**

# Sumário C&A 45

- 3 APRESENTAÇÃO/PRÉSENTATION
- 10 PRÓXIMA EDIÇÃO
- 11 PONTO DE VISTA/POINT DE VUE
- LABORATOIRE INTERNATIONAL POUR L'HABITAT POPULAIRE (LIHP)  
*Jean-François Parent et Pascal Acot*
- LABORATÓRIO INTERNACIONAL PARA O HABITAT POPULAR (LIHP)  
*Jean-François Parent e Pascal Acot*
- ARTIGOS/ARTICLES
- 19 CRISE DE LA VILLE, CRISE DE L'HABITAT POPULAIRE  
CONSÉQUENCES ENVIRONNEMENTALES  
(Crise da cidade, crise do habitat popular: consequências ambientais)  
*Camille Acot*
- 29 PLACE ET RÔLE DU TRAVAIL DANS L'HABITAT POPULAIRE  
UN ENJEU DE DÉVELOPPEMENT DURABLE  
(Lugar e papel do trabalho no habitat popular: uma aposta no desenvolvimento sustentável)  
*Corinne Luxembourg*
- 41 L'HABITAT POPULAIRE, REFLET DU RAPPORT DES SOCIÉTÉS  
HUMAINES À LEUR ENVIRONNEMENT  
(O habitat popular, reflexo da relação das sociedades humanas com seu meio ambiente)  
*Jean-Pierre Bouanha*
- 51 QUELLE PLACE POUR L'HABITAT POPULAIRE À L'HEURE  
DE LA "CONTRAINTÉ ÉNERGÉTIQUE"?  
(Qual o lugar para o habitat popular em tempos de "contenção energética"?)  
*Jeremy Jegouzo et Vanessa Becciu*
- 63 VERS L'ÉMERGENCE D'UN URBANISME AGRICOLE?  
LE CAS DU TERRITOIRE D'USME, COLOMBIE  
(A caminho da emergência de um urbanismo agrícola? o caso do território de Usme, Colômbia)  
*Sylvain Delboy et Sarah Kassler*
- 77 A CONTRIBUIÇÃO DOS ARQUITETOS PARA O ESTUDO DA MORADA INDÍGENA  
(La contribution des architectes à l'étude de la demeure des indiens)  
*Andrey Rosenthal Schlee*
- 91 HABITAÇÃO SOCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR  
(L'habitation sociale au Centre Historique de Salvador)  
*Érica Diogo*
- 111 A QUESTÃO URBANA E O PATRIMÔNIO CULTURAL  
O DIREITO À MEMÓRIA E À MORADIA NO ESPAÇO URBANO DO  
PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES  
(La question urbaine et le patrimoine culturel: le droit à la mémoire et à l'habitation dans l'espace urbain  
du Parc Historique National des Guararapes)  
*George Alex da Guia e Sandra Bernardes Ribeiro*
- 125 FORDLÂNDIA E BELTERRA, CIDADES SUSTENTÁVEIS DO SÉCULO XXI?  
(Fordlândia et Belterra, des villes durables du XXIe. siècle?)  
*Maria Regina Weissheimer*
- 143 INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO
- 144 INSTRUCCIONES PARA PUBLICACIÓN/COMMENT PUBLIER



# Expediente C&A 45

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR	Felipe Martins Müller
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS	Thomé Lovato – Diretor
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS	Martha Bohrer Adaime – Diretora
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	Rogério Ferrer Koff – Diretor
EDITOR	Delmar Antonio Bressan
EDITORES CONVIDADOS	Andrey Rosenthal Schlee e Pascal Acot
CONSELHO EDITORIAL	Beatriz Teixeira Weber Élgion Loreto José Newton Cardoso Marchiori Miguel Antão Durlo Ronai Pires da Rocha Ronaldo Mota Zília Mara Scarpari
CONSELHO CONSULTIVO	Alvaro Mones André Furtado Andrey Rosenthal Schlee Antonio Augusto Passos Videira Antonio Carlos Robert Moraes Aziz Nacib Ab'Sáber ( <i>in memoriam</i> ) Emilio Ulibarri Franz Andrae Luiz Antonio de Assis Brasil Marcelo Leite Pascal Acot
PREPARAÇÃO, TRADUÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS	Zília Mara Scarpari
CAPA, EDITORAÇÃO DE TEXTO E PROGRAMAÇÃO VISUAL	Valter Antonio Noal Filho
ILUSTRAÇÃO DA CAPA	Denis Carrion de Oliveira e Pablo Zambeli
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	Gráfica Calábria

ISSN 1676-4188

A revista *Ciência & Ambiente* é indexada ao  
LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea  
para Revistas Científicas de América Latina,  
el Caribe, España y Portugal.

---

Ciência & Ambiente/Universidade Federal de Santa Maria.  
UFSM - v. 1, n.1 (jul. 1990)- .- Santa Maria :

Semestral  
n. 45 (jul./dez. 2012)

CDD:605 CDU:6(05)

---

Ficha elaborada por Marlene M. Elbert, CRB 10/951

*Ciência & Ambiente*

Prédio 13/CCNE – Sala 1122 – Campus Universitário – Camobi  
97105-900 – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil  
Fone/Fax: (55) 32208735 e (55) 32208444/ramal 30  
ciencia.ambiente@ufsm.br – www.ufsm.br/cienciaambiente

A revista *Ciência & Ambiente* chega ao seu 45º número abordando o papel social da habitação e as necessárias relações entre esse tema e os elementos da cultura e do ambiente de cada local ou região.

A presente edição é o resultado das sugestões propostas pelo editor francês Pascal Acot, tendo em vista as ricas experiências de campo acumuladas no Laboratório Internacional para o Habitat Popular (LIHP), do qual ele faz parte, e pelo editor brasileiro Andrey Rosenthal Schlee, membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os artigos são assinados por arquitetos, urbanistas, geógrafos e paisagistas da França e do Brasil.

No primeiro texto, Camille Acot preocupa-se em identificar os obstáculos políticos e econômicos que se opõem à construção de habitações sociais dignas do ponto de vista ambiental e satisfatórias para todos. O liberalismo econômico atrelado à desresponsabilização do Estado em prol dos interesses privados ocupa o centro de suas reflexões. De passagem, faz a crítica à ideia de “virtude das favelas” e o elogio à economia informal como “portadora de novas solidariedades”.

Jean-Pierre Bouanha desenvolve a dimensão ambiental do texto precedente integrando-a ao campo cultural. Sua abordagem histórica localiza, assim, as etapas de construção social e cultural do urbano, abrangendo seus aspectos ecológicos mais humanizados; em última instância, a habitação popular representa tanto um fator de enriquecimento cultural, quanto um produto do processo contínuo e progressista de sua elaboração. Os seres humanos devem ser entendidos como produtores, atores e gestores livres de seu próprio ambiente. Nesse sentido, não seria exagero inscrever os movimentos para a habitação popular no processo global de liberação humana.

Qual o lugar da habitação popular em tempos de “contenção energética”? interrogam-se os urbanistas Vanessa Becciu e Jeremy Jegouzo. A “crise energética”, em tempos de aquecimento climático e do esgotamento anunciado das energias fósseis, marca, a partir de agora, todas as políticas urbanas: trata-se de intervir tanto no plano da eficácia energética das edificações privadas e públicas, quanto no da redução do desperdício energético em relação à necessidade dos transportes urbanos e interurbanos. Através do exemplo da cidade de Usme (periferia de Bogotá), principalmente, os autores mostram que as soluções propostas são o mais das vezes estereotipadas, quando deveriam levar em conta a singularidade das situações ambientais tanto quanto a das características culturais das populações em questão.

Os paisagistas Sylvain Delboy e Sarah Kassler abordam a controvertida questão da agricultura urbana em habitats populares. Com efeito, tal prática reveste-se de diferentes aspectos em escala mundial. Existem poucos pontos comuns entre o modelo de horticultura nos abastados bairros parisienses e o desenvolvimento vital dessa prática em Cuba, vítima de embargo econômico desde 1962, posição referendada recentemente pelo Presidente Barack Obama. Hoje, 800 milhões de pessoas praticariam a agricultura urbana, o que induz a novas estruturações dos territórios em questão, como atestam os casos do parque Baix Llobregat em Barcelona e do parque agrícola Sud Milan, ou ainda da cidade de Detroit nos Estados Unidos, atingida em cheio pela crise da indústria automobilística. Nesse sentido, no território de Usme, a agricultura urbana poderia revelar-se como um fator não negligenciável, entre outros, do desenvolvimento urbano.

O local do trabalho em habitats populares é uma das questões que se situam no âmago da reflexão do LIHP. Assim, e apenas a título de exemplo, os trajetos intermináveis que marcam o ritmo de vida dos seres humanos cujas casas ficam longe de seu local de trabalho representa um desperdício financeiro, uma aberração ecológica e um tempo vital literalmente perdido. Geógrafa universitária e pesquisadora de campo, Corinne Luxembourg vai mais longe: a questão da “sustentabilidade” social e ambiental é tida como crucial; não se trata de reduzir o trabalho na cidade lá onde as usinas estão presentes – ainda que sejam tanto quanto possível ecológicas, pois ali igualmente se encontram unidades artesanais – mas sim, e principalmente, de tomar consciência “do fato de que a existência da cidade sustentável é indissociável da imbricação com o trabalho e que, inversamente, a transformação social não se realiza unicamente no local de trabalho, mas também na cidade, nos bairros, segundo a concepção que se tem de habitação e de espaço público”.

A morada indígena e a sua profunda transformação ganham abordagem no artigo de Andrey Rosenthal Schlee. Conforme o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, 87,4% da população indígena vivem em casas comuns e não mais em ocas ou malocas, suas moradias tradicionais. Tais manifestações culturais, em franco processo de desaparecimento, requerem registros de arquitetos e de historiadores, de modo a que se preserve o conhecimento da arquitetura indígena no Brasil.

Os centros históricos de importantes cidades brasileiras também são alvo de experiências que buscam combinar recuperação do patrimônio e inclusão social. Érica Diogo descreve com detalhes o processo de recuperação do Centro Histórico de Salvador, capital da Bahia, e a conquista de moradores que, apesar dos vínculos com o local, estavam excluídos da proposta de revitalização da área.

Os conflitos entre o direito à moradia e o direito à cultura merecem igual destaque. George Alex da Guia e Sandra Bernardes Ribeiro revelam a emergência de tais conflitos no processo de constituição do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, conduzido pelo IPHAN desde 1971. Destinado a promover a preservação das áreas onde ocorreram batalhas que culminaram com a expulsão dos holandeses do Brasil, no século XVII, o Parque ainda não ganhou materialidade. Isso significa dizer que não contou com a devida regularização fundiária, gerando conflitos importantes com a população residente no local, hoje cerca de 30 mil habitantes e 7.500 moradias.

Igual relevância pode ser identificada na contribuição da arquiteta e urbanista Maria Beatriz Weissheimer. A autora apresenta o projeto de urbanização de regiões do Estado do Pará, idealizado por Henry Ford nos anos 1920, e que serviria para dar sustentação à produção de borracha na Amazônia. É nesse contexto que surgem as cidades de Fordlândia e de Belterra, seguindo modelo que acompanhou outros empreendimentos de empresas norte-americanas na América Latina no mesmo período. As duas cidades teriam sido empreendimentos fracassados ou, visto sob outra ótica, esse legado fordiano poderia ser redimensionado com foco na preservação do patrimônio cultural e na adequação das habitações às condições locais, de modo a ganhar contornos sustentáveis em pleno século XXI?

O conjunto de artigos apresentado nessa edição não pretende esgotar tema de tamanha complexidade. Ainda assim, pode servir de guia aos interessados em compreender e apresentar soluções para os desafios da habitação social, tendo em conta os elementos do ambiente e da cultura local e regional.





Le rôle social de l'habitation et les complexes relations que celle-ci doit nécessairement établir avec les éléments de l'environnement constituent le thème des articles réunis dans la 45e. édition de la revue *Ciência & Ambiente*.

Ce numéro a été organisé à partir des suggestions proposées par l'éditeur français Pascal Acot, étant donné les riches expériences de terrain acquises au Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP) dont il fait partie, et avec la participation également importante de l'éditeur brésilien Andrey Rosenthal Schlee, membre de l'Institut du Patrimoine Historique National (IPHAN). Les articles sont signés par des architectes, urbanistes, géographes et paysagistes de la France et du Brésil.

Dans le premier texte, Camille Acot s'attache à identifier les obstacles politiques et économiques qui s'opposent à la mise en place d'un habitat environnementalement digne et épanouissant pour tous: le libéralisme en matière économique et son cortège de désengagement des Etats au bénéfice d'intérêts privés est au centre de sa réflexion. Avec au passage la critique de l'idée de "vertu des bidonvilles" et de l'éloge, par ONU-Habitat, de l'économie informelle comme "porteuse de nouvelles solidarités".

Jean-Pierre Bouanha développe la dimension environnementale du texte précédent en l'intégrant au champ culturel. Son approche historique balise ainsi les étapes de la construction sociale et culturelle de l'urbain, jusque dans ses aspects écologiques les plus humanisés: en dernière instance, l'habitat populaire représente aussi bien un facteur d'enrichissement culturel qu'un produit du processus continu et progressiste de son élaboration. Les êtres humains doivent être dès lors saisis comme producteurs, acteurs et gestionnaires libres de leur propre environnement. En ce sens, il ne serait pas exagéré d'inscrire les mouvements pour l'habitat populaire dans le processus global de la libération humaine.

Quelle place pour l'habitat populaire à l'heure de la "contrainte énergétique"? s'interrogent les urbanistes Vanessa Becciu et Jeremy

Jegouzo. La “crise énergétique”, à l’heure du réchauffement climatique et de l’épuisement annoncé des énergies fossiles, marque désormais toute les politiques urbaines: il s’agit d’intervenir tant au plan de l’efficacité énergétique des bâtiments privés et publics, qu’à celui de la réduction du gaspillage énergétique lié à la nécessité des transports urbains et interurbains. A travers l’exemple de la ville d’Usme (périphérie de Bogota), notamment, les auteurs montrent que les solutions avancées sont le plus souvent stéréotypées alors qu’elles devraient prendre en compte la singularité des situations environnementales tout comme celle des caractéristiques culturelles des populations concernées.

Les paysagistes Sylvain Delboy et Sarah Kassler abordent la question controversée de l’agriculture urbaine dans l’habitat populaire. Cette pratique revêt en effet des aspects très différents dans le monde. Il y a ainsi peu de points communs entre la mode de l’horticulture dans les quartiers parisiens nantis et le développement vital de cette pratique à Cuba, victime d’un embargo économique depuis 1962 – et récemment confirmé par le président Barack Obama. Aujourd’hui, 800 millions de personnes dans le monde pratiqueraient l’agriculture urbaine, ce qui induit de nouvelles structurations des territoires concernés. Celles par exemple du parc Baix Llobregat à Barcelone et du parc agricole Sud Milan, ou encore de la ville de Detroit aux USA, touchée de plein fouet par la crise de l’industrie l’automobile. Dès lors, dans le territoire d’Usme, l’agriculture urbaine pourrait se révéler comme un facteur non négligeable, parmi d’autres, du développement urbain.

La place du travail dans l’habitat populaire est l’une des questions qui se situent au coeur de la réflexion du LIHP. Ainsi, et à seul titre d’exemple, les trajets interminables qui rythment la vie des êtres humains dont le logement est éloigné de leur lieu de travail représente un gaspillage financier, une aberration écologique et du temps de vie littéralement perdu. Géographe universitaire et praticienne de terrain, Corinne Luxembourg va cependant plus loin dans son article. La question de la *durabilité*, sociale et environnementale, est saisie comme cruciale: il ne s’agit pas de réduire le travail dans la ville à la présence d’usines – aussi “écologiques” puissent-elles être – les unités artisanales y ont aussi leur place – mais aussi et surtout “(...) de prendre acte du fait que l’existence de la ville durable est indissociable de l’imbrication avec le travail et qu’inversement la transformation sociale ne se joue pas uniquement sur le lieu de travail mais aussi dans la ville, dans les quartiers, dans la conception que l’on a de l’habitat et de l’espace public”.

Les demeures indiennes et leur profonde transformation à l’heure actuelle sont étudiées par Andrey Rosenthal Schlee. Selon le

recensement fait par l'Institut Brésilien de Géographie et Statistique (IBGE) de l'année 2010, 87,4% de la population indienne vivent dans des "maisons" et non plus dans des "ocas" ou "malocas", leurs demeures traditionnelles. De tels biens culturels, en franc processus de disparition, méritent d'être enregistrés avec urgence par des architectes et historiens pour la préservation des connaissances sur l'architecture indienne au Brésil.

D'autre part, les centres historiques d'importantes villes brésiliennes sont objet d'expériences qui cherchent à harmoniser la restauration du patrimoine et l'inclusion sociale. Érica Diogo décrit en détails le travail de reconstruction du Centre Historique de Salvador, capitale de l'état de Bahia, et les conquêtes sociales des habitants qui, malgré leurs liens naturels avec ce site, étaient exclus du projet de sa restauration.

Les conflits qui s'établissent entre le droit à l'habitation et le droit à la culture sont le sujet d'une approche également importante faite par George Alex da Guia et Sandra Bernardes Ribeiro. Les auteurs montrent l'éveil de tels conflits dans la région métropolitaine de Recife depuis le moment de la constitution du prétendu Parc National des Guararapes, par IPHAN, en 1971. Destiné à garantir la préservation des sites où les batailles qui aboutirent à l'expulsion des envahisseurs hollandais du territoire brésilien ont eu lieu, au XVIIe. siècle, ce Parc n'est pas encore effectivement constitué jusqu'à l'heure actuelle: des problèmes de régularisation foncière, parmi d'autres, sont à la base des disputes avec une population locale d'environ 30 mil habitants et 7.500 demeures.

Dans son article, Maria Beatriz Weissheimer, architecte et urbaniste, présente le curieux projet conçu par Henry Ford dans les années 1920, dans une région éloignée de l'état du Pará, projet qui devrait soutenir la production du caoutchouc en Amazonie. Les villes de Fordlândia et de Belterra ont été bâties dans ce contexte selon le modèle qui a inspiré d'autres entreprises nord-américaines en Amérique Latine à la même période. Ces deux villes auraient-elles été des projets ratés ou bien, dans une optique nouvelle, celle de la préservation du patrimoine culturel et de l'adéquation des habitations aux conditions de l'environnement, seraient-elles des entreprises durables en plein XXIe. siècle?

Enfin, l'ensemble des articles présentés dans cette édition n'a pas la prétension de fournir toutes les clés à un thème si complexe. Quoiqu'il en soit, les réflexions et les expériences concrètes disponibles ici peuvent servir de guide à ceux qui s'intéressent aux problèmes de l'habitat social et qui en cherchent des solutions tout en tenant compte des éléments de l'environnement et de la culture locale et régionale.



A 46<sup>a</sup> edição de *Ciência & Ambiente* versará sobre **Economia Ecológica**. Ao fazer tal escolha, os editores pretendem possibilitar a análise das complexas relações entre economia e meio ambiente, sobretudo as demandas pertinentes ao mundo contemporâneo. **Luciana Togeiro de Almeida**, professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), será a editora convidada.

LABORATOIRE INTERNATIONAL  
POUR L'HABITAT POPULAIRE (LIHP)

*Jean-François Parent*  
*Pascal Acot*

Les contributions du Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP) au présent numéro de *Ciência & Ambiente* sont l'occasion de témoigner de l'évolution d'une démarche, depuis les hypothèses de départ jusqu'aux choix qui la structurent aujourd'hui. Il ne s'agit donc aucunement de présenter des résultats "exemplaires" mais de livrer au jugement de chacun nos expériences singulières et quelques résultats. Nous avons écrit en ce sens parce que nos terrains – sur plusieurs continents, ainsi que nos expériences – depuis plusieurs années, nous ont enseigné que toute expérience en matière d'habitat – aussi singulière soit-elle est cependant toujours porteuse d'une dimension universelle.

Cela, en particulier, sur deux plans susceptibles de susciter des réactions et des contributions de la part des lecteurs de la revue. Le premier est celui du type de recherche qui est au cœur de la démarche du LIHP (recherche-action stratégique), très souvent objet d'interrogations de la part de certains scientifiques.

Le second concerne directement les concepts d'environnement et de développement durable le plus souvent pris en compte par les responsables de programmes de développement urbain et de projets architecturaux.

Sur ces deux plans, il faut voir, dans les propositions du Laboratoire, les marques d'un engagement professionnel, scientifique et politique fondé sur la volonté d'associer des processus de construction de l'habitat (les infrastructures et les modes de vie qu'elles permettent) et la construction d'un savoir populaire (entendu au sens de "peuple" et non de "pauvres").

On mesure les difficultés, les doutes et les débats que peuvent susciter une telle ambition: l'histoire du LIHP en témoigne comme elle témoigne de la richesse du travail d'élaboration théorique et stratégique réalisé dans la construction de projets concrets, tout particulièrement à Usme/Bogota qui présente une situation dont les caractéristiques et la complexité ont permis – et permettront à l'avenir – un travail collectif fructueux.

*Il ne s'agit donc  
aucunement de présenter  
des résultats "exemplaires"  
mais de livrer au jugement  
de chacun nos expériences  
singulières et quelques  
résultats*

## TÉMOIGNAGE D'UNE ÉVOLUTION: LE LIHP ET LES QUESTIONS DE DÉVELOPPEMENT DURABLE

Les questions relatives au développement durable ont été abordées, à Medellín, lors de la création du LIHP en octobre 2008, sans véritable débats: sans doute parce que leur évidence et leur importance semblaient s'imposer à tous, au point que l'intitulé choisi pour désigner le Laboratoire (Laboratoire International pour l'Habitat Populaire Durable) le fut à l'unanimité.

Il est aujourd'hui intéressant de chercher à suivre et à analyser comment des positions se sont clarifiées et affirmées, et pourquoi elles se sont séparées au point que le "d" pour "durable" de l'intitulé a disparu... alors que les questions d'environnement ont de plus en plus nettement été prises en compte et intégrées à la démarche du LIHP et aux projets qu'il anime.

Les oppositions se sont progressivement cristallisées sur deux plans: le statut du LIHP à travers sa démarche de recherche et d'expérimentation; la perception des questions d'environnement et les approches privilégiées.

En ce qui concerne la démarche générale du Laboratoire, on peut souligner, aujourd'hui, l'importance du type de statut et d'engagement des personnes réunies à Medellín: les uns, souvent élus et responsables de programmes d'aménagement urbain (densifier un habitat, isoler des bâtiments, ralentir la circulation, privilégier les énergies renouvelables et les matériaux d'origine locale...); les autres (architectes, urbanistes, chercheurs,...) moins directement impliqués dans les actions de terrain. Les premiers, soumis à l'urgence. Les seconds, à la recherche de solutions alternatives et donc désireux d'analyser les conditions

économiques, techniques, culturelles, politiques, etc. déterminant, à un moment, les programmes d'urbanisme et de construction. Ainsi, les oppositions latentes portaient sur l'essentiel: les missions et le fonctionnement du Laboratoire. Structure experte source de propositions *vs* partenaire et animateur de recherches partagées; membre d'un réseau international et acteur de mises en réseaux *vs* structure active d'analyse, de recherche et de production de "savoirs".

La voie de la recherche ne s'est pas imposée seulement du fait de l'absence de modèles à imiter! Elle a été dès le début une nécessité dont la dynamique s'enracine dans des choix démocratiques et politiques. Elle s'est rapidement enrichie lors de l'élaboration de projets concrets, à Usme et à Stains notamment, lorsqu'il a fallu affronter le flou des notions "d'habitat", de "Ville", "d'écologie globale, de "crise de la ville"... Levier ou clé de résolution, l'association dialectique de la production de l'habitat populaire et la construction populaire d'un savoir de l'habiter. Prises de conscience responsabilisantes et émancipatrices d'un pouvoir et d'un savoir en construction, dépassant alors les questions environnementales et écologiques.

Comment, en effet, espérer les résoudre sans réfuter la juxtaposition d'approches sectorielles émiettées, abordées indépendamment de la nature et de la localisation des emplois, des questions de santé, d'éducation et de formation, du type d'habitat et d'urbanisme privilégiés. Le cas particulier, les caractéristiques spécifiques, les choix et les interrogations des élus de Bogota à propos de la place d'Usme dans le plan de développement de la ville pour la période 2012-2016 exigent d'entrer dans le vif des clivages entre urbain et rural, ville-cité et village-campagne, et plus globale-

ment encore de l'insertion des humains dans la biosphère, à travers ses dimensions historiques, politiques, économiques, sociales concrètes...

On peut alors déceler les marques d'une double évolution significative: d'une part, l'expression croissante d'une réelle nostalgie pour "l'utopie villageoise" et, d'autre part, le recours magique au seul mot environnement qui se substitue aux significations plurielles de milieu (naturel, humain, sociaux,...), double évolution témoignant d'une volonté insidieuse de désresponsabilisation sociale: à la fois, fuite dans le rêve d'une campagne idyllique, refuge pour des urbains cherchant à fuir des situations urbaines difficiles et soumission des consommateurs, prédateurs culpabilisés et conditionnés, aux injonctions des experts, quand ce n'est pas de militants devenus experts en adoptant le langage dominant.

La même tendance à la séparation des activités et des espaces est renforcée par des représentations "paysagères" de l'espace rural qui, valorisant une perception esthétisante, en fait avant tout un cadre à compléter, un cadre pour des activités de loisir et de détente, élargissant en cela des aménagements urbains fondés sur les mêmes intentions. La campagne ainsi pensée est celle des experts urbains pour des urbains et assurément pas celle qu'ils trouveront réellement, ni celle que vivent et pensent les agriculteurs. Il convient donc d'approfondir encore les réflexions à sur le travail (plus largement, les activités de production et de création) dans la ville,

ainsi que sur l'antagonisme romantique entre ville et campagne et toutes les questions que cette opposition entraîne et que nous venons de rappeler.

Le LIHP se propose donc de concevoir et de construire (en la construisant) une nouvelle réalité, une nouvelle urbanité en rupture avec les oppositions et les séparations qui ne font qu'exprimer, au plan spatial, la division fondamentale, celle du travail dont témoignent le rejet du logement des travailleurs dans la périphérie des villes et la

construction de quartiers exclusivement destinés à les loger. Et non à leur permettre seulement d'habiter...

#### UNE DÉMARCHE NOVATRICE

Cette démarche qui s'inscrit de manière exemplaire dans le débat mondial sur les questions d'habitat, peut être caractérisée de la manière

suivante: il s'agit de rechercher et de mettre en œuvre avec les acteurs économiques, culturels, sociaux – et singulièrement les populations – les conditions et les moyens de concevoir, de construire et d'évaluer un processus de transformation qui permette de construire un habitat populaire progressiste et émancipateur; c'est-à-dire de poser le développement urbain à partir de l'habitat populaire et ne pas dissocier la construction de l'habitat (construire la ville) de la construction d'un savoir populaire de l'habiter (de nouvelles valeurs sociales, un nouveau style d'activités).

Comme le montrent les contributions du LIHP à ce numéro spécial de *Ciência & Ambiente*, cette démarche

*Le LIHP se propose  
donc de concevoir et de  
construire (en la construisant)  
une nouvelle réalité, une  
nouvelle urbanité en rupture  
avec les oppositions et les  
séparations qui ne font  
qu'exprimer, au plan spatial,  
la division fondamentale,  
celle du travail*



s'inscrit dans le programme de développement urbain de Bogota pour la période 2012-2016. Il intègre la situation d'Usme dans une réflexion globale sur l'urbanisation de la ville: en particulier à propos de l'aménagement des zones actuellement "périphérisées" (franges – bord) avec la volonté de les considérer non comme des transitions entre deux espaces aux statuts distincts mais comme des parties d'un tout dans lequel elles ont à découvrir leurs fonctions et leurs spécificités. Certaines hypothèses restent à explorer: par exemple, le concept de frange comme outil de réflexion sur le développement urbain et sur le dépassement de l'opposition ville-campagne.

Ainsi, la recherche-action comme processus social de recherche et d'expérimentation est au coeur de la méthodologie du LIHP. C'est une démarche globale, holistique, scientifique et ouverte, active et créatrice, questionnant les conditions et les systèmes qui déterminent les faits, une démarche formatrice, émancipatrice et responsabilisante... En bref la volonté de ne pas séparer la pensée et l'action, et ceci pour tous les participants, une volonté progressiste en matière de production de savoir, retrouvant ainsi les ambitions de l'éducation populaire.

Pour le LIHP, le projet de Usme/Bogota constitue, par ses caractéristiques, par ses ambitions et par les engagements qu'il a déjà suscités, une source de responsabilités et d'interrogations fondatrices sur de nombreux plans.

Comme on le verra dans les textes qui suivent, chacun mesure avec ferveur et modestie, l'opportunité qu'il offre de procéder à des clarifications et des approfondissements que nécessite la problématique mondiale d'un habitat populaire se substituant enfin aux impasses du logement social.

Enfin, L'engagement actuel du LIHP dans la conception et l'organisation d'une exposition à partir de l'œuvre de l'architecte Vénézuélien Carlos Raul Villanueva (1900-1975) dans l'histoire de l'architecture de son pays et de l'architecture mondiale, et sur la signification présente de cette œuvre... l'a conduit à ouvrir des questionnements nouveaux et décisifs; en particulier à propos de la notion de modernité(s). En effet, cette exposition itinérante (au plan international) et interactive (elle s'enrichira à chacune de ses étapes des productions d'ateliers spécifiques) est indissociable des recherches menées actuellement pour concrétiser "un second épisode de la modernité vénézuélienne" dans le gigantesque programme qu'est la "Gran Misión Vivienda Venezuela" (GMVV). Pour le LIHP, elle est, tout comme sa participation à la GMVV, de mieux comprendre (afin de mieux combattre) les positions dominantes trop souvent imposées par ceux qui "sachant", pensent pour les autres... et de retrouver ainsi enrichi conceptuellement, sa volonté progressiste en matière d'analyse du réel, de productions de savoir et donc d'éducation populaire.

Jean-François Parent est fondateur du Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP), France.  
jparent@lihpa.info

Pascal Acot est philosophe de formation, docteur ès Lettres et historien des sciences au Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), France.  
acot@univ-paris1.fr

## LABORATÓRIO INTERNACIONAL PARA O HABITAT POPULAR (LIHP)

*Jean-François Parent  
Pascal Acot*

As contribuições do Laboratório Internacional para o Habitat Popular (LIHP), no presente número de *Ciência & Ambiente*, constituem oportunidade para prestar um depoimento sobre a evolução de um projeto, desde suas hipóteses de partida até as escolhas que hoje o estruturam. Não se trata absolutamente de apresentar resultados “exemplares”, mas de disponibilizar ao julgamento dos interessados nossas experiências particulares e alguns resultados. É nesse sentido que escrevemos, porque nosso campo – em vários continentes – e nossas práticas – de vários anos – nos ensinaram que toda experiência em matéria de habitat, apesar de seu caráter particular, comporta uma dimensão universal.

Abordemos a questão sob duas perspectivas, passíveis de provocar reações e contribuições dos leitores desta revista. A primeira diz respeito ao tipo de pesquisa que anima o projeto do LIHP (pesquisa-ação estratégica), com frequência, objeto de interrogações por parte de alguns cientistas. A segunda refere-se diretamente aos conceitos de

meio ambiente e desenvolvimento sustentável que, na maioria das vezes, são levados em conta pelos responsáveis por programas de desenvolvimento urbano e por projetos arquitetônicos.

A partir desses dois enfoques e considerando as propostas do Laboratório, devem-se perceber as marcas de um comprometimento profissional, científico e político fundamentado na vontade de associar processos de construção do habitat (as infraestruturas e os modos de vida que as mesmas permitem) e a construção de um saber popular (adjetivo que deve ser entendido no sentido de “povo” e não de “pobres”).

Tal ambição dá a medida das dificuldades, das dúvidas e dos debates que suscita e dos quais a história do LIHP é testemunha, assim como é testemunha da riqueza do trabalho de elaboração teórica e estratégica realizado na construção de projetos concretos, mais particularmente em Usme, Bogotá, que apresenta uma situação cujas características e cuja complexidade permitiram – e continuarão a permitir – um trabalho coletivo bastante frutífero.

*Não se trata  
absolutamente de  
apresentar resultados  
“exemplares”, mas de  
disponibilizar ao julgamento  
dos interessados nossas  
experiências particulares  
e alguns resultados*

## DEPOIMENTO DE UMA EVOLUÇÃO: O LIHP E AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões relativas ao desenvolvimento sustentável foram abordadas em Medellín, por ocasião da criação do LIHP, em outubro de 2008, sem grandes debates: sem dúvida porque a visibilidade e a importância dessas questões se impunham a todos, a ponto de o nome proposto para designar o laboratório (Laboratório Internacional para o Habitat Popular Sustentável) ter sido aprovado por unanimidade. Hoje, é interessante procurar entender e analisar como as posições se tornaram claras e seguras, e porque ficaram distintas a ponto de dispensar da sigla a consoante inicial do termo “sustentável”, enquanto as questões ambientais eram cada vez mais consideradas e indubitavelmente integradas aos procedimentos de trabalho do LIHP e aos projetos que alimenta.

As oposições cristalizaram-se progressivamente em dois planos: o estatuto do LIHP, orientado pela pesquisa e pela experimentação; a percepção das questões ambientais e as abordagens privilegiadas.

No que concerne aos procedimentos gerais do trabalho realizado no Laboratório, pode-se ressaltar, no estágio atual, a importância do tipo de estatuto e de engajamento das pessoas reunidas em Medellín: umas, eleitas e responsáveis por programas de organização urbana (densificar um habitat, isolar os prédios, diminuir o tráfego, privilegiar as energias renováveis e os materiais de origem local); outras (arquitetos, urbanistas, pesquisadores), menos diretamente implicadas nos trabalhos de campo; as primeiras, impelidas pela urgência; as últimas, pela pesquisa de soluções alternativas e assim animadas pela vontade de

analisar as condições econômicas, técnicas, culturais, políticas etc. que determinam, em dado momento, os programas de urbanismo e construção. Desse modo, as oposições latentes objetivavam o essencial: as tarefas e o funcionamento do Laboratório. Estrutura especializada, fonte de proposições *versus* parceria incentivadora de pesquisas compartilhadas; membro de uma rede internacional e agente fomentador de redes *versus* estrutura ativa de análise, pesquisa e produção de “saberes”.

A via da pesquisa não se impôs simplesmente pela ausência de modelos a imitar! Desde o começo, afirmou-se como uma necessidade cuja dinâmica está enraizada nas escolhas democráticas e políticas. As investigações foram rapidamente enriquecidas quando da elaboração de projetos concretos, sobretudo em Usme e Stains, quando surgiram questões com a fluidez das noções de “habitat”, “cidade”, “ecologia global”, “crise da cidade”... Alavanca ou chave do problema: a associação dialética da produção do habitat popular com a construção popular de um saber para habitar; conscientização de um poder e de um saber em construção, que responsabiliza e emancipa, ultrapassando as questões ambientais e ecológicas.

Com efeito, como esperar resolver tais questões sem refutar a justaposição de abordagens setoriais fragmentadas, consideradas independentemente da natureza e da localização dos empregos, das questões de saúde, educação e formação, do tipo de habitat e urbanismo a serem privilegiados? O caso particular, as características específicas, as escolhas dos indivíduos eleitos em Bogotá e suas interrogações quanto ao lugar de Usme no plano de desenvolvimento da cidade pelo período 2012-2016, exigem aprofundamento da questão das clivagens

entre urbano e rural, cidade e bairro, subúrbio e campanha e, mais globalmente ainda, da questão dos seres humanos na biosfera, através de suas concretas dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais.

Pode-se perceber, então, as marcas de uma dupla evolução bem significativa: de um lado, a expressão crescente de uma real nostalgia pela “utopia do vilarejo” e, de outro, o recurso mágico à expressão *meio ambiente*, que se substitui às significações plurais de *meio* (natural, humano, social), dupla evolução que demonstra uma vontade insidiosa de desresponsabilização social: escapismo através do sonho idílico do campo, refúgio dos urbanos que buscam fugir das situações difíceis que a cidade lhes impõe, e submissão dos consumidores, predadores culpabilizados e condicionados às injunções dos *experts*, quando não de militantes que se tornam *esperotos* adotando a linguagem dominante.

A mesma tendência à separação das atividades e dos espaços é reforçada pelas representações “paisagísticas” do espaço rural, que, valorizando a percepção estetizante, transforma-o num cenário a ser completado, um cenário para atividades de lazer e de repouso, alargando-se, dessa forma, os espaços urbanos equipados com as mesmas intenções. O campo assim pensado, é aquele dos especialistas urbanos para os urbanos e seguramente não aquele que eles realmente encontram, nem aquele que os agricultores vivem e pensam. Portanto, convém aprofundar ainda as reflexões sobre o traba-

lho (mais amplamente, sobre as atividades de produção e de criação) na cidade, bem como sobre o antagonismo cidade/campo e todas as questões decorrentes que acabamos de lembrar.

Assim, o LIHP se propõe a conceber e a construir (construindo-a) uma nova realidade, uma nova urbanidade, rompendo com as oposições e as separações, que só conseguem expressar, no plano espacial, a divisão fundamental: a do trabalho, de que são testemunhas a rejeição dos trabalhadores pelo seu alojamento na periferia das cidades e a construção de bairros destinados exclusivamente a alojá-los – sem lhes permitir habitar verdadeiramente...

*O LIHP se propõe  
a conceber e a construir  
(construindo-a) uma nova  
realidade, uma nova  
urbanidade, rompendo  
com as oposições e as  
separações, que só conseguem  
expressar, no plano espacial,  
a divisão fundamental:  
a do trabalho*

#### UMA INICIATIVA INOVADORA

Essa iniciativa, que se insere exemplarmente no debate mundial sobre as questões da habitação, pode ser caracterizada da seguinte maneira: trata-se de investigar e implementar, com os atores econômicos, culturais, sociais – particularmente as populações –, as condições e os meios de conceber, executar e avaliar um processo de transformação que permita construir um habitat popular progressista e emancipador; isto significa pensar o desenvolvimento urbano a partir do habitat popular, e não dissociar a construção do habitat (construir a cidade) da construção de um saber popular sobre o modo de habitar (novos valores sociais, novo estilo de atividades).

Conforme demonstram as contribuições do LIHP neste número especial de *Ciência & Ambiente*, tal iniciativa faz



parte do programa de desenvolvimento urbano de Bogotá para o período 2012-2016, integrando a situação de Usme numa reflexão global sobre a urbanização da cidade, em particular no que diz respeito à organização das zonas atualmente “periferizadas” (nas franjas ou adjacências de seus limites). O propósito é considerar essas zonas não como transições entre dois espaços de estatutos distintos, mas como partes de um todo no qual devem descobrir suas funções e especificidades. Restam algumas hipóteses a ser investigadas: por exemplo, o conceito de *franja* como instrumento de reflexão sobre o desenvolvimento urbano e sobre a neutralização da oposição cidade-campo.

Assim, a pesquisa-ação como processo social de pesquisa e experimentação se encontra no seio da metodologia do LIHP. Trata-se de uma iniciativa global, holística, científica e aberta, atuante e inventiva, questionando as condições e os sistemas que determinam os fatos, uma iniciativa formadora, emancipadora e responsabilizante... Em resumo, anima o projeto a vontade de não separar a ideia da ação, tendo sempre em vista os participantes, a vontade progressista em matéria de produção de saber, requisitos que vão ao encontro das ambições da educação popular.

Para o LIHP, o projeto de Usme/Bogotá constitui, por suas características, por suas ambições e pelos engajamentos que já suscitou, uma fonte de

responsabilidades e interrogações fundadoras em vários planos. Como veremos nos textos a seguir, cada um avalia, com entusiasmo e modéstia, a oportunidade que tem de proceder a esclarecimentos e a estudos mais aprofundados de que necessita a problemática mundial para um habitat popular que se substitua, afinal, aos impasses da moradia social.

Enfim, o trabalho atual do LIHP de concepção e organização de uma exposição inspirada na obra do arquiteto venezuelano Carlos Raul Villanueva (1900-1975), bem como na história da arquitetura de seu país e da arquitetura mundial, e ainda nos significados que essa obra assume no presente, levou o Laboratório a propor novos e decisivos questionamentos, em particular a respeito da noção de modernidade(s). Com efeito, essa exposição itinerante (no plano internacional) e interativa (será enriquecida a cada uma de suas etapas pelas produções advindas de ateliers específicos) é indissociável das pesquisas conduzidas atualmente para concretizar “um segundo episódio da modernidade venezuelana” e para compreender melhor (para melhor combater) as posições dominantes, na maior parte das vezes impostas por aqueles que, “sabendo”, pensam para os outros. Trata-se também de uma oportunidade aberta ao Laboratório para enriquecer conceitualmente sua vontade progressista em matéria de análise do real, de produção de saberes e, portanto, de educação popular.

**Jean-François Parent** é fundador do Laboratório Internacional para o Habitat Popular (LIHP), França.  
jparent@lihpinfo

**Pascal Acot** é filósofo, doutor em Letras e historiador da ciência no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), França.

acot@univ-paris1.fr

## Crise de la ville, crise de l'habitat populaire conséquences environnementales

---

Camille Acot

*Slum Survivor can be run over a weekend or a day, as an evening program or even a series of weekly meetings. After building their own slum houses, Slum Survivors participate in a series of challenges that simulate aspects of slum life. These fun challenges are guaranteed to test their endurance, creativity and ingenuity.<sup>1</sup>*

**L**e but des manifestations conduites par l'organisation caritative australienne "Tear Australia" est de rendre les participants conscients des conditions de vie difficiles dans les bidonvilles. Ce genre d'action humanitaire met en lumière le niveau de conscience politique de certaines organisations humanitaires, ainsi que notre impuissance face au développement incontrôlé des quartiers informels. Les experts des instances internationales telles que ONU-Habitat produisent chaque année des rapports sur les conditions de vie dans ces quartiers. On y observe notamment une forte vulnérabilité des populations pauvres face aux catastrophes et dégradations écologiques. La crise de la ville est analysée, chiffrée, quantifiée, détaillée. Pourtant les moyens mis en place depuis trente ans ne semblent pas même enrayer la situation. Pourquoi, alors que nous sommes conscients de ses conséquences dramatiques sur notre environnement et sur les populations, ne sommes-nous toujours pas capables de freiner la crise de la ville? N'aurions-nous pas encore cerné les vraies causes de cette crise et userions-nous de méthodes inappropriées?

## Crise da cidade, crise do habitat popular consequências ambientais

---

*[O programa] Slum Survivors (Sobreviventes das favelas) pode ocorrer durante um fim de semana ou em apenas um dia, como entretenimento para uma noite ou sob a forma de uma série de reuniões semanais. Depois de terem construído seus próprios barracos, os sobreviventes das favelas participam de vários desafios que simulam aspectos da vida nas favelas. São jogos divertidos, concebidos para testar a resistência dessas pessoas, sua criatividade e engenhosidade.<sup>1</sup>*

**O** objetivo das manifestações conduzidas pela organização caritativa australiana "Tear Australia" é conscientizar os participantes sobre as difíceis condições de vida nas favelas. Esse tipo de ação humanitária traz à luz o nível de consciência política de certas organizações humanitárias, tanto quanto nossa impotência em face do desenvolvimento descontrolado dos bairros informais. Especialistas de instâncias internacionais como a ONU-Habitat produzem a cada ano relatórios sobre as condições de vida nessas periferias, onde se observa acentuada vulnerabilidade das populações pobres diante das catástrofes e degradações ecológicas. A crise da cidade é analisada, cifrada, quantificada, detalhada. No entanto, os meios implementados nos últimos trinta anos não parecem ter aberto uma via sequer para a mudança da situação. Por que, mesmo conscientes das suas consequências dramáticas sobre nosso meio ambiente e sobre as populações, nunca estamos capacitados para frear a crise das cidades? Será que ainda não captamos as verdadeiras causas dessa crise e estaríamos utilizando métodos inapropriados?

<sup>1</sup> <http://www.tear.org.au/education/slum-survivor/>. *Slum survivor (Survivant des bidonvilles) peut se dérouler pendant un week-end ou une journée, sous forme d'un programme pour une soirée ou de réunions hebdomadaires. Après avoir construit leurs propres taudis, les Survivants des Taudis participent à une série de défis qui reproduisent les aspects de la vie dans les bidonvilles. Ces défis amusants sont faits pour tester leur endurance, leur créativité et leur ingéniosité (traduction de l'auteur)*

Pour tenter de répondre à cette question il importe de chercher à identifier les conditions qui provoquent et entretiennent cette crise. Le développement informel de la ville est par exemple lié à la dérégulation ou à l'absence de règlements urbains. Illégaux, donc soumis à aucune règle urbaine, les bidonvilles sont néanmoins tolérés, à condition qu'ils n'occupent pas de terrains convoités par la spéculation immobilière. Les quartiers informels gênants sont ainsi souvent déplacés par les forces de police et se reforment un peu plus loin, souvent sur des terrains à risques, non encore convoités par les investisseurs. Ainsi, les terrains accordés aux populations pauvres sont ceux qui présentent le plus de risques:

*ce sont [...] des marais, des plaines inondables, des versants de volcans, des flancs de collines instables, des terrils d'ordures, des décharges chimiques, des bords de voies ferrées et des marges du désert.*

De plus, les constructions et l'installation humaine de masse et incontrôlée contribuent à détruire les éléments naturels garants de la stabilité de leur propre environnement. Il en va ainsi à Caracas:

*les bidonvilles [de Caracas], qui abritent les deux tiers de la population urbaine, sont construits sur des versants et au fond de ravins profonds entourant la vallée de Caracas soumise à une forte activité sismique. La végétation maintenait jadis en place le sol de schiste friable et très érodé, mais le débroussaillage et la construction d'habitations ont déstabilisé ces versants aujourd'hui densément peuplés, avec pour résultat une augmentation radicale de la fréquence des glissements de terrain et des éboulements de grande ampleur [...]?*

<sup>2</sup> DAVIS, Mike. *Planet of Slums*. Londres-New York: Verso, 2006

Et c'est le manque de règlements urbains, c'est à dire la dérégulation qui amène à une telle situation. Les bidonvilles n'étant pas soumis à une séparation des zones résidentielles et industrielles, les maisons cotoient souvent des usines toxiques et les habitants vivent en permanence dans la pollution. Le plus célèbre exemple étant celui de l'accident industriel de l'usine d'Union Carbide de Bhopal en Inde.

Cette dérégulation urbaine s'accompagne d'un manque d'infrastructures publiques. Les bidonvilles s'éloignent de plus en plus du centre et les pouvoirs publics ne mettent pas de moyens de transports à la disposition de la population. Le raccordement électrique n'est également pas toujours pris en charge par l'État ou la ville et se fait souvent de manière informelle et dangereuse. La plus grande catastrophe sanitaire est celle causée par le manque d'infrastruc-

tures pour l'assainissement et l'apport en eau potable. Les habitants n'ont aucun moyen d'évacuation des déchets. À défaut d'engagement public le secteur privé s'empare d'un nouveau marché et installe des toilettes payantes dans les bidonvilles. La privatisation des services, traditionnellement pris en charge par la ville ou l'État, et ils le sont dans les centres villes, est un facteur qui s'ajoute à la dérégulation et qui découle du manque d'engagement de l'État. Il fragilise la ville informelle.

Ce développement libéral de la politique de la ville à l'échelle mondiale n'est pas le fruit du hasard. Il coïncide avec la montée de l'idéologie néolibérale, et avec l'arrivée de la crise économique de 1973, qui fournissent aux gouvernements des arguments pour se désengager de la politique de la ville. Dans certains pays du tiers-monde, nous y reviendrons plus précisément, des politiques progressistes du logement vont être mises en place dans la courte période suivant la décolonisation et précédant le néolibéralisme. Mais la crise de 1973 et les thèses économique-politiques qui l'accompagnent vont mettre fin à ces expérimentations.

*Les programmes d'ajustements structurel (PAS) imposés aux nations débitrices à la fin des années 1979 et 1980 exigeaient une réduction drastique des programmes étatiques et, souvent, la privatisation du marché du logement*

<sup>3</sup> DAVIS, Mike. *Op. cit.*

explique Mike Davis dans son livre *Planet of Slums*<sup>3</sup>. La privatisation de la construction et des infrastructures fragilise les populations pauvres, car elles sont alors dépendantes pour leurs besoins les plus élémentaires, consommation d'eau potable, accès à des toilettes, d'entreprises privées profitant de ces besoins.

Il nous semble donc que ce soit un manque de réglementation et d'infrastructures ainsi qu'un processus de privatisation de la construction de logement et des services, qui conduisent à la dégradation de l'environnement dans les villes. Dès lors, quels sont les moyens mis en place pour lutter contre cette dérégulation?

Les grandes instances internationales sont conscientes de la gravité de la situation. Pourtant elles recommandent pour la plupart une plus grande action privée. Ainsi, par rapport au problème de l'assainissement, ONU-Habitat propose entre autres, de

*reconnaître et soutenir le rôle du secteur privé pour compléter celui des autorités gouvernementales et municipales en ce qui concerne la prestation de services d'eau et d'assainissement, en particulier dans les zones urbaines pauvres.*

Ici nous voyons une contradiction entre notre constat que la privatisation fragilise encore plus les populations pauvres des quartiers populaires et cette recommandation d'ONU-Habitat. Ce qui est inquiétant, c'est que l'ONU ne recommande pas seulement l'action privée mais décrédibilise également les efforts de construction publique dans certains pays du tiers-monde. Ainsi, selon le dernier rapport de l'ONU sur l'état des villes africaines de 2010,

*les structures dirigistes [en Afrique du Nord] qui ont fait la preuve de leur inefficacité en matière d'habitat ont été remplacées par des partenariats public-privé qui ont démontré leur capacité à fournir des logements adaptés aux bas revenus et aux conditions du marché, répondant ainsi aux besoins d'habitat convenable d'une population en expansion rapide.*

Et en effet, comme nous l'avons vu, depuis 30 ans, l'action des pouvoirs publics dans la lutte contre l'expansion des bidonvilles diminue de plus en plus. Elle se limite même à l'aménagement de ces quartiers populaires. Pour combattre ce développement, les pouvoirs publics font généralement le choix entre l'une des trois stratégies suivantes: destruction avec ou sans réinstallation, fourniture de services de base dans le cadre de programme anti-pauvreté et réhabilitation du site. L'initiative peut-être prise par l'État ou par la ville et être financée par des subventions publiques, des prêts, l'aide d'agences internationales, la contribution des bénéficiaires, et le plus souvent la participation du secteur privé. L'existence des bidonvilles n'est plus remise en cause! Ainsi

*on reconnaît désormais que leur réhabilitation est le moyen le plus efficace d'améliorer les conditions de vie dans la plupart des cas. L'une des raisons est que cela coûte moins cher de développer des investissements qui existent déjà. La réhabilitation évite aussi les ruptures qui perturbent les moyens d'existence et les réseaux sociaux des populations. Mais le plus important, c'est que cette tendance à la réhabilitation reconnaît l'importance de l'économie informelle (et implicitement, du "logement non régulé") pour l'économie des villes.<sup>4</sup>*

Soutenir l'économie informelle pour lutter contre la ville informelle? Le rapport de ONU-Habitat, *Le défi des bidonvilles: rapport mondial sur les établissements humains*, publié en 2003 présente les vertus des bidonvilles. L'économie informelle se développait dans ces quartiers et s'accompagnerait d'un perfectionnement des logiques d'entraide et de solidarité. Ce rapport peut être mis en lumière par la

<sup>4</sup> Centre OMS pour le Développement Sanitaire, pivot du Réseau de Savoir sur les milieux urbains de la Commission OMS sur les déterminants sociaux de la santé, *Nos villes, notre santé, notre futur*: Pour une action sur les déterminants sociaux de la santé en milieu urbain, Synopsis du rapport du Réseau de Savoir sur les milieux urbains de la Commission de l'OMS sur les déterminants sociaux de la santé.

thèse néolibérale de l'économiste Hernando de Soto selon laquelle l'immense vivier démographique des bidonvilles représenterait une opportunité économique majeure. Une opportunité pour qui? Ces populations n'ont aucune sécurité de l'emploi et sont donc une main-d'œuvre très flexible. Nous l'avons vu plus haut, elles dépendent pour leurs besoins élémentaires de plus en plus d'entreprises privées ou bien elles doivent vivre dans des conditions insalubres et dangereuses. Mais les avantages, jusqu'ici inconnus, des bidonvilles ne s'arrêtent pas là. Ces quartiers, autonomes et denses, seraient écologiquement exemplaires. En effet, par une consommation de biens et d'énergie réduite au minimum vital, l'empreinte écologique des populations des bidonvilles serait aujourd'hui parmi les plus performantes au monde, comme le suggère le biologiste Steward Brand. Son extrême densité, comme par exemple dans certains quartiers de Mumbai qui affichent 1 million d'habitants pour 1,6 kilomètre carré, rend quasi nul l'usage de moyens de transports polluants. Et bien sûr, les habitants de ces quartiers ont une forte propension à la récupération. Le bidonville de Dharavi à Mumbai présente quatre cents unités de recyclage et trente mille chiffonniers<sup>5</sup>. Et pour Jérôme Souty, anthropologue social basé au Brésil, les bidonvilles sont aussi "une leçon d'architecture et d'organisation communautaire" et "une démonstration de la capacité de débrouille des plus pauvres"<sup>6</sup>. Dès lors pourquoi lutter contre ces quartiers insalubres? Il suffit de les aménager.

Ainsi les solutions proposées ne remettent absolument pas en question les conditions de production de la ville: elles énoncent et participent au développement de ces conditions. En effet nous avons vu que la dérégulation, le manque d'infrastructures publiques et la privatisation conduisent au développement des bidonvilles. Dès lors n'est-ce pas contradictoire de proposer de soutenir l'économie et le développement informel? Ne serait-il pas plus judicieux de s'attaquer aux sources du problème? C'est à dire au mode même de production de la ville? Si nous nous penchons sur des exemples dans le passé, nous remarquons que des projets d'habitat populaire ont déjà été imaginés ou construits. Certains avait pour but de changer radicalement le mode de production de la ville, comme par exemple le modèle du Phalanstère de Fourier, et d'autres ont agit de manière plus ponctuelle.

Mais avant les projets concrets se développe au cours du 19<sup>ème</sup> siècle une prise de conscience, qui naît du constat des conditions de vie des ouvriers dans les grandes villes

<sup>5</sup> BRAND, S. Les vertus cachées des bidonvilles. *Books*, numéro 13, mai-juin 2010.

<sup>6</sup> SOUTY, J. Un monde de bidonvilles? *Sciences Humaines*, n° 182, mai, p. 24-27, 2007.

industrielles. Friedrichs Engels, dans "La situation de la classe laborieuse en Angleterre", décrit les conditions de vie des ouvriers dans les taudis des villes industrielles d'Angleterre et constate également le manque de moyens mis en place pour changer cette situation:

*En dépit de tous les sermons de médecins, en dépit de l'émotion qui s'empara de la police chargée de l'hygiène pendant l'épidémie de choléra, quand elle découvrit l'état de la Petite Irlande, tout est, aujourd'hui, en l'an de grâce 1844, presque dans le même état qu'en 1831.*<sup>7</sup>

<sup>7</sup> ENGELS, F. *Die Lage der arbeitenden Klasse in England*. Leipzig: Otto Wigand, 1845. Traduction française par G. Badia et J. Frédéric: *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*. Paris: Éditions sociales, 1960.

Cette prise de conscience amène les intellectuels de l'époque, écrivains, philosophe à réfléchir et parfois proposer des projets pour améliorer l'habitat populaire (l'habitat populaire est pris ici au sens de l'habitat des "pauvre"). Ce qui nous intéresse dans ces projets, c'est qu'ils ne proposent pas seulement de construire des logements neufs répondant aux normes hygiéniques prescrits par les médecins pour éviter les épidémies de Choléra. En fait, ils présentent une réflexion générale sur la ville. Le logement n'y est jamais dissocié du reste de la vie urbaine. Ainsi Charles Fourier avec son Phalanstère se concentre sur un nouveau mode d'habitat, qui est souvent lié aux autres fonctions de la ville, comme le travail, le commerce, la culture. C'est un bâtiment pour 1.600 habitants, comprenant les logements des "sociétaires" aux étages, des équipements collectifs comme une bibliothèque, une salle de repos, une salle de conseil, un hôtel pour les visiteurs, un opéra, des églises, un tribunal, des écoles. La fonction du travail est présente à travers des ateliers, des bâtiments agricoles et des jardins pour cultiver fruits et légumes. Et ce que l'on peut considérer comme une réalisation du phalanstère, le "familistère", réalisé par l'entrepreneur Jean-Baptiste Godin à Guise dans le nord de la France, contient des bâtiments pour loger les ouvriers de son usine de production de poêles, mais également une école, un théâtre, un dispensaire, des jardins ouvriers. Ces projets dépassent donc le simple logement, c'est la naissance d'une réflexion sur l'habitat, c'est à dire sur l'espace de vie que s'aménage l'espèce humaine, et ce à l'époque de l'industrialisation.

Mais la bourgeoisie intellectuelle n'est pas seule à s'emparer de ce thème. En effet, dès leur création, le logement décent est l'une des revendications importantes des syndicats. Ils luttent au moyen de grève des loyers ou en s'opposant aux expulsions. La lutte autour du logement entre progressivement dans les revendications syndicales et



politiques à partir de la fin du 19<sup>ème</sup> siècle. Ces luttes vont pousser l'État à intervenir, entre autres afin de freiner l'avancement des idées socialistes dans la société. Ainsi en France la première société H. B. M. (Habitation Bon Marché) est créée en 1889. Les lois Siegfried, Straus, Ribot et Bonnevey soutenant la construction de logements pour les classes populaires sont votées au tournant du siècle. C'est le début de l'intervention de l'État dans la politique du logement. Après la seconde guerre mondiale, la pénurie de logement est telle que l'État lance de grands programmes de construction. Malheureusement le logement et la ville sont pensés séparément. Et au milieu des années 60 apparaissent déjà les premières critiques des grands ensembles. Construits en périphérie, ils ne bénéficient pas ou peu d'infrastructures et dépendent de la ville centre. Certains architectes formulent alors d'autres propositions:

*L'atelier d'urbanisme et d'architecture, l'AUA, emmené notamment par Paul Chemetov, Jacques Kalisz ou Henri Ciriani, proche du parti communiste, tout comme l'atelier de Montrouge qu'animent Jean Renaudie, Gérard Thurnauer, Jean-Louis Vérer et Pierre Riboulet, sont de ceux-là. Sans vraiment se démarquer du mouvement moderne, ils veulent rompre avec le tout fonctionnel et imaginent d'associer logements, commerces et équipements publics, tels que crèches ou ateliers d'artistes, pour créer une véritable communauté d'habitants.*<sup>8</sup>

<sup>8</sup> POUVREAU, Benoît. *Le Logement social en Seine-Saint-Denis (1850-1973)*. Inventaire général. ADAGP, 2003.

Mais l'État va également prendre sa responsabilité. En 1967 Edgard Pisani est ministre du logement et s'exprime ainsi: "Il ne serait pas seulement faux de rendre les architectes responsables de la médiocrité du logement actuel, mais ce serait fondamentalement inefficace. On ne peut pas débarrasser le secteur public de sa responsabilité, car l'architecture n'est pas seulement l'affaire des architectes, mais avant tout l'expression d'une volonté politique." Et à l'occasion d'une table ronde du ministère du logement de 1967, cette volonté politique va porter ses fruits. La conclusion de cette réunion fut que l'État a à porter les coûts supplémentaires pour la recherche et les expérimentations architecturales. Les participants proposèrent donc pendant la préparation du sixième plan quinquennal, d'introduire un programme d'aide à la construction d'habitat expérimental. En 1971 le Plan construction est mis en place. Il possède deux instruments: les compétitions d'idées PAN et le mode de financement REX. Les projets des gagnants des compétitions PAN doivent être réalisés à l'aide des financements REX. Un exemple de



ces réalisations est le projet que les deux architectes Michel Andrault et Pierre Parat réalisent pour la ville d'Evry en 1971-72. Il s'agit d'un ensemble de logements "maison-gradins-jardins" assemblés en pyramides. Bien sûr les exemples d'interventions de l'État ne se trouvent pas seulement en Europe. Ainsi, le nouvel *Institut national de l'épargne et du logement de Cuba*, dirigé par Pastorita Núñez, commença à remplacer les grands bidonvilles célèbres de La Havane (Las Yaguas, Llega y Pon, La Cueva del Humo) par des maisons préfabriquées construites par les résidents eux-mêmes.

Les constats faits en introduction sont convergents et invitent à s'interroger, au-delà de ce qui est fait actuellement, sur les causes d'un phénomène mondial pourtant objet de prises de conscience élargies et unanimement déploré... En effet, le nombre de personnes vivant dans des conditions inhumaines continue de croître malgré les mesures prises pour y faire face. Ce qui a conduit à un premier questionnement de ces mesures: d'abord le développement informel des villes et plus précisément la création et l'évolution des bidonvilles, la perception qu'en ont beaucoup d'acteurs professionnels et politiques et leurs manière de réagir; ensuite, le choix et les recommandations des instances internationales et, enfin, les réalisations, singulièrement aux 19<sup>ème</sup> et 20<sup>ème</sup> siècles, sous l'influence des responsables politiques et syndicaux dont l'engagement et les objectifs dépassaient les questions de logement qu'ils intégraient à des interrogations et des ambitions plus larges et plus globales sur la ville, l'habitat et de développement humain.

Ce qui, pour l'essentiel, se dégage de ce rapide survol historique c'est d'abord l'étroitesse des propositions et des réalisations qu'on peut qualifier de "réactives et de rattrapage" et ensuite une "soumission" générale tacite à des conditions générales qui confinent la majorité des choix dans un cadre qui les réduit à des mesures quantitatives (le nombre de logements construits) ou à accepter, voire à valider, des aménagements tels que celui des bidonvilles au prétexte qu'ils seraient sources d'économies, de créativité et de socialisation.

Ainsi, la question de l'apparition des bidonvilles en périphérie des villes est riche d'enseignements: ses causes, en effet, sont à la fois à rechercher du côté de la fuite de la pauvreté, de la misère, des expulsions et des guerres et dans une logique spéculative et d'exploitation sociale, dont la ségrégation et l'aménagement du territoire sont les effets.

En ce sens la pensée de la ville et de son organisation est l'expression des rapports et des conflits de classes tout comme l'évolution des politiques de la ville dont on peut dire, aujourd'hui, qu'elle manifeste un recul idéologique décisif... C'est pourquoi l'évolution du statut des bidonvilles dans le développement urbain est à analyser avec attention comme le double symptôme d'une logique économique et sociale qui conduit à son existence et à modeler les manières de l'aménager: de problème, il devient réalité imposée et fatale, voire solution...

Cette remarque est à étendre à ce qui est partout nommé "la crise de la ville": sans analyses élargies, approfondies et rigoureuses, renouvelées car engagées et ambitieuses des conditions politiques, économiques et techniques et culturelles, des modèles et des urgences qui pèsent sur l'acte de construire, on se bornera à des mesures de rattrapage réduites aux urgences matérielles: construire pour les pauvres (souvent le logement social aujourd'hui) et donc accepter discrimination et stigmatisation par manque d'ambition ou de lucidité. Le corollaire de cette nécessité est à voir dans le rôle du politique: en effet, si une absence de politique, un désengagement politique au profit du secteur privé... ont conduit à la situation de faillite actuelle, seule la définition et l'affirmation d'une conception plus large de l'action politique et de ses responsabilités est de nature à ouvrir des perspectives de transformations réellement émancipatrices: ce qui implique la mobilisation et les contributions des citoyens. Donc, la définition de contrats de recherche et d'expérimentation de développement local associant, sous des formes à inventer et dans un travail d'élaboration collectif stratégique, méthodologique et conceptuel associant les différentes familles d'acteurs.

Camille Acot est architecte (Université de Hanovre) et membre du conseil scientifique du Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP), responsable du groupe de Berlin.  
camilleacot@yahoo.fr

# Place et rôle du travail dans l'habitat populaire

un enjeu de  
développement durable

---

*Corinne Luxembourg*

**A** la surface de la planète, les activités productives, d'extraction, de transformation, de services, en bref d'échanges, se sont développées et continuent d'évoluer dans un contexte économique capitaliste. A ce premier constat, nous pouvons ajouter qu'au gré de la dématérialisation des flux de communication, qui caractérise les vingt dernières années, la mondialisation capitaliste tend à s'accélérer s'illustrant notamment par une standardisation des lieux et une déterritorialisation des relations habitat-travail.

Le propos de ce texte consiste à éclairer la relation intime du travail et de l'habitat populaire puis de comprendre le processus qui va de la segmentation du travail à la déshumanisation de l'urbain.

# Lugar e papel do trabalho no habitat popular

uma aposta no  
desenvolvimento sustentável

---

**N**a superfície do planeta, as atividades produtivas, de extração, de transformação, de serviços, de trocas em suma, desenvolveram-se e continuam a evoluir num contexto econômico capitalista. Diante dessa primeira constatação, podemos acrescentar que, ao sabor da desmaterialização dos fluxos de comunicação, que tem caracterizado os vinte últimos anos, a globalização capitalista tende a acelerar-se, ilustrando-se notadamente pela padronização dos lugares e pela desterritorialização das relações habitat-trabalho. O propósito deste texto consiste em esclarecer a íntima relação que existe entre o trabalho e o habitat popular, para que se possa compreender depois o processo que vai da segmentação do trabalho à desumanização do urbano.

Avant toute chose, il s'agit d'appréhender l'imbrication du travail et du logement populaire (bailleur public, privé, logement social de fait) ayant vocation à loger le plus grand nombre de travailleurs, comme résultante de la nécessité pour un patronat paternaliste de loger la main-d'œuvre à proximité du lieu de production. Ensuite, un second niveau de compréhension géographique consiste à voir que l'habitat populaire pourrait se caractériser comme le territoire de pratiques de la ville qui font que le travail (même par son absence) est inhérent à l'urbanité.

Cette double lecture conduit à s'intéresser au travail, sous la forme d'activités productives, plus particulièrement industrielles, et à sa place dans le processus de mondialisation. En effet, le travail qu'il soit issu d'activités locales, de délocalisations, de transformation ou de services, conçu comme délocalisable ou non, c'est-à-dire délié ou non de son territoire d'origine et de fait de sa population, n'existe que dans un système d'interdépendance et constitue un facteur principal de l'aménagement du territoire. C'est cette interdépendance qui autorise à appréhender de façon globale – dans le temps et dans l'espace – le travail et l'habitat populaire à l'échelle d'une ville ou d'une agglomération.



Gennevilliers (banlieue nord-ouest de Paris, France), usine du Carbone-Lorraine et logement social

Partons du postulat où se mêleraient à la fois l'accélération de la désindustrialisation des anciens Etats industriels, l'industrialisation de pays dits "émergents" non plus seulement "pays-ateliers", mais aussi territoires d'innovation. Corrélativement à cela nous envisageons l'éloignement physique entre lieux de décision et lieux de production à l'échelle mondiale aussi bien qu'à l'échelle locale. Enfin, pour que le contexte d'observation soit tout à fait posé, indiquons que notre réflexion se situe dans une perspective critique des rapports spatiaux de domination sociale. La place du travail dans l'habitat populaire devient de ce fait un enjeu de la conception que l'on se fait de la ville juste<sup>1</sup> donc durable.

<sup>1</sup> SOJA, E. W. *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

### **Emiettement du travail, fragmentation urbaine**

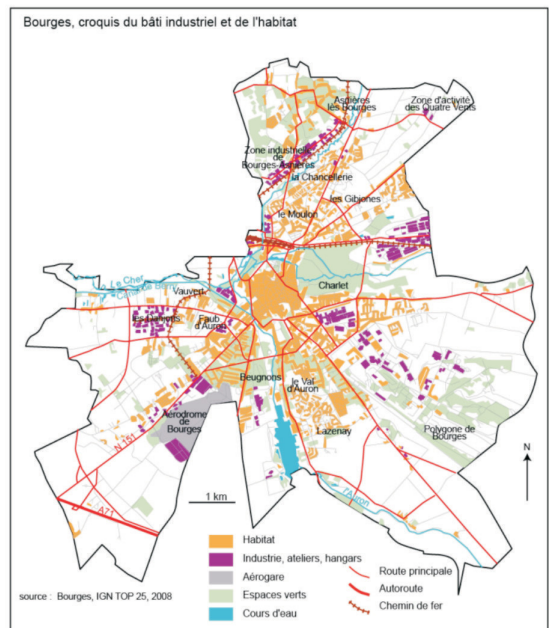
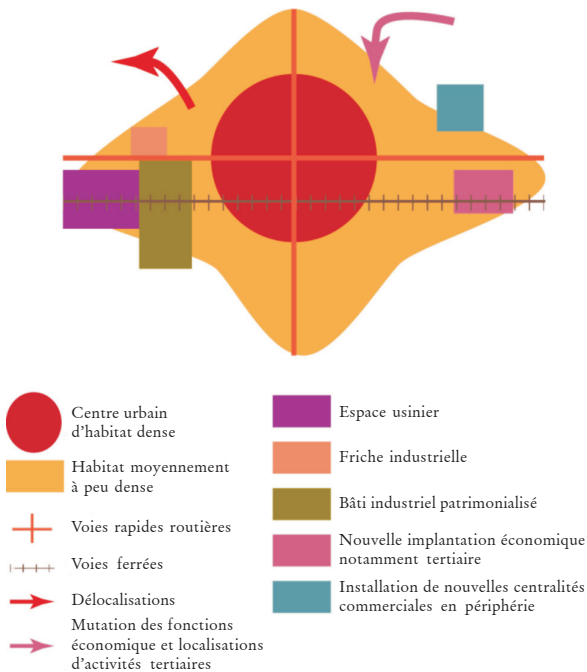
L'imbrication habitat-travail résulte principalement d'une première imbrication physique logement-travail de l'artisanat, puis de la nécessité pour le patronat de loger les ouvriers à proximité du lieu de production. Le XIXe siècle et le début du XXe siècle des pays anciennement industrialisés ont été le temps de l'imbrication des organismes urbains et usiniers qui se lit aujourd'hui encore dans le tissu urbain avec la place centrale de l'usine au milieu du tissu urbain. La ville-usine ou la ville-minière comme les communes de mono-activité ou les communes des bassins miniers européens en sont des exemples organisés autour des puits de mine ou de l'usine, indépendamment des limites communales et des centralités politico-administratives. Pour des villes industrielles, déjà fortement urbanisées, le tissu urbain a conservé les centralités anciennes issues de rôle polarisateur préexistant comme de fonctions marchandes, point relais stratégiques de routes commerciales.

<sup>2</sup> Ernest W. Burgess, en 1925 à partir de Chicago, H. Hoyt en 1939 à partir de plusieurs villes américaines.

Les modèles de base de l'écologie urbaine, notamment à partir du cas de Chicago<sup>2</sup> rendent bien compte et mettent en évidence les liens entre industries et quartiers populaires. Une rapide typologie de la plus ou moins grande imbrication des espaces urbains et usiniers permet d'appréhender les turbulences fonctionnelles, conséquences de la désindustrialisation qui ont bouleversé le tissu urbain.

Ainsi une industrialisation centrifuge concerne les villes ayant un rôle commerçant polarisateur pour leur région avant leur industrialisation. Celles-ci ont un centre urbain ancien, reconnaissable et ont accueilli l'industrie en périphérie et avec elle l'habitat qui lui était attaché. Illustrons

notre propos par un rapide détour par la ville de Bourges (France): ville moyenne de moins de 80.000 habitants, au rôle polarisateur historique (carrefour commercial et centre politique), spécialisée plus particulièrement par l'industrie d'armement jusqu'au début des années 2000. La division sociale et fonctionnelle de l'espace y est assez remarquable. Bourges désindustrialisée conserve cette division socio-spatiale en l'accentuant par un centre ancien patrimonialisé et gentrifié et des quartiers populaires au taux d'inactivité élevé, ne bénéficiant pas ou peu de volontés politiques de conservation et d'évolution des savoir-faire de production.

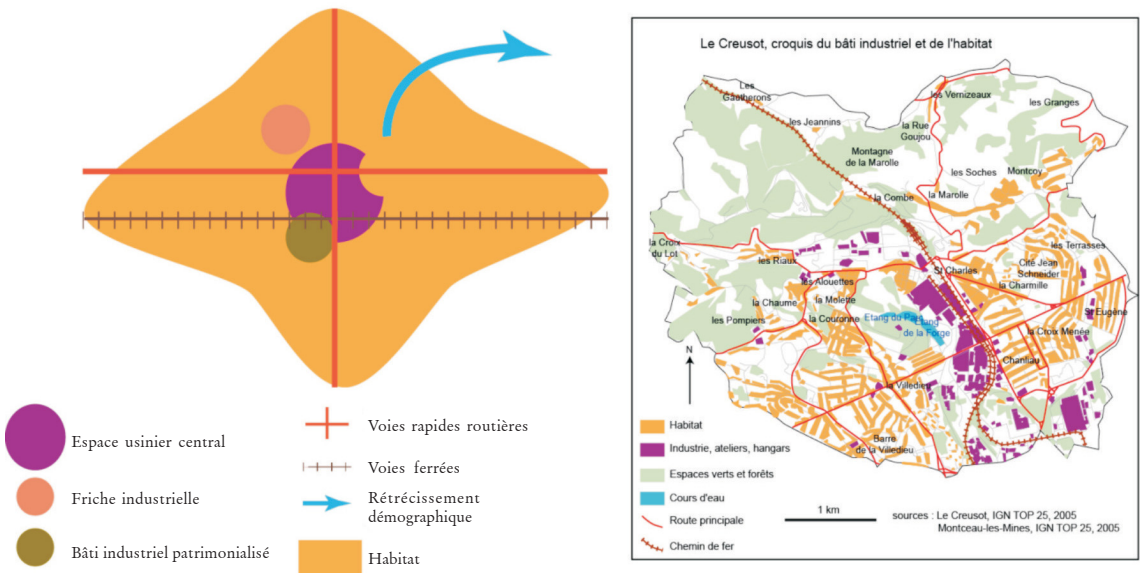


### Modèle de ville pluri-activité: industrialisation centrifuge et créations de nouvelles centralités

L'industrialisation centripète en est le négatif, illustrée par la place centrale prise par l'usine et l'organisation de l'habitat concentriquement aux ateliers. Le Creusot, petite ville d'environ 25.000 habitants en est un exemple. La division socio-spatiale s'exprime ici à l'échelle de l'ilot urbain où la hiérarchie présente à l'usine perdure jusque dans le paysage, caractérisant l'impact spatial du paternalisme industriel, même près de 30 ans après le démantèlement de Creusot-Loire en 1984. Les spécifications se remarquent dans les formes et attributs des logements et de l'organisation de la rue afin d'en permettre un meilleur con-



trôle. Le territoire est très nettement sectorisé selon ses fonctions. A la différence de la catégorie précédente, la désindustrialisation porte une atteinte à l'ensemble de la ville.



### Modèle de ville de monoactivité: industrialisation centripète et rétrécissement démographique

L'accélération de la division internationale du processus de production et de l'internationalisation des firmes transforme cet aménagement dès lors que le travail de production qui y était largement implanté est redéployé sur des territoires de délocalisation. Cette transformation se matérialise localement par un double mouvement, celui de la déliaison entre l'organisme productif et l'organisme urbain d'une part, celui de la fragmentation de la production sous forme de délocalisation totale ou partielle d'autre part.

A mesure que le métier de l'artisan est émietté au sein de l'usine, que la tâche est décomposée, la ville se fragmente à son tour écartant les lieux de société des lieux de logements. Néanmoins, les pratiques de la ville, les modes d'habiter restent constamment liés au travail, qu'il représente une communauté de vie et/ou l'expression visible d'un rapport de domination, à l'image de la rue creusotine.

Concernant les villes des pays anciennement industrialisés, la perte des emplois de production peut parfois être synonyme de la perte de l'ensemble des emplois présents, tant la spécialisation a pu être importante. Consé-

<sup>3</sup> FOL, S. & CUNNINGHAM-SABOT E. "Déclin urbain" et *Shrinking Cities*: héritages et renouveaux. Paris: Ellipses, 2010.

<sup>4</sup> LÉVY, J. *Le tournant géographique*: penser l'espace pour lire le monde. Paris: Belin, 1999. p. 200-202.

quence rapide: les villes connaissent une hémorragie démographique et des formes de rétrécissement<sup>3</sup>. La perte d'emplois et conséquemment de population devenant considérable, le principe simple d'urbanité<sup>4</sup> est discuté à ces communes industrielles en même temps que sont réduites la possibilité d'échanges et l'attractivité et qu'est bouleversé le tissu urbain. L'imbrication économique et physique entre les organismes urbains et usiniers en se rompant scarifie la ville et appauvrit la mixité fonctionnelle urbaine. Le départ des industries a laissé des friches, parfois polluées de façon importante et limitant alors leur réaffectation. La géographie des relations entre l'espace urbain et l'espace usinier se modifie au fur et à mesure en créant après les friches industrielles de nouveaux espaces de coexistence, revitalisés ou tout le moins réaffectés. La désindustrialisation touche la ville dans son tissu en laissant la place ensuite à plusieurs possibilités liées aux décisions politiques des élus locaux et/ou nationaux et aux décisions des dirigeants d'entreprises.



Le Creusot, maison d'ingénieur aux tuiles d'ardoise à l'extrémité d'une rue de maisons d'ouvriers aux tuiles de terre cuite.

Reprenons alors le fil du processus commun au travail et à l'habitat populaire: la segmentation des tâches induit la fragmentation du tissu urbain. La désindustrialisation, parce qu'elle passe d'une façon ou d'une autre par la déterritorialisation des activités, provoque la remise en cause de la ville et une forme de désurbanisation.



## Exurbanisation, standardisation, déterritorialisation

La dernière phase connue de l'évolution des localisations des unités de production s'illustre par un double phénomène. Le caractère souvent polluant de l'industrie l'a conduit à s'installer de plus en plus en dehors de la ville, entraînant avec elles les populations ouvrières. Cette exurbanisation est également rendue possible et souhaitable par des coûts de fonciers plus faibles en périphérie que dans les centres d'agglomérations, permettant à la fois l'accès rapide aux grands flux de communication et l'extension des surfaces. Elle renforce alors la déliaison précédemment évoquée. De périphéries géographiques et fonctionnelles, elles sont devenues des périphéries sociales, illustrant les ségrégations socio-spatiales à l'intérieur même des territoires. Cette conception socio-spatialisée de la problématique du travail permet d'envisager l'injustice spatiale et environnementale de grande ampleur qui touche les territoires désindustrialisés des pays de départs; tout comme les territoires accueillant les activités délocalisées, aux normes environnementales peu exigeantes.



La Défense, centre commercial et financier parisien standardisé

A cela s'ajoute une standardisation des lieux d'implantation du travail qu'il s'agisse des lieux de production ou des lieux commerciaux. On assiste alors à une accélération

du processus de production/standardisation/suppression d'espace urbain. Elle s'observe bien entendu pour les lieux de production mais pas uniquement, il en est de même pour les centres commerciaux ou les centres d'affaires.

De fait, il s'agit d'un renversement progressif des centralités urbaines, délaissant peu à peu les centres anciens pour des centres périphériques concentrant l'activité (d'affaire ou commerciale) en dehors de l'habitat. Un tel mouvement est porteur du caractère jetable de ces lieux identiques aux quatre coins du monde en même temps qu'un outil de domination des populations des quartiers populaires. La ville standardisée devient non-lieu au sens défini par Marc Augé<sup>5</sup>, espace de prédation et de spéculation. Cette double évolution permet de placer ces territoires au cœur des révolutions informationnelles et de rythmes de décisions accélérés. Ces espaces, en particulier les centres d'affaires participent de la continuité des flux en constituant des relais spatiaux fixes qui à mesure que les flux s'accroissent peuvent devenir obsolètes et disparaître<sup>6</sup>.

La déconnexion des lieux de travail des territoires, la distanciation des lieux de donneurs d'ordre et des lieux de production acheminent les espaces métropolitains en dehors de tout contexte géographique. C'est-à-dire que dans les flux économiques à l'œuvre dans le contexte d'accélération du processus de mondialisation existent plus que jamais en abstraction du substrat géographique donc urbain. Les espaces urbains, puis métropolitains créés dans le cadre d'une suraccumulation du capital peuvent à leur tour disparaître dès lors que la capacité technologique d'accélération des flux d'informations le permet.

Ce mouvement progressif de déliaison des rapports ville-travail, d'exurbanisation physique des lieux de travail, puis de standardisation des lieux, aboutit à une déterritorialisation de la ville dans son ensemble: les délocalisations, les pertes d'emplois enjoignent la population à se "délocaliser" à son tour rompant les liens d'identité et d'histoire communes, de sociabilité finalement de résistance, de dignité. Atteinte à l'urbanité, ce processus est une atteinte à l'humanité. Résultant de la primauté du capital sur l'humain, il est amplifié par le récent retournement des politiques d'aménagement du territoire à l'échelle mondiale et notamment en France.

Cette temporalité des délocalisations totales ou partielles a tout autant d'impact selon l'échelle observée, du quartier à la région en passant par l'agglomération, en termes sociaux, de rapports de classes, mais aussi environne-

<sup>5</sup> AUGÉ, M. *Non-lieux*. Introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: Le Seuil, 1992.

<sup>6</sup> HARVEY, D. *Le capitalisme contre le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistance*. Paris: Amsterdam, 2011.

mentaux et urbanistiques. Les firmes multinationales renforcent alors leur rôle principal d'aménageur du territoire, ayant une primauté sur le pouvoir politique représentatif lorsque celui existe, en développant ou accompagnant la mise en concurrence des territoires en termes d'attractivité économique ou de dispositifs d'accueil intéressants.

Les politiques d'aménagement du territoire connaissent un retournement décisionnel fort depuis les 15 dernières années. L'exemple français est à cet égard illustratif: les politiques de déconcentration industrielle du milieu des années 1950, puis celles de pôles de conversion y ont cédé la place à une nouvelle politique industrielle depuis le milieu des années 2000, sous la forme de pôles de compétitivité ayant vocation à rompre avec la conception d'un aménagement du territoire fondé sur le principe d'équité. Tout comme l'outil de prospective territoriale français ne promet plus l'action régionale mais la compétitivité et l'attractivité des territoires<sup>7</sup>, l'aménagement n'est plus du ressort de la décision politique représentative mais de la prise du pouvoir politique par l'économie. Cette collusion des décisions politiques en faveur des firmes empêche fondamentalement le développement d'un rapport à l'environnement appréhendé comme bien commun.

La compréhension de l'aménagement du territoire par cette perspective économique laissée à la seule décision des firmes participe d'une "condition postpolitique"<sup>8</sup> de la ville dans laquelle chacun s'accorderait sur l'inaptitude du pouvoir représentatif à se porter garant de l'intérêt général.

## Justice spatiale

La ville tend donc à se standardiser. L'urbain est reproduit indéfiniment en quel que lieu que ce soit et l'idée de développement durable urbain est devenue largement consensuelle: l'évolution de la ville est envisagée en dehors de toute réflexion de réintégration du travail – et notamment des activités de production – dans le tissu urbain. La ville industrielle ne pourrait alors jamais être durable ou, pour le dire autrement, la ville durable ne pourrait jamais être une ville productive. La durabilité n'intervient principalement, pour ces territoires industriels, que sous la forme de patrimonialisation de certains bâtiments. Or nous pouvons partir d'un triple constat: tout d'abord, depuis la publication en 1987 du rapport Brundtland, préconisant un développement durable, la survie de l'espèce humaine (re)devient un paramètre économique; ensuite, la désindus-

<sup>7</sup> La DATAR, créée en 1963 comme délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale, est devenue en 2005 DIACT, délégation interministérielle à l'aménagement et à la compétitivité des territoires, puis a repris en 2009 les initiales DATAR mais troquant l'action régionale au profit de l'attractivité.

<sup>8</sup> SWYNGEDOUW, E. The Antinomies of the Postpolitical City. In: Search of Democratic Politics of Environmental Production. *International Journal of Urban and Regional Research*, n° 33/3, 2009.



Gennevilliers. Inauguration de la Presse Bliss symbolisant la fin de la production d'ETG Chausson et l'entrée de l'écoquartier en lieu et place de l'usine.

<sup>9</sup> SWYNGEDOUW, E. *Op cit.*

rialisation des pays anciennement industrialisés a développé un marché de l'emploi fondé sur la précarité des salariés étendue à l'échelle mondiale; enfin les savoir-faire et savoir-innover existent et sont partie prenante de la réflexion du développement durable.

Il ne s'agit donc pas, ou tout au moins pas seulement, de les patrimonialiser dans des conservatoires, mais de les faire vivre en lien direct avec la recherche et l'innovation, de les pérenniser. Ce consensus environnemental rejoint une fois encore la "condition postpolitique" préalablement évoquée où tout comme la nouvelle division internationale du travail est définie comme inéluctable, le développement durable fixerait les règles de bonne gouvernance pour une ville durable, à différentes échelles. Reprenant les termes de J. Rancière cités par E. Swyngedouw<sup>9</sup>: "les politiques environnementales [...] sont réduites à des activités de police. Elle se limitent à une gestion policière de

mise en ordre [...]", et en cela elles ne font pas urbanité. La ville devient alors peu à peu le fait d'experts, de techniciens, se partageant le pouvoir d'organiser les territoires afin d'en accroître les capacités d'accumulation. La conception d'aménagement du territoire prise dans son ensemble ne fait alors plus du tout intervenir la relation travail-habitat mais la nécessité d'identité de services en quel que lieu que ce soit de la planète. Dans un tel contexte, la promotion de la ville durable, des écoquartiers, apparaît au mieux comme un paradoxe, mais souvent comme une nouvelle standardisation de la ville, ne portant finalement que peu la réflexion de nouveaux rapports à l'environnement.

Penser la ville durable indépendamment de ses fonctionnalités n'a pas plus de sens que les écoquartiers s'ils ne sont conçus que comme fragments de ville, au risque de

créer de nouvelles discontinuités physiques et fonctionnelles. La fabrique urbaine est alors indiscutablement liée à la conception de ses fonctions, de la place des habitants et des salariés de même qu'à la conception de l'organisation du territoire à plus petite échelle. En effet, construire des usines propres, à la pointe de toutes les normes environnementales ne sert à rien si les transports, la consommation globale d'énergie pour l'acheminement des matières premières et les produits continuent de progresser. La problématique de la ville compacte proposée pour limiter l'emprise au sol, les distances-temps et les transports automobiles doivent être pris en compte pour reposer la question de la production.

Ajoutons à ce constat que l'émergence de la notion de développement durable a aussi favorisé la mise en question de l'égalité territoriale. La déliaison entre travail et habitat populaire, l'insécurité liée à la précarisation de l'emploi, participent d'une remise en cause d'un aménagement du territoire dont il est de moins en moins communément admis qu'il doit reposer sur l'intérêt général et la justice spatiale<sup>10</sup>. Si l'habitat populaire a pour vocation de concerner le plus grand nombre alors l'intérêt général voudrait que l'emploi qui lui correspond soit garanti. Ainsi, la transformation sociale est indissociable de la transformation spatiale et donc des pratiques spatiales et englobe parfaitement la réflexion du développement durable.

Poser la nécessité de l'imbrication entre le travail et l'habitat populaire comme un caractère obligatoire de la justice spatiale conduit à repositionner l'aménagement du territoire et l'urbanisme comme des outils politiques indispensables de la transformation sociale en même temps qu'est réaffirmée la démocratie comme base de la justice dans la cité. Les suppressions massives d'emplois liées à la spéculation et l'intervention des firmes comme acteur de plus en plus pesant dans l'aménagement du territoire sont subies, non démocratiques donc injustes et illustrent la rétroaction du spatial sur le social. Nous pouvons alors rejoindre la proposition de David Harvey d'intégrer la dimension urbaine à la lutte sociale en intégrant notamment les habitants de quartier et les questions urbaines dans les réflexions syndicales. Il s'agit de prendre acte du fait que l'existence de la ville durable est indissociable de l'imbrication avec le travail et qu'inversement la transformation sociale ne se joue pas uniquement sur le lieu de travail mais aussi dans la ville, dans les quartiers, dans la conception que l'on a de l'habitat et de l'espace public.

<sup>10</sup> FAINSTEIN, S. S. Justice spatiale et aménagement urbain. *Justice spatiale/spatial justice*, n°1, 2009, p. 68-89.



Cette imbrication n'est pas nécessairement le fait de grands organismes usiniers, elle peut figurer sous la forme de coopératives de production plus petites privilégiant une relation directe et paritaire entre la production et l'acheteur et en revalorisant "le savoir de la main"<sup>11</sup>.

La division du travail interagit avec la division spatiale observée de l'échelle locale au monde, segmentant les activités de production et fragmentant en spécialisant les villes, les régions, les pays. Partant de ce constat, la place et le rôle du travail dans l'habitat populaire (urbain ou rural) sont alors structurants. Les délocalisations tout comme la standardisation des lieux de travail et de consommation délient puis déterritorialisent non seulement les rapports des activités productives à la ville, mais conséquemment les rapports des Hommes à la ville, leur identité, leur histoire – détruisant alors l'urbanité et le contrat social qui les rassemblaient.

<sup>11</sup> SENNETT, R. *Ce que sait la main: la culture de l'artisanat*. Paris: Albin Michel, 2010.

**Corinne Luxembourg** est géographe, docteur en géographie, maître de conférences à l'Université d'Artois et membre du conseil scientifique du Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP)  
corinne.luxembourg@gmail.com

# L'habitat populaire, reflet du rapport des sociétés humaines à leur environnement

---

*Jean-Pierre Bouanha*

*...la ville est à la fois objet de nature  
et sujet de culture, la chose humaine,  
par excellence...*

Claude Lévi-Strauss

**A**u cours des années 1970, un architecte italien nommé Giancarlo de Carlo a travaillé sur un projet de Cité Ouvrière (la cité Matteoti, à Terni en Italie). Cet architecte s'est attaché à faire participer activement les acteurs du projet tels que les usagers et les habitants en leur accordant un droit de regard et de contrôle, tout en les amenant à questionner le processus architectural traditionnel. Il en est résulté un ensemble de 250 logements représentatifs de ses habitants, répondant à leurs attentes et leurs besoins réels.

Soulignons quand même qu'il s'agit ici d'une construction de logements et non d'un projet global d'habitat incluant le travail et l'ensemble des équipements nécessaires. Néanmoins, ce village intègre des fonctions à la mesure de ses usagers, dans les déplacements qui favorisent le lien social, dans le traitement des abords et de l'ensemble de l'environnement paysager collectif et privatif, dans l'existence de services publics essentiels. C'est une démarche qui s'appuie sur un choix politique et délibéré de l'architecte qui réussit dans ce contexte à créer une émulation collective autour d'un projet communautaire. Cette réalisation, par le rapport qu'elle exprime entre un projet architectural et la volonté de ses futurs habitants cristallise, comme nous allons le voir, toute la problématique de l'habitat populaire.

# O habitat popular, reflexo da relação das sociedades humanas com seu meio ambiente

---

*...a cidade é a um só tempo objeto da  
natureza e sujeito da cultura, a coisa  
humana, por excelência...*

Claude Lévi-Strauss

**N**o decurso dos anos 1970, um arquiteto italiano chamado Giancarlo de Carlo trabalhou num projeto de Cidade Operária (a cidade Matteoti, em Terni, Itália). Esse arquiteto preocupou-se no sentido de que participassem ativamente do trabalho os atores do projeto, tais como os usuários e os habitantes, levando-os a questionar o processo de arquitetura tradicional. Desse posicionamento resultou um conjunto de 250 moradias representativas de seus habitantes, respondendo às suas expectativas e necessidades reais. Ressaltemos, no entanto, que se trata da construção de moradias e não de um projeto global de habitação propriamente dito, incluindo o trabalho e o conjunto dos equipamentos necessários. Não obstante, essa vila integra funções na medida satisfatória das necessidades dos usuários, levando em conta os deslocamentos que favorecem o elo social, o conjunto do meio paisagístico coletivo e privativo, a existência de serviços públicos essenciais. Trata-se de uma diligência que se apóia numa escolha política e deliberada da arquitetura, exitosa nesse contexto, ao criar um estímulo coletivo em torno de um projeto comunitário. Essa realização, pela relação que expressa entre um projeto arquitetônico e a vontade de seus futuros habitantes, atualiza, como veremos, toda a problemática do habitat popular.

L'histoire de l'humanité nous enseigne que l'habitat primitif est la reproduction de l'image du monde qui entoure son constructeur. Cet habitat premier participe de la genèse de l'humanité sous des formes diverses en fonction de l'environnement et des contextes sociaux et culturels. L'apparition de simples habitats primitifs dans des environnements non artificialisés a produit au fil des temps des espaces conquis et transformés par l'homme.

L'homme paléolithique qui se réfugiait dans son abri sous roche, exprimait la nécessité vitale d'un lieu aménagé, lui permettant d'exprimer et de matérialiser l'appropriation de son propre espace à l'intérieur de celui du groupe, à travers des signes et délimitations, par différents moyens tels que des amas de pierres, des branches d'arbres, *etc.*

L'évolution ultérieure de l'habitat, liée aux mutations des dimensions matérielle et spirituelle de la vie des êtres humains, s'est exprimée aussi bien au travers de la conception que ceux-ci se faisaient du monde, qu'en réponse aux besoins de confort et d'amélioration de la qualité de leur environnement immédiat.

L'appropriation humaine de l'espace s'est très vite étendue à des territoires, à tout un environnement dont l'abri n'était qu'une partie infime. "Pour s'approprier son espace, l'habitant le clôt, même symboliquement, de façon à délimiter un territoire sur lequel il pourra inscrire sa marque"<sup>1</sup>

Dès lors, l'homme "modèle" son environnement à son image ou plutôt à l'image de la société humaine qui l'a fait homme. Il interagit avec son milieu pour le faire sien. En géographie humaine, l'habitat est "l'ensemble des conditions d'organisation et de peuplement par l'homme du milieu où il vit". Si l'on se penche sur cette définition, que sont ces conditions d'organisation et de peuplement? Si celles-ci se réfèrent à une organisation économique et sociale, à une volonté d'habitants de se regrouper pour vivre ensemble, sur un même territoire dans lequel sont concentrés le travail, l'éducation, la culture, le logement, *etc...* alors, l'habitat c'est la ville? L'habitat en ce sens signifie tout ce qui conditionne et structure les modes de vie des hommes et des femmes.. Pour poursuivre la réflexion sur cette définition et sur l'ancrage géographique d'une société humaine, l'environnement, qu'il soit naturel, social, ou culturel, est le milieu dans lequel évolue l'homme, et l'habitat, au sens large, englobe tout l'environnement – remodelé ou non par les sociétés humaines.

<sup>1</sup> HAUMONT, Nicole. Habitat et modèles culturels. *La Revue Française de Sociologie*, IX, 1968, p. 182.



Habiter c'est vivre un rapport à l'environnement saisi en tant que système de milieux, en tant qu'organisation de l'espace, en tant que paysage culturel. Cette notion de paysage culturel qui ne peut découler que de la transformation de la nature par les êtres humains, peut être considérée pour partie comme étant l'un des repères constitutifs de ce que l'on nomme "ville" ou "espace urbain".

En effet, le tracé d'une ville quel qu'il soit, ne peut échapper à l'évolution d'une société humaine, à sa culture ainsi qu'à la mémoire sociale de son environnement. Les villes anciennes se sont construites sur la base d'organisations sociales et de cultures diverses, ainsi qu'au gré de bouleversements économiques, sociaux politiques et religieux. La ville peut donc être considérée comme expression culturelle commune et l'habitat comme reflet culturel des civilisations.

On peut s'interroger alors sur ce qui s'est passé? Quand le rapport à l'environnement s'est-il détérioré au point de générer des situations de non-habitat? C'est au moment où les êtres humains sont dépossédés de la maîtrise de leur habitat que la ville entre en crise. La crise de la ville est une crise de l'habitat et de l'environnement ; c'est donc aussi une crise culturelle. Quand les habitants sont dépossédés de leur espace urbain au point de s'y sentir étrangers, c'est-à-dire quand la ville se déshumanise, on assiste à une dislocation culturelle, à une désagrégation du lien social, à un échec sociétal au sens politique du terme. On retrouve d'ailleurs dans un grand nombre de pays d'Amérique Latine des exemples de grandes métropoles, dans lesquelles sont conjugués violence et défaillances urbanistiques (Bogota, Mexico, Lima, etc..)

La crise de la ville c'est aussi quand les politiques publiques, en principe garantes du bien commun, abandonnent les populations les plus démunies en les rejetant à la périphérie, créant ainsi des zones de non-villes, sans urbanité, où il est vain de chercher les conditions favorables à une émancipation collective.

Le déclin des centres-villes dans le sens d'une "purge" des catégories les plus pauvres, a favorisé au fil des décennies écoulées, l'émergence d'un modèle élitiste, et sur consommateur de la ville, qui met en évidence une "culture" des classes aisées pour elles-mêmes et repliées sur elles-mêmes dans des lieux clos et hyper-sécurisés. Cette culture imposée par les détenteurs du pouvoir (puissances financières et politiques), n'est pas issue du peuple. Elle est véhiculée par une minorité et dans ce sens, ne peut

être considérée comme commune. Elle est, de fait, culture de classe, culture bourgeoise, et s'oppose à la culture populaire, commune.

Les sociétés actuelles reflètent en général l'interruption de véritables projets collectifs. Elles sont dans l'incapacité de se représenter elles-mêmes, de façon humaine, et n'offrent plus la capacité d'interprétation et d'identification collective. Les politiques publiques se sont tournées vers la gestion, le corporatisme, la bureaucratie, et la défense des intérêts financiers.

Elles ont fait le choix de la "périphérisation" inhumaine, "inurbaine", en rejetant les populations socialement défavorisées et fragiles, hors des villes, créant ainsi une domination de la ville sur la "banlieue", culturellement et socialement: logements de mauvaise qualité, inefficacité ou même absence de moyens de transports collectifs, manque de services publics adaptés, absence de lieux favorisant l'émergence d'une culture populaire ou permettant par l'éducation l'amélioration de leur condition sociale, etc... Aujourd'hui dans le monde, près d'un milliard et demi de personnes vivent dans des bidonvilles aux conditions précaires et dans la misère humaine la plus indigne.

Cette domination de la ville riche et "fermée" sur la ville pauvre et délaissée a engendré des phénomènes de frustration et d'injustice de la part des habitants, qui au fil des années, se sont matérialisés par la violence urbaine, le repli sur soi, l'absence de perspective d'avenir, et paradoxalement l'identification au modèle dominant sans pour autant posséder les moyens de concrétiser cette identification.

Ces populations ont subi, malgré elles, un urbanisme imposé, non maîtrisé, qu'elles n'ont jamais pu s'approprier car elles n'ont jamais eu leur mot à dire. Le développement urbain subi, c'est celui qui crée la ville standardisée, dénuée d'âme, la ville aseptisée, la ville capitaliste que l'on retrouve désormais partout dans les pays dits "avancés" et qui sert les intérêts des plus riches et leurs plaisirs égocentriques.

L'âme d'une ville, c'est celle de l'histoire de son peuple et de son évolution, c'est l'expression d'une architecture révélatrice de la société et de ses hommes, et qui en ébauche l'avenir. C'est aussi le "ressenti culturel" de l'environnement, c'est aussi ce que l'on y voit, sent, entend, touche, goûte, et qui a du sens... Une communauté humaine suppose le partage d'un territoire, d'un espace, de différentes cultures et provenances, et suppose "l'habiter ensemble" tout en ménageant les possibilités nécessaires de

l'intime. Elle suppose aussi la reconnaissance commune de la singularité de chacun. Et elle doit être socialement et culturellement émancipatrice pour ses habitants.

Ce n'est pas le cas de la ville telle qu'elle se construit ou s'étend actuellement.

C'est pourquoi la question d'un changement de modèle s'impose, un changement radical qui soit à même de renverser les situations actuelles ou plutôt d'en créer de nouvelles pour ces sociétés au bord de l'éclatement. Il convient de créer les conditions de nouvelles pratiques qui mettent l'habitant au cœur de la transformation et de la production de son habitat au sens large, qui le fassent passer du statut d'habitant consommateur passif à celui d'acteur responsable.

L'habitat *populaire* (au sens du plus grand nombre), c'est l'idée que l'habitant "construit" son environnement. Il ne s'agit pas ici d'auto-construction mais bien d'un processus à inventer: une démarche qui peut s'appuyer sur des mécanismes d'éducation et de conscientisation collective autour d'un objectif, d'un projet, dans un contexte donné. Cela ne consiste pas en la reproduction du schéma de la démocratie participative qui a démontré, dans bien des cas, qu'il avait ses limites, mais plutôt d'accorder le pouvoir à un groupe, une collectivité, une communauté, de prendre en charge les décisions sur la construction de leur lieu de vie, de leur environnement, de leur habitat.

Ces mécanismes sont à inventer en s'inspirant des expériences de la "recherche-action" – un processus d'action élaboré collectivement, dans lequel les habitants, les citoyens, soutenus par des experts "désexpertisés" c'est à dire au service de l'intérêt de tous, soient en mesure de prendre en charge leur destin, en mettant en commun leurs savoirs, et en les confrontant à une production commune et également nouvelle pour chacun. Chacun est à la fois acteur et chercheur puisqu'il apporte une expérience qu'il est le seul à posséder et puisqu'il doit, avec tous les autres, élaborer une synthèse à partir de cette juxtaposition afin de déplacer les points de vue initiaux et ouvrir des perspectives novatrices pour tous. Le tout dans une perspective de construction concrète de leur milieu de vie, de leur habitat au sens large, tel que défini plus haut.

L'éducation populaire joue donc un rôle évident et primordial. Comme le dit Jean-Claude Forquin, "l'éducation est la responsabilité d'avoir à transmettre et à perpétuer l'expérience humaine considérée comme culture. (...)"><sup>2</sup>. L'apport de chacun à la connaissance et à l'éducation

<sup>2</sup> FORQUIN, Jean-Claude. Ecole et Culture. *EPS et Société Infos*, n° 26, 2004, p. 6.

du groupe humain, l'expression collective culturelle, les ressources culturelles d'une communauté sont l'essence même des processus de construction d'habitats populaires durables. Comme le disait Gramsci, "Tous les hommes sont des intellectuels"<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cahier de prison n° 12*, paragraphe 1, page 312.

GRAMSCI, Antonio. *Cahiers de prison 10-13*. Paris: Gallimard, 1978. 548 p.

<sup>4</sup> PINSON, Daniel. *De l'anthropologie pour l'architecture et l'urbanisme?* postface à *Conjuguer la Ville* de Roselyne de Villanova. Paris: l'Harmattan, 2007. p. 302.

Dans le processus d'habitat populaire et l'élaboration d'un savoir populaire collectif, l'apprentissage des langages urbain et architectural par exemple peut jouer un rôle central dans la conception commune d'un "projet". En effet, l'enseignement des expériences architecturales, et comme le souligne Daniel Pinson, "les savoirs construits par la connaissance de l'architecture elle-même"<sup>4</sup>, tendent à favoriser l'émergence d'une pensée culturellement issue de la volonté collective et ayant pour fonction de produire l'architecture autrement. Dans une démarche multidisciplinaire, l'architecte et l'urbaniste, le sociologue, l'anthropologue, le philosophe, le pédagogue, le géographe *etc.*, sont au service de la communauté afin de mener l'action de la façon la plus cohérente du point de vue technique. Cette démarche suppose des échanges réciproques sur des exemples vécus, du ressenti spontané ou mûri, de décodages de la réalité et une volonté commune, dans un objectif souhaité de prise de conscience des enjeux du développement urbain pour le bien commun. Cela suppose aussi un rapport au temps qui n'est pas celui de l'élaboration actuelle de l'urbain. Le temps est nécessaire à la réussite du processus de transformation des habitants en acteurs impliqués dans la construction de leur environnement de vie.

Des notions culturelles et d'anthropologie urbaine telles que *échelle, temps, temporalité, l'indéterminé, l'incertain, l'invisible, la nature, les écosystèmes, les paysages, les territoires, l'urbanité, les codes architecturaux etc.* doivent être perçues, assimilées, interprétées par les acteurs du développement urbain et humain, dont il vient d'être question.

Le processus de fabrication de ce savoir collectif et donc de l'habitat populaire n'est pas sans risque parce que tout partage d'idée avec d'autres bouleverse nos propres habitudes, nos manières de penser et de vivre. Mais ne pas "s'y coller" reviendrait aussi à renoncer à lutter contre l'injustice et donc revenir à sa condition d'être passif.

Favoriser la vie politique de sa communauté permet de lui donner les outils d'une expression collective nouvelle, créative et productrice de culture. Comme le suggère Edward T. Hall dans *La Dimension Cachée* (1966), une ville est l'extension de la culture d'un peuple.

Issus de la nature qui les a formés biologiquement et qu'ils transforment par le travail, les êtres humains ne cessent de se construire culturellement. Le poète et homme politique Aimé Césaire a dit: "la culture c'est tout ce que les hommes ont imaginé pour façonner le monde, le rendre vivable (...) et pour le rendre digne de l'homme..."<sup>5</sup>. La culture, au sens ethnologique, est donc l'ensemble des productions d'une société humaine organisée. Elle devrait donc être considérée comme l'ensemble des traits caractéristiques du mode de vie d'une société, d'une communauté, et dans ce cas, se devrait d'être le reflet, l'émanation de cette société et de son peuple. Il est assez aisé de constater que, de nos jours, la maîtrise des outils idéologiques (tels que l'école, les grandes maisons d'édition, les organes de presse, les médias en général, les biens culturels tels que cinéma, musique, télévision *etc.*) par les puissances financières qui accompagnent la mondialisation, constitue une sorte de monopole déplorable. La culture ne doit pas être synonyme de marchandisation, car la marchandisation ne profite pas au plus grand nombre et en ce sens ne peut prétendre être le propre de l'homme.

Selon Jean-Claude Forquin, "la culture est un état spécifiquement humain, le fait même d'être humain..". "La culture est œuvre collective et bien collectif objectivable"<sup>6</sup>

De fait, la culture se construit comme l'homme se construit. La création culturelle est source de transformation et vice-versa. La construction d'une société humaine – de civilisation – et la culture sont indissociables: la civilisation se fonde sur la culture, les langages, les représentations du monde, la pensée politique et la transformation sociale.

Les signes culturels doivent donc émaner de la conscience collective et politique des habitants plutôt que des grandes puissances dominantes. Prenons l'exemple des signes architecturaux. Ils sont porteurs de sens et de culture pour le meilleur et pour le pire. Les édifices contemporains de bureaux, de banques, les sièges administratifs, les gratte-ciels portent la trace froide et inhumaine du pouvoir financier. De plus en plus, on ne distingue plus les immeubles de logement des équipements ou des immeubles de bureau. Et c'est une tendance internationale que l'on retrouve dans la plupart des nouveaux quartiers qui symbolisent la mondialisation et l'uniformisation au service du capital, que ce soit à Londres, à Paris, à Bogota, à Singapour, au Cap, *etc.* bref dans toutes les grandes villes qui ont succombé dans les dernières décennies à la course à la compétitivité internationale.

<sup>5</sup> CÉSAIRE, Aimé. Extrait de "Entretien: Aimé Césaire à Maryse Condé". *Lire-Le Magazine Littéraire*, juin 2004, p. 114-120.

<sup>6</sup> FORQUIN, Jean-Claude. *École et Culture. EPS et Société Infos*, 26, Editions l'Harmattan, 2004, p. 4.

<sup>7</sup> NOGUÉ, Joan. *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007 (traduction J.P. Bouanha).

Dans un autre registre, selon Joan Nogué<sup>7</sup>, qui évoque les images publicitaires envahissant la ville, “(...) en créant et recréant des paysages au travers de signes avec des messages idéologiques, il se forme des images et des modèles de signifiés qui permettent d'exercer un contrôle sur le comportement, si bien que les personnes assimilent ces paysages manufacturés de façon naturelle et logique, les intègrent à leur imaginaire, les consomment, les défendent et les légitiment”.

Cela veut dire donc que les signes de la ville peuvent être représentatifs d'une idéologie et agissent sur le comportement des habitants passifs.

La forme de la ville doit redevenir un fait social, en tant que projection et matérialisation en trois dimensions des rapports sociaux et culturels d'un peuple, en tant que concrétisation de véritables espaces publics et communs qui soient propices au regroupement. Il est donc temps de faciliter et favoriser la mise en place des règles qui font l'échange, en instituant la véritable démocratie, une véritable culture sociale issue du savoir collectif des populations. “C'est seulement quand nous savons habiter que nous pouvons bâtir” (Heidegger).

Le savoir populaire doit être en mesure de faire émerger le beau et le fonctionnel. Des exemples, des expériences démontrent que des bâtiments et villes construits dans le passé correspondaient à des structures déterminées par la culture du peuple. Des villages, des villes ont souvent été bâtis au fil du temps par l'histoire et la culture de populations données suivant une organisation délibérée et directement liée à la pensée collective. La dimension culturelle et la signification sociale de l'espace urbain et architectural ont obéi à un système de signes qui ont à voir avec l'identité d'une communauté ou d'un peuple, et la volonté de celui-ci de produire du beau. Des exemples dans l'habitat rural comme les “trulli” viticoles en Italie dans les Pouilles, peuvent illustrer d'une certaine manière un signifiant architectural caractéristique. En effet ce mode de logement en pierre sèche pour les populations viticoles au 19<sup>ème</sup> siècle et construits par elles-mêmes autour d'espaces communs (“jazzile”), représentent un exemple remarquable d'habitat populaire dans l'histoire, en lien avec son environnement naturel, le travail, et la culture d'une communauté rurale.

A terme il s'agira de favoriser l'apparition d'expressions culturelles nouvelles et contemporaines de l'environnement construit à travers de nouvelles pratiques architecturales et urbaines en lien avec l'environnement territorial,

qu'il soit topographique, végétal ou rural si c'est possible tout en évitant la tentation de l'architecture régionaliste, identitaire ou post-moderniste.

L'expression culturelle dans un nouvel environnement, dans l'idée d'un nouveau développement durable n'est pas celui de la consommation ou des préoccupations économiques mais plutôt celui d'une vraie préoccupation environnementale, de nouvelles façons d'exploiter les ressources naturelles, ayant pour objectif l'amélioration du bien-être de l'individu et de son épanouissement dans une collectivité.

A la fin du 19<sup>e</sup> siècle, Patrick Geddes<sup>8</sup> a développé l'idée qu'en changeant la forme de l'espace social, il est possible d'en changer la structure. Et comme le pensait le géographe anarchiste Elisée Reclus en 1889: "C'est toujours par la solidarité, grâce à l'association de forces spontanées qui se coordonnent entre elles que tout progrès s'accomplit"<sup>9</sup>.

Les notions d'habitat et d'expression culturelle de l'environnement sont donc éminemment politiques. Elles sont liées à la fois à la volonté des peuples de se prendre en main, d'initier des processus novateurs, et à s'engager; mais elles sont liées aussi à la volonté de changements de comportements, aux décisions des politiques élus sans qui la mise en place de nouvelles démarches semble plus difficile, et de la disponibilité des savoirs "experts" ou universitaires au service de la collectivité.

Cela doit donc passer par une prise de conscience du politique au même titre que l'ensemble des acteurs de la production de la ville. Ces nouvelles approches possibles doivent être initiées dans le respect du temps nécessaire à leur élaboration et non dans la gestion dans l'urgence de situations qui sont le résultat de décennies d'échecs et de mauvais coups d'un système économique mondial perverti.

L'idée d'habitat populaire est donc à long terme inséparable du projet d'un nouveau modèle de société, émancipateur et à forte identification culturelle, par l'élaboration d'un savoir collectif, par un processus de formation et d'enrichissement culturel continu et progressiste de producteurs et d'acteurs de leur propre environnement. Ceux-ci seraient ainsi générateurs d'une nouvelle culture et d'un nouveau développement durable "ré-humanisé" dans le respect de l'autre et dans l'esprit d'une société égalitaire.

Certes, les questionnements qui subsistent apparaissent tous liés à la mise en place de nouvelles conditions sociales et politiques, c'est-à-dire à des transformations

<sup>8</sup> GEDDES, Patrick (1854-1932), botaniste et biologiste écossais.

<sup>9</sup> RECLUS, Elisée. (1830-1905), [géographe français et théoricien anarchiste], préface à Léon Metchnikoff: *La Civilisation et les Grands Fleuves Historiques*. Paris, 1889. p. 27.



**Jean-Pierre Bouanha** est architecte, membre du conseil scientifique et administrateur du Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP). Il a aussi été responsable des Ateliers Jean Nouvel à Barcelone de 2002 à 2008.

**bouanha@lihp.info**

radicales de l'ordre actuel du monde. Mais il se pourrait bien que les mouvements pour l'habitat populaire et pour de nouvelles urbanités qui aujourd'hui et partout se développent sous les formes les plus diverses, représentent des moyens parmi d'autres, mais assurément non-négligeables, de refuser la déraison de l'ordre actuel du monde afin, à terme, de créer pour le plus grand nombre les conditions d'une vie harmonieuse.

## Quelle place pour l'habitat populaire à l'heure de la "contrainte énergétique"?

---

*Jeremy Jegouzo  
Vanessa Becciu*

**L**e débat sur l'énergie est aujourd'hui réduit dans son ensemble à une préoccupation globale: le dérèglement climatique et la réduction des émissions de gaz à effet de serre qui en seraient la cause. En outre, la fin annoncée de l'abondance des énergies fossiles et bon marché semble augurer une crise énergétique sans précédents. Toutefois, ces débats prédominants sont pour partie sous-tendus par certaines motivations idéologiques et économiques, minorant ainsi une dimension humaine substantielle. Ainsi, ils masquent de vraies questions qui se posent en matière d'habitat populaire et de développement urbain, ce que nous verrons dans un premier temps en étudiant les politiques urbaines qui en résultent. Nous examinerons ensuite les conséquences de ces politiques urbaines sur un quartier populaire de Bogota, où les enjeux culturels et sociaux sont très forts. Enfin, à travers un éclairage historique, nous chercherons à orienter le débat sur l'énergie vers des préoccupations que nous souhaiterions plus proches des réalités urbaines de chaque ville.

## Qual o lugar para o habitat popular em tempos de "contenção energética"?

---

**O** conjunto dos debates sobre a energia reduz-se hoje a uma preocupação global: o desequilíbrio climático e a redução das emissões de gases de efeito estufa, os quais seriam os causadores desse desequilíbrio. Além disso, o fim anunciado da abundância das energias fósseis e baratas parece augurar uma crise energética sem precedentes. Contudo, os debates predominantes sustentam-se em parte por certas motivações ideológicas e econômicas que reduzem uma dimensão humana substancial. Assim, mascaram-se verdadeiras questões que se colocam em matéria de habitat popular e de desenvolvimento urbano, o que veremos primeiramente, estudando as políticas urbanas que resultam dos referidos debates. Em seguida, examinaremos as consequências de tais políticas urbanas num bairro popular de Bogotá, onde as questões culturais e sociais são muito expressivas. Enfim, a partir de um enfoque histórico, tentaremos orientar o debate sobre a energia na direção das preocupações que desejaríamos mais próximas das realidades urbanas de cada cidade.

## Un urbanisme énergétique

Nous employons le terme d'urbanisme énergétique pour qualifier une certaine branche de la planification urbaine qui met en œuvre des politiques de développement durable à travers la maîtrise de la consommation et de la production énergétique. Il traduit une certaine prise en compte de la problématique énergétique dans le développement urbain.

Les objectifs de réduction des émissions de gaz à effet de serre ont été négociés à Kyoto en 1997 et ratifiés depuis par la majorité des Etats. Quoique soldé en 2012 par une augmentation de 40% des gaz à effet de serre dans le monde, le protocole de Kyoto est toujours avancé comme solution plausible face à l'inquiétude grandissante liée au réchauffement climatique. Cette stratégie est par ailleurs soutenue par la promotion des énergies renouvelables, plébiscitées par les écologistes mais aussi dynamisées par l'épuisement des ressources fossiles dont dépend l'économie mondiale. Ainsi les surconsommations énergétiques dégradent notre environnement, mais la crise énergétique qui s'annonce menace d'autant plus le fonctionnement de notre société. Nous pouvons penser alors que l'identification de problématiques environnementales résulte de logiques diverses et parfois contradictoires; tant et si bien que l'on ne saurait dire si les politiques de pareil énergétique se soucient de la pérennité d'un système économique énergivore ou de la survie de la planète qui lui sert de support. Il s'agit probablement des deux simultanément, car le développement durable est le fruit d'une association consensuelle: la nécessité de préserver environnement et stabilité sociale, et le choix de ne pas renoncer à la croissance. Par conséquent, les organismes internationaux et nationaux qui sont en charge de cette question exhortent les collectivités locales à amorcer la transition énergétique dans les différents secteurs économiques y compris celui du développement urbain. Mais si cette idéologie<sup>1</sup> est désormais institutionnalisée, les dispositifs opérationnels qui en résultent sont parfois limités par l'un ou l'autre objectif. Voyons comment cette tension s'inscrit au niveau de la planification urbaine.

<sup>1</sup> Nous employons ce terme dans le sens de *système cohérent et structuré de représentations*.

## Politiques énergétiques dans la planification urbaine

Les villes et les aires urbaines qui les englobent sont perçues depuis quelques années comme étant des espaces privilégiés et stratégiques pour l'expérimentation de nouvelles pratiques en matière de maîtrise énergétique. Celles-

ci s'observent dans les procédés architecturaux, dans les politiques de transports urbains et périurbains, dans la re-composition du paysage institutionnel, mais aussi dans les campagnes de sensibilisation. Ces nouvelles pratiques agissent aussi bien au niveau de la production que de la consommation énergétique. Elles sont aussi régies par l'idée qu'un réaménagement spatial des activités humaines contribuerait à limiter la consommation énergétique, par exemple en dissuadant les habitants d'utiliser leurs voitures par l'offre d'alternatives (modes doux, transports collectifs) ou en rapprochant les habitations des bassins d'emplois. Avant de discuter de cet ensemble de pratiques qui constituent ce que nous appelons l'urbanisme énergétique, nous dirons que ce modèle est généralement admis par les professionnels de l'urbain. Comme en témoigne l'urbaniste et historienne française Cyria Emelianoff, "en l'espace de quinze ans, le Développement Durable a redéfini les politiques urbaines d'Europe"<sup>2</sup>.

Comme à l'époque des grands ensembles, une forme urbaine résulte de l'association entre la technique et l'idéologie de la maîtrise énergétique: l'éco-quartier. Celui-ci est considéré comme un modèle de l'urbanisme durable, faisant la synthèse des problématiques énergétiques et environnementales, voire sociales et économiques. Mais, au-delà de la relative durabilité environnementale<sup>3</sup> de ces nouveaux quartiers, notre attention porte sur le fait qu'il ne s'agit pas non plus d'une solution urbaine favorable à l'intégration sociale des villes. En effet, les villes ont grandement besoin de réguler leurs marchés fonciers et de produire des logements accessibles et en cohérence avec les structures sociales qui les composent. L'éco-quartier participe plutôt à une standardisation de l'offre de logements pour classes moyennes et aisées, en dépit de la présence de logements publics ou parapublics. Les sophistications techniques apportées aux nouvelles constructions et la spéculation foncière et immobilière qui résulte de leur présence en "cœurs" urbains rendent souvent leurs coûts inabordables pour le plus grand nombre, à l'achat comme à la location. Certes, les éco-quartiers ne représentent qu'une part infime des constructions, mais pour les mêmes raisons financières, les rénovations techniques des bâtiments collectifs anciens sont rarement dans les priorités des propriétaires, qu'ils soient bailleurs ou occupants. Plus généralement, l'urbanisme d'aujourd'hui semble se muer en une discipline ecotecnicienne, faite de bonnes pratiques et d'évaluations, tout en étant fortement imprégnée par le dogme de la densité.

<sup>2</sup> EMELIANOFF, Cyria. Les villes européennes face au changement climatique. Une rétrospective. *Les Annales de la recherche urbaine*, 2007, p. 159-169.

<sup>3</sup> Voir, par exemple, LE ROY, Alice. Eco-quartier, topos d'une éco-politique? *La revue internationale des livres et des idées*, n. 13, janvier-février, 2010. p. 13-16; ou MAZET, Pierre. Quand les verts fabriquent la ville de leurs rêves: un pavé dans la vitrine. *Pièces et mains d'œuvres*, 25 mai 2008.

## **Réalité sociale et culturelle d'Usme, quartier populaire de Bogota, face à l'urbanisme énergétique**

La course à la transition énergétique peut donc conduire à la reproduction de modèles urbains indifférenciés, négligeant certaines organisations sociales existantes et notamment populaires. Si les applications de ces modèles ont l'avantage d'expérimenter certaines pratiques, faut-il toujours croire que les actions de l'urbanisme énergétique doivent primer dans une perspective de développement durable? Nous prendrons l'exemple d'Usme (à enlever si pas de photos), un quartier périphérique situé au Sud de Bogota, où la question énergétique ne peut être considérée et comprise de la même manière que dans une ville nord américaine ou européenne. Etant donné la composition sociale de ce quartier, notre raisonnement nous force à changer notre point de vue et adopter celui de l'habitat populaire, celui de la majorité de la population.

### **Pourquoi remettre en cause le théorème de la densification?**

Usme est une localité du District Capital de Bogota qui abrite de larges espaces ruraux et une zone urbaine d'origine informelle de plus de 350.000 habitants: un projet de "frange urbaine-rurale" y est prévu pour contenir le processus d'urbanisation informelle.

Depuis quelques années, on observe un processus de récupération du centre urbain de Bogota par les classes aisées, qui l'ont délaissé quelques décennies auparavant pour le nord de la ville. Ce processus, plus connu sous le nom de gentrification, est soutenu d'une part par la dynamisation du marché foncier et immobilier privé et d'autre part par une politique de rénovation urbaine menée à travers l'Entreprise de Rénovation Urbaine (ERU) de la municipalité de Bogota depuis plus d'une décennie. Bien que son action corrobore le modèle de densification des centres urbains auquel aspirent les politiques de développement durable, elle tend aussi à renforcer l'exclusion des classes populaires en périphérie de la métropole, et par là même soutien voire accentue la ségrégation socio-spatiale déjà fortement marquée à Bogota. Bien que la nouvelle administration de Gustavo Petro en place depuis janvier 2012 a prévu de lutter contre cette ségrégation en impulsant la construction de 70.000 logements d'intérêt social et prioritaire<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Ces logements sont construits par le secteur privé pour des couches sociales des plus vulnérables avec une aide – de l'Etat ou du District Capital de Bogota – directe aux familles sous condition de souscrire à un prêt bancaire. L'accès à la propriété est ici la finalité de ce dispositif qui s'accompagne souvent d'un surendettement des ménages à faibles revenus.

dans le grand centre urbain de Bogota, il est d'ores et déjà possible de prévoir les difficultés pour la municipalité de dégager massivement du foncier public en "cœur" de ville. Il y a en effet un vrai risque de voir la densification se poursuivre sous l'emprise du secteur privé qui privilégie, pour des raisons de rentabilité, la production de logements pour classes moyennes hautes et aisées. Un très grand nombre de métropoles à travers le monde témoignent d'ailleurs de ce phénomène.

Une majorité d'experts de la ville semble pourtant affirmer que la densification est une alternative inévitable pour lutter contre l'étalement urbain. Cela laisse croire que les formes urbaines peuvent influencer des pratiques sociales et notamment consuméristes, largement ancrées et encouragées par un modèle économique libéral et individualiste. Un simple exemple nous montre que ce parti pris n'est pas si évident: les habitants consommant le plus d'énergie en France sont les parisiens alors que Paris est la ville la plus dense du pays et l'une des plus dense du monde avec 21.100 habitants au km<sup>2</sup>; or cette densité ne les empêche pas de prendre l'avion plus souvent<sup>5</sup>. Nous apercevons ici les limites d'une réflexion purement spatiale sur la ville, qui omet souvent le facteur fondamental de la répartition des richesses au sein des sociétés urbaines énergivores. De nombreux autres contre-exemples ont déjà été apportés par certains chercheurs, qui démontrent que "la ville compacte, [...] fait encore aujourd'hui l'objet de nombreux questionnements"<sup>6</sup>. Ceci nous amène précisément à nous interroger sur la véracité du modèle de la ville durable tel que proposé par l'urbanisme énergétique. En réalité, l'urbanisme énergétique néglige le fait que c'est le fonctionnement consumériste de la société, donc les volontés politiques sous-jacentes, qu'il s'agit de remettre en cause, car la société évolue plus vite que les projections spatiales qu'elle génère.

Selon ce modèle de ville durable, Usme ne semble pas être un territoire à urbaniser puisqu'il se trouve à plus de 10km du centre urbain de Bogota et de ses emplois et services. Néanmoins, plus de 350.000<sup>7</sup> personnes y vivent déjà et la majorité d'entre elles sont dépendantes de Bogota pour ces mêmes services et emplois. Une grande majorité d'entre elles effectue donc quotidiennement deux à quatre heures de trajet en transport collectif, parce que l'emploi formel ne leur est pas proposé à proximité de leur lieu de vie. L'on voit ici que la question de la mobilité ne peut être réduite à des considérations purement énergétiques: parce que cette mobilité est parfois subie, il y a un caractère

<sup>5</sup> MASSOT, Marie-Hélène & ORFEUIL, Jean-Pierre. La contrainte énergétique doit-elle réguler la ville ou les véhicules? Mobilités urbaines et réalisme écologique. *Les Annales de la recherche urbaine*, 2007. p. 6.

<sup>6</sup> LE NÉCHET, Florent. Consommation d'énergie et mobilité quotidienne selon la configuration des densités dans 34 villes européennes. *Cybergeo: European Journal of Geography*, 2011. p. 3.

<sup>7</sup> Selon le service de planification du District de Bogota. Etant donné l'informalité des quartiers d'Usme, il est difficile d'estimer exactement cette population qui est souvent minorée par les autorités parce qu'établie dans des quartiers construits illégalement.

social fondamental à prendre en compte. Nous considérons donc que le problème de la maîtrise énergétique à Bogota n'est pas tant de rendre plus efficace la ligne de Transmilenio<sup>8</sup> pour limiter l'utilisation de la voiture, mais plutôt pourquoi les habitants d'Usme n'ont pas d'autre choix que de s'épuiser dans ses lignes bondées? Et donc comment réduire cette dépendance vis à vis de la ville-centre? Au delà de l'exemple d'Usme, la plupart des personnes réalisant de longs trajets quotidiennement, ne le font pas par plaisir mais souvent pour chercher des opportunités de logement et du foncier à moindre coûts par rapport aux centres urbains où se trouvent les services, les emplois et les lieux de divertissement.

Ainsi, dans un contexte de déficit de logements, la métropole de Bogota se trouve dans l'obligation de construire. Et s'il existe certaines opportunités de densification sur le tissu existant, et notamment dans les quartiers paracentraux, il faut reconnaître que Bogota est déjà l'une des villes les plus denses d'Amérique Latine. Bien que le District Capital de Bogota couvre une superficie de 1.732km<sup>2</sup>, la superficie de son aire urbaine, elle, n'excède pas les 390km<sup>2</sup> et est habitée par près de 7.500.000 habitants en 2011. Sa densité est donc de 19.100 habitants au km<sup>2</sup>,<sup>9</sup> ce qui n'est pas loin de la densité de Paris intramuros évoquée précédemment. Avec sa situation démographique toujours dynamique, nous émettons donc l'hypothèse que Bogota ne pourra affronter son déficit de logements et accroître la qualité de vie de ses habitants sans construire dans ses franges périphériques dont Usme représente l'une des dernières possibilités.<sup>10</sup>

Les périphéries de Bogota, les plus populaires par ailleurs, parmi lesquelles les localités d'Usme, de Ciudad Bolivar, de Bosa et de Kennedy situées au sud de la métropole, sont plus denses que les zones centrales de Bogota. Les 350.000 habitants d'Usme vivent actuellement dans une zone urbaine de 19,5km<sup>2</sup>, ce qui représente une densité de 18.000hab/km<sup>2</sup> sachant que la densité de certains quartiers peut atteindre les 26.000hab/km<sup>2</sup>, soit plus que la densité de l'île de Manhattan à New York. Cette densité est liée à un surpeuplement des habitations, conséquence directe de la pénurie de logements accessibles pour ces classes sociales.

Peut-on alors parler d'étalement urbain? Oui dans un certain sens, mais comment pourrait-il en être autrement? L'étalement urbain à Usme ne peut être considéré comme

<sup>8</sup> Système de Bus à Haut Niveau de Service (BHNS) de Bogota desservant notamment Usme.

<sup>9</sup> Séminaire, Bogota, Futuro Capital, 29 novembre 2011, Secrétariat de Planification du District Capital de Bogota.

<sup>10</sup> L'expansion urbaine "légal" du District Capital de Bogota est limitée par une frontière géographique naturelle à l'est avec les collines abruptes de la cordillère orientale et une frontière politique à l'ouest avec le département du Cundinamarca.



une tare avaleuse de terres et de ressources énergétiques. On constate bien ici que le modèle de ville “durable” compacte ne peut s’appliquer mécaniquement à toutes les situations du monde et qu’une transcription règlementaire peut freiner la réponse urgente aux problèmes sociaux des villes, et notamment la construction d’un habitat populaire.

### Doit-on ou peut-on mettre fin aux grandes stratégies énergétiques urbaines?

Discuter du modèle de ville compacte nous permet de comprendre qu’il y a un enjeu à enlever, social et environnemental à enlever, à rapprocher les lieux de vies des lieux de production et de travail. Mais ce rapprochement peut à certaine occasion demander d’étendre la ville pour répondre aux inégalités sociales qu’elle cristallise à force de dérégulation de ses marchés fonciers et immobiliers.

Mais l’extension de la ville engendre aussi celle des réseaux d’acheminement de l’énergie, jusqu’aux périphéries reculées des grandes métropoles telles que Bogota. Le coût que représentent ces infrastructures est néanmoins amorti par un coût final à la consommation relativement élevé et cela quelles que soient les classes sociales. Pour la ville de Bogota, il existe un dispositif de répartition de la tarification en fonction des strates socio-économiques<sup>11</sup> de la population. Celle d’Usme par exemple, principalement composée des strates 1 et 2, est censée payer l’énergie à un taux moindre que les strates 5 et 6 afin de disposer des services d’eau potable, d’assainissement, d’électricité et de gaz. Cependant, cette tarification qui devrait participer d’une certaine manière à la répartition des richesses n’est pas efficiente puisque l’on constate qu’en 2004, l’effort budgétaire des ménages des strates 1 et 2 pour accéder à ces services dépasse 10% de leurs revenus, alors que ce même effort ne représentent que 5% des revenus des strates 4, 5 et 6.<sup>12</sup> Le paiement obligatoire sous peine de coupure de ces services peut en effet obliger les familles les plus fragiles économiquement à diminuer d’autres dépenses fondamentales pour le foyer, telles que l’alimentation, la santé ou l’éducation. Il est donc important de noter que ces ménages ne sont pas réellement protégés par une politique publique face à l’éventuelle augmentation du prix de l’énergie.

Ce modèle du “tout réseau” qui a émergé en Europe après la seconde guerre mondiale, s’est développé dans un contexte de forte croissance économique suivi de politiques de répartition des richesses volontaristes. Le fait est

<sup>11</sup> *Estratos*. Bogota est constituée de six strates socio-économiques évaluées en fonction de la qualité de l’habitat (entendu ici comme logement et services urbains) et du revenu des ménages. Il est important de noter ici que les strates 1, 2 et 3, c’est à dire de très basse à moyenne-basse représentent plus de 80% de la population de Bogota.

<sup>12</sup> Centro de Investigaciones para el Desarrollo (CID), Universidad Nacional de Colombia.

qu'aujourd'hui, ces réseaux, bien souvent gérés par des entreprises privées, s'adaptent difficilement aux revenus des populations les plus fragiles économiquement, comme c'est le cas à Usme. Celles-ci restent entièrement dépendantes de leurs services sans pour autant disposer d'un réel dispositif de contrôle des prix laissé aux seules entreprises. Ceci précisément risque de peser très fortement sur des dizaines de millions de foyers dans le monde dans une perspective de fin des énergies fossiles bon marché. D'autre part, il est reconnu que, par leur conception, ces réseaux "reposent sur l'anticipation d'une croissance des consommations"<sup>13</sup> et qu' "ils ont également du mal à s'adapter à une éventuelle baisse de ces consommations". Des entreprises qui vendent un service de distribution d'énergie électrique par exemple, chercheront dans le meilleur des cas à pérenniser la consommation des ménages dépendants de leurs réseaux. Mais ces entreprises ayant généralement pour objectif de faire 5, voir 10% de bénéfices supplémentaires chaque année sont dans l'obligation d'étendre leurs réseaux, d'encourager l'augmentation de la consommation ou d'augmenter les prix.

Cela montre en quelque sorte la limite des grands réseaux urbains et de leur mode de gestion, dont la logique considère l'énergie comme un bien marchand et non comme un droit universel indispensable au bien être des populations. Dans ces conditions, comment peut-on alors aller vers une certaine frugalité énergétique? La question énergétique doit donc également se poser dans sa capacité à s'émanciper de ce système énergéico-économique capitaliste porté sur une croissance infinie.

### **Comment élucider la problématique ville et énergie?**

Ainsi, le rapport entre ville et énergie est aujourd'hui réduit à des considérations économiques au détriment d'une partie toujours plus grande de la population urbaine. Tandis que la situation semble toujours plus urgente, l'urbanisme énergétique tente d'apporter des solutions techniques et normées. Mais en appliquant ces solutions de manière indifférenciée, il ne favorise pas de changement profond dans le mode de fonctionnement de la société urbaine. Il ne participe pas non plus à la recherche de solutions innovantes et singulières qui considéreraient chaque situation urbaine et remettrait l'homme au cœur de processus collectifs d'émancipation et de développement.

<sup>13</sup> PETITET, Sylvain. Eau, assainissement, énergie, déchets: vers une ville sans réseaux? Métropolitiques, 2011. URL: <http://www.metropolitiques.eu/Eau-assainissement-energie-dechets.html>

## Ville et énergie ont partie liée

L'urbain est la forme d'organisation humaine la plus significative du siècle dernier et, à l'évidence, du siècle à venir. Sa globalisation est l'incarnation spatiale de la société moderne et du libre-échange, puisque les choix économiques<sup>14</sup> opérés depuis les balbutiements de l'industrie ont largement renforcé les dynamiques de concentration des Hommes.

Il convient en effet de rappeler que les premiers groupements humains sont issus de la domestication de l'énergie solaire et biologique, avec le développement de l'agriculture et de l'élevage. Les premières villes sont effectivement apparues dans des zones fertiles telles que la Mésopotamie, la vallée du Nil et de l'Indus.<sup>15</sup> L'histoire suivant son cours, et au fil des avancées techniques, cette maîtrise de l'énergie s'est brusquement transformée en production massive, remplaçant progressivement la force humaine par des combustions issues de ressources fossiles. Un mode de production rentable financièrement qui, depuis, n'a cessé de recomposer les structures sociales. Certains auteurs comme Ivan Illich<sup>16</sup> soulignent d'ailleurs que d'une certaine manière, l'énergie et le travail sont peu à peu entrés en concurrence pour se mettre au service de la création de richesses. La révolution industrielle résulta de ce processus, et donna une mesure inédite aux villes qui, jusqu'alors habitées par les élites, entrèrent dans une phase d'urbanisation caractérisée par de fortes densités et une expansion spatiale sans précédents.

Ce mode d'habiter est cependant devenu inadéquat pour plusieurs centaines de millions de personnes en raison de son caractère arbitraire et non régulé par les pouvoirs publics. L'urbain fut progressivement stigmatisé comme étant la cause de la dégradation des écosystèmes – directement (à travers la pollution de l'air, de la terre et des eaux) et indirectement (à travers son besoin en énergie en constante augmentation). Dans ce contexte spécifique d'urbanisation massive, accompagnée de son lot de problèmes (sociaux, environnementaux et hygiénistes), la question de l'énergie a toujours interpellé: comment démocratiser son utilisation? La réponse fut formulée par un ensemble combiné de procédés techniques et idéologiques, à travers le développement de grandes infrastructures de production et d'acheminement, mais aussi à travers l'essor de produits domestiques dérivés. Aujourd'hui il s'agit bien de savoir comment pérenniser cette utilisation. La ville est donc de-

<sup>14</sup> Il s'agit notamment des stratégies développées en faveur de la démocratisation de la consommation.

<sup>15</sup> DE ROSNAY, Joël. *Le macroscope*. Seuil, 1975.

<sup>16</sup> ILLICH, Ivan. *Energie et équité*. Seuil, 1973.

venue un outil de la chaîne de production et de consommation énergétique, ce que semble ignorer les tenants de l'urbanisme énergétique qui se contentent d'administrer des objectifs quantifiés au lieu de remettre en cause cet outil. Et si l'urbain n'était tout simplement pas compatible avec le développement durable d'une société?

Ce rapport social et historique entre la ville et énergie contraste avec un débat essentiellement absorbé par des objectifs quantifiés. Il révèle l'existence d'une relation de cause à effet entre l'explosion urbaine de ces dernières décennies et les surconsommations énergétiques aujourd'hui décriées. Il nous amène à penser que la seule régulation de la consommation énergétique par des outils techniques ou des formes urbaines telle que la ville dense ne suffira pas à influencer les structures profondément consuméristes du système économique actuel porté sur une croissance infinie.

### **Une question qui doit demeurer dans le champ public**

S'il y a effectivement une crise énergétique en terme de dérive consumériste, mais aussi en terme d'iniquité sociale, nous pensons que cela est en partie dû au fait que les représentants politiques n'ont pas pris la responsabilité de réguler l'utilisation finale de l'énergie. Les collectivités territoriales qui doivent mettre en œuvre les politiques énergétiques sont contraintes d'avoir recours à la sphère privée, à force de privatisations ou par l'intermédiaire de sous-traitances. Ce monopole du savoir-faire technique se paie au prix de dispositifs de coopération très lourds institutionnellement et en défaveur de politiques urbaines sociales. A Bogota par exemple, la singularité de l'autonomie politique et budgétaire du District Capital face au gouvernement Colombien devrait lui permettre d'assumer cette responsabilité à long terme; car il est évident que ce n'est pas le rôle des entreprises privées de penser l'équité sociale et l'intérêt collectif. Il est important de rappeler en ce sens que le concours de la population actuelle ou future des villes dans la redéfinition d'une équité énergétique est indispensable. Il nous apparait en effet que plus le cycle de production urbaine, dont l'énergie est l'un des moteurs principaux, se fera de manière locale, plus l'imbrication entre habitat, travail et consommation finale de l'énergie sera un élément fondamental du progrès social. Il s'agit de hisser dans la sphère politique l'exigence de ne plus consi-

dérer les habitants comme des consommateurs ou des usagers, mais comme des citoyens qui peuvent participer pleinement à la vie politique, économique et sociale d'une société.

## Conclusion

Les politiques urbaines ont déjà institutionnalisé les théorèmes de la densité, de la mobilité et de l'efficacité énergétique dans des centaines de métropoles à travers le monde, figeant ainsi leur avenir vers une standardisation globale. Sur ce point, le titre du quotidien colombien *El tiempo* à propos d'une visite de Gustavo Petro à Paris est révélateur: "Petro est à Paris pour connaître son transport et l'appliquer à Bogota"<sup>17</sup>.

Pratiquer cet urbanisme durable, sous entendu comme un urbanisme de demain, revient à oublier que "la ville de demain est déjà en partie sous nos pieds"<sup>18</sup>. En d'autres termes, l'urbain que nous déplorons aujourd'hui est le résultat de modes de vies largement répandus et peu influençables par de simples stratégies de développement urbain. L'urbanisme est alors rarement utilisé comme espace politique de réflexion afin de réinterroger ces structures et comportements sociaux.

En constatant les dérives théoriques et technicistes de l'urbanisme énergétique, notre analyse nous pousse à croire que la politique énergétique, actuellement conduite par le développement durable, tend à subordonner la question urbaine. Cela change alors considérablement la nature du débat: ce n'est plus le problème énergétique qui se pose dans la planification urbaine mais l'inverse.

L'idéologie du développement durable ne doit pas façonner la ville pour qu'elle émette moins de CO<sub>2</sub>. En revanche, les politiques de maîtrise énergétique qui en découlent peuvent et doivent constituer un socle du progrès social et d'émancipation vis à vis de la consommation de masse pour la majorité des citoyens. Lorsque l'on pense la ville à travers le prisme de la maîtrise énergétique, la relation ville et énergie tombe dans le champ technique et s'extrait toujours plus de la sphère politique. Ceci précisément isole les politiques sociales et les volontés de maintenir l'intérêt général.

Si l'on se place du point de vue des classes populaires, l'énergie (électricité, gaz, essence, nourriture) est une contrainte financière et sociale car elle doit être payée avant d'autres activités participant de l'émancipation sociale (édu-

<sup>17</sup> [http://www.eltiempo.com/colombia/bogota/ARTICULO-WEB-NEW\\_NOTA\\_INTERIOR-10861426.html](http://www.eltiempo.com/colombia/bogota/ARTICULO-WEB-NEW_NOTA_INTERIOR-10861426.html)

<sup>18</sup> GRENIER, Anne. Ville et énergie, spécificité et complexité de la question en France. *Les Annales de la recherche urbaine*, 2007, p. 131-136.

cation extra-scolaire, livres, musique, etc.); tandis que les classes les plus favorisées, conscientes des limites de leurs modes de vies, la perçoivent plutôt comme une problématique d'ordre éthique ou morale.

Cette relative accessibilité de l'énergie, ou précarité énergétique, est somme toute liée aux pressions qui s'exercent sur les organisations sociales, telles que le chômage et l'exclusion. Elles s'inscrivent spatialement lorsque la ville génère plus de ségrégations que de systèmes unitaires. Elles deviennent par ailleurs structurelles dans le fonctionnement de la société urbaine précisément lorsque le travail et l'énergie sont entrés en concurrence au service du capital. Le développement urbain anarchique d'aujourd'hui illustre bien cette idée. C'est-à-dire que la finalité de la production énergétique, et à travers elle celle de la ville, va bien trop au-delà, voire est en dehors, des besoins individuels et collectifs. Elle relève en effet d'intérêts économiques portés sur une croissance du capital infinie contrôlé par une minorité de la population.

Il apparaît alors que les modèles urbains durables mis en œuvre de façon inconditionnelle par les collectivités locales semblent répondre à des priorités et des exigences internationales parfois loin des réalités sociales, économiques, environnementales et culturelles de nos villes.

**Jeremy Jegouzo** est géographe urbaniste et titulaire d'un master en urbanisme. Assistant au conseil scientifique du Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP).

[jegouzo@lihp.info](mailto:jegouzo@lihp.info)

**Vanessa Becciu** est géographe et diplômée de l'Institut d'urbanisme de Grenoble (IUG), France. Assistante au conseil scientifique du Laboratoire International pour l'Habitat Populaire (LIHP).

[becciu@lihp.info](mailto:becciu@lihp.info)

## Vers l'émergence d'un urbanisme agricole?

le cas du territoire  
d'Usme, Colombie

---

*Sylvain Delboy  
Sarah Kassler*

**P**artant de la nécessité de questionner le développement actuel d'Usme, quartier populaire de Bogota, il est intéressant d'étudier comment d'autres territoires ont su user de leurs ressources et spécificités locales pour repenser leurs organisations spatiales et développer de nouvelles pratiques. Les différents exemples ont comme point commun que ces territoires ont choisi la préservation et le développement de l'agriculture comme potentiel de changement. Ils témoignent de l'émergence d'un urbanisme agricole – qui cherche à intégrer l'agriculture à la croissance urbaine, à porter un projet agricole qui génère de nouvelles formes d'urbanisme. Dans un contexte multidimensionnel, l'agriculture urbaine est en liaison directe avec le territoire et se révèle être l'une des solutions pour répondre aux différentes crises que nous traversons.

## A caminho da emergência de um urbanismo agrícola?

o caso do território de  
Usme, Colômbia

---

**P**artindo da necessidade de questionar o desenvolvimento atual de Usme, bairro popular de Bogotá, parece interessante estudar como outros territórios souberam aproveitar seus recursos e especificidades locais para repensar suas organizações espaciais e desenvolver novas práticas. Exemplos tão diversos têm como ponto comum o fato de haverem optado pela preservação e pelo desenvolvimento da agricultura como potencial para a mudança. São testemunhas da emergência de um urbanismo agrícola – que procura integrar a agricultura ao crescimento urbano, levando adiante um projeto agrícola que gera novas formas de urbanismo. Nesse contexto multidimensional, a agricultura urbana apresenta-se em ligação direta com o território e se revela como uma das soluções para responder às diferentes crises que atravessamos.



## Introduction

Le territoire d'Usme est un territoire majoritairement rural, en lisière Sud de la mégapole de Bogota. Situé au cœur du massif andin oriental à 2.800 mètres d'altitude, la vallée du Tunjuelito révèle un paysage montagnard particulièrement exceptionnel d'un point de vue géographique et écologique. Ce territoire est en effet très riche en ressources naturelles. L'eau y est abondante. Un réservoir construit en amont de la vallée, permet d'alimenter en eau potable une grande partie de la mégapole et devrait devenir dans les prochaines décennies, la première ressource d'eau pour Bogota. Le sol résultant de plusieurs formations géologiques est très riche en minerais et en alluvions. La vallée a ainsi une longue tradition agricole. On y cultive plusieurs variétés locales de tubercules dans les landes en altitude: Chuguas, Hibias et Cubios. Les pentes et les vallées sont cultivées avec des variétés plus communes: maïs, pommes de terre, pois, haricots, courges, tomates et développent une activité d'élevage.

La présence humaine remonte à plusieurs millénaires. Des vestiges archéologiques préhispaniques ont été récemment découverts. Ils témoignent de l'attachement des habitants à ce site unique, à cette nature généreuse, qui fait encore aujourd'hui l'objet de nombreux mythes. Une grande partie des terres non cultivées sont protégées et classées en Parcs naturels. Ces différentes initiatives de préservation résultent notamment d'un activisme local, où certains paysans et propriétaires terriens se sont regroupés pour s'opposer à une urbanisation anarchique et massive du territoire.

La dynamique est néanmoins progressivement en train de s'inverser. Bien que le territoire d'Usme reste peu peuplé d'un point de vue de la densité – avec 13% de son territoire urbanisé – l'extension et l'interdépendance avec la ville capitale est devenue un état de fait. Depuis plusieurs décennies, la ville commence à prendre le dessus et transforme paradoxalement ce territoire périphérique en un territoire rebut. Un territoire rebut qui est sujet aux différentes formes de ségrégation, à l'étalement urbain et à la pauvreté. Le projet "Operacion Estratégica Nuevo Usme", initié en 2003, amorce une seconde mutation majeure pour Usme avec la construction de plus de 50.000 logements en une vingtaine d'années seulement. Le paysage n'en sera que plus impacté. Plusieurs questions se posent alors pour les acteurs locaux et les habitants.

Comment ce territoire rural peut équilibrer le rapport de force qui l'oppose depuis plusieurs années au développement urbain, pour être plus autonome et tirer profit des nombreuses ressources et singularités locales? Cet enjeu identitaire est central afin de protéger et préserver l'accès aux précieuses ressources naturelles du territoire. Il l'est également pour ne pas renier un patrimoine paysager et archéologique mais au contraire conserver et valoriser cette identité.

## **Une perte progressive du lien au territoire**

Afin de comprendre les nouveaux rapports qui lient l'agriculture à la ville et plus largement le monde rural au monde urbain, il est opportun de faire un retour en arrière et d'observer la dynamique agricole entamée dès la seconde moitié du vingtième siècle: ses aspirations, ses dérives et ses limites.

L'agriculture dite "moderne" a vu le jour au sortir de la seconde guerre mondiale, en pleine ère industrielle, dans un contexte de forte croissance. L'agriculture a ainsi été assimilée à n'importe quelle autre industrie productiviste, reniant les cultures ancestrales du sol, au profit de savoirs techniques. L'abondance énergétique de l'époque et son faible coût a favorisé ce développement. Les modes et les capacités de transport, la taille des machines agricoles ont augmenté. La chaîne de déplacement du producteur au consommateur s'est ainsi vu démultipliée, allant de pair avec la taille des exploitations agricoles. Cette surconsommation énergétique s'est accompagnée d'une pollution des ressources par l'utilisation d'engrais et de pesticides afin de contrôler les modes de culture.

L'agriculture a progressivement perdu le lien à son territoire, à ses consommateurs, et par extension sa proximité avec la ville. La ville, portée par la même logique de croissance a continué son expansion, son étalement sur les territoires ruraux périphériques. Les terrains disponibles ont été absorbés, sans que soient prises en compte leurs potentielles valeurs productives et de la qualité de leurs sols. La dualité entre les zones de production et les zones de consommation n'en a été que renforcée.

Ce modèle de production et d'organisation de nos villes, non remise en question pendant des décennies, a atteint ses propres limites au début du vingt-et-unième siècle. Deux facteurs principaux en sont la cause: la diminution des ressources abondantes et bon marché (particulièrement des énergies fossiles comme le pétrole), les effets

de plus en plus alarmants des pratiques agricoles, de l'étalement urbain sur le climat et la santé. Le pic pétrolier a été atteint en 2006. Il est un indicateur du début d'une crise énergétique, de la rareté des ressources naturelles et par conséquent de la nécessité d'un changement des modes de production. Cette crise énergétique a été accompagnée d'une crise écologique, reconnue dès 1992 lors du Sommet de la Terre de Rio de Janeiro où la majorité des états présents ont adopté la Convention-cadre des Nations unies sur les changements climatiques.

L'histoire démontre néanmoins que les périodes de crises ont souvent été porteuses d'un renouveau des pratiques. Ce renouveau s'est traduit par l'émergence d'un nouveau mode de développement territorial mettant l'agriculture au cœur du développement des territoires: l'urbanisme agricole.

### **Vers l'émergence d'un urbanisme agricole**

L'urbanisme agricole est déclinable suivant le contexte – en agriculture urbaine et périurbaine. Il consiste à cultiver, transformer et distribuer dans ou autour des villages et des villes.

Le concept, ou du moins son fonctionnement, n'est pas nouveau. Lors des périodes de grandes dépressions, notamment durant les deux guerres mondiales, plusieurs pays occidentaux avaient pris l'initiative de cultiver des fruits et légumes au sein des jardins privés et des parcs publics des villes. Le mouvement des "Victory gardens", permit ainsi aux habitants de se nourrir à proximité de leurs domiciles, de retrouver les vertus du travail du sol et eurent un impact positif sur leur moral.

Cette réintégration du monde rural au monde urbain – dans une situation mondiale où plus de la moitié de la population vit en ville – reçoit un réel enthousiasme citoyen et collectif. L'agriculture urbaine est soutenue aujourd'hui par de nombreux gouvernements, collectivités territoriales et organisations mondiales, tel que la FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). Les rares statistiques dénombrent que 800 millions de personnes pratiquent l'agriculture urbaine à l'échelle mondiale. Ces agriculteurs urbains produiraient un tiers de la nourriture consommée en ville. Parmi ses nombreux programmes d'actions, la FAO soutient dans le cas de la Colombie, le développement de l'agriculture en zones urbaines et périurbaines, notamment à destination des populations précarisées. Elle a par ailleurs mis en place le programme RESA: réseau de sécurité alimentaire.

Les bénéfices de la symbiose de ce binôme sont en effet nombreux et complémentaires agissant dans des domaines variés telle que: la santé publique, l'environnement, l'énergie, l'économie et le social. Il est ainsi pertinent d'explorer les modalités de l'agriculture urbaine et ses résultats positifs.

Une des principales préoccupations facilitant ce rapprochement demeure la santé publique et la sécurité alimentaire des habitants. Les nombreux cas de mauvaise alimentation dans les pays développés ou de sous alimentation dans les pays en voie de développement, ont remis au centre du débat l'importance fondamentale de bien se nourrir et de consommer des produits plus frais, plus nutritifs, plus diversifiés. Le mouvement "Slow Food", initié en 1986 en Italie en pied de nez à l'émergence du mode de consommation de la restauration rapide des Fast food, traduit cette préoccupation. On dénombre de nos jours plus de personnes victimes de la faim en ville qu'à la campagne. Pour cela, le cycle de production alimentaire se doit d'être remis en cause, sachant que les villes représentent un réel potentiel vivrier. Rennes Métropole a ainsi pour ambition de produire 38% de son alimentation grâce à l'agriculture urbaine. Afin d'atteindre un tel objectif, elle souhaite rééquilibrer la consommation de ses habitants, user des réserves agricoles disponibles et développer de nouvelles cultures plus nutritives, telles que les arbres fruitiers à coque.

La prise de conscience du fait que les ressources naturelles sont périssables et donc précieuses a par ailleurs modifié le lien des populations à la nature et au sol nourricier. L'importance du respect des cycles naturels de production, de l'équilibre du cycle du carbone et de l'azote est aujourd'hui largement plébiscité. A cela s'ajoute une tentative individuelle de limiter son empreinte écologique et énergétique en réduisant notamment la distance de transport des produits que nous consommons et notre production de déchets. Les sols cultivés captent par ailleurs plus de carbone que ceux non cultivés. Les cultures biologiques permettent de préserver les ressources naturelles.

L'agriculture est riche d'un fort potentiel énergétique et offre de réelles alternatives pour pallier à la diminution des énergies fossiles. Le développement des bioénergies – énergie stockée dans la biomasse – en fait la démonstration. Ces sources d'énergies ont l'avantage d'être en partie renouvelable. La filière bois énergie et la filière biogaz, sont particulièrement pertinentes pour des territoires ruraux comme Usme. Le biogaz, aussi appelé méthanisation, est le

gaz produit par la fermentation de matières organiques volontaires (marais, déjections des élevages) ou involontaires (décharges, stations d'épuration) en l'absence d'oxygène. La combustion de ce gaz produit de la chaleur et de l'électricité. L'équipement se limite à un digesteur anaérobie pouvant être fabriqué avec des matériaux locaux. Le biogaz a ainsi été défini dans un rapport des Nations Unies pour le Développement, comme l'une des sources décentralisées les plus utiles pour l'approvisionnement en énergie. Les boues, après fermentation, peuvent être par ailleurs utilisées comme éléments nutritifs pour les cultures. L'agroforesterie qui permet notamment de produire du bois de chauffage tout en développant des cultures ou de l'élevage se révèle être aussi un modèle porteur. Au Népal, 85% du carburant utilisé provient de bioénergies.

L'agriculture urbaine a par ailleurs de nombreuses vertus économiques, notamment pour les populations en situation plus précaire. L'autoproduction se révèle être une stratégie de lutte contre la pauvreté. Une étude réalisée par le réseau "le jardin dans tous ses états" estime qu'une famille modeste qui produit ses propres fruits et légumes peut économiser annuellement l'équivalent d'un mois de salaire. La nourriture est en effet pour ces personnes la principale source de dépense du foyer. Ne demandant que peu de qualifications, un esprit d'entrepreneuriat émane autour de cette activité accessible à chacun.

Enfin, l'agriculture urbaine témoigne d'un profond désir pour de nombreux urbains de se reconnecter à leur environnement et entre-eux. La perte du lien social, mal des sociétés contemporaines de plus en plus individualistes, a induit un désir de se retrouver autour d'éléments simples et de les partager. Les projets agricoles deviennent support d'une pratique pédagogique. Ils mêlent la solidarité, la convivialité et prônent une meilleure qualité de vie dans le milieu urbain.

L'agriculture urbaine crée ainsi un nouvel écosystème. Un écosystème plus équitable, plus soutenable, fondé notamment sur le principe d'une résilience territoriale, afin d'être indépendant face aux contingents mondiaux. Ce nouveau système privilégie la production locale, les circuits courts et la solidarité citoyenne.

Le mouvement des "Villes en transition" traduit assez bien cette recherche d'équilibre. Initié en 2006 dans la petite ville de Totnes au Sud de l'Angleterre par Robert Hopkins, professeur en permaculture, la transition est une réflexion sur l'évolution de nos sociétés post carbone. La

transition consiste à la résilience locale afin d'être moins vulnérable face aux crises économiques, écologiques et énergétiques. Elle prône une réduction de la consommation et différentes initiatives pour favoriser l'économie locale afin qu'elle soit soutenable: création de monnaies locales, développement de jardins familiaux, cantines scolaires s'approvisionnant en fruits et légumes locaux... On compte aujourd'hui plus de 400 villes mondialement ayant rejoint le mouvement principalement en Europe, aux Etats Unis et en Australie.

Les grandes métropoles se sont également emparées de leur potentiel de mutation et développent de réelles stratégies pour créer un système alimentaire plus durable. New York City a validé en 2010 le plan "Foodworks", qui développe une série de propositions pour toute la chaîne alimentaire new yorkaise de la production à l'après consommation.

## **Une nouvelle structuration des territoires**

L'agriculture urbaine est devenue en l'espace de quelques années une pratique partagée mondialement, touchant autant les pays développés que les pays en voie de développement. Ce succès s'explique principalement par l'adaptabilité de ses principes de production aux contextes locaux. L'agriculture urbaine est en effet multiscalaire et multiforme. Elle a le potentiel de s'inscrire dans différentes échelles de territoires, de prendre différentes formes, en fonction des contraintes et opportunités d'un territoire. L'agriculture offre par ailleurs l'opportunité d'un usage diversifié de son sol. Même si la fonction première demeure la production, dans un contexte urbain, les parcelles agricoles sont utilisées pour de nombreux autres usages. L'agriculture urbaine atténue les limites franches du zonage traditionnel au profit d'espaces multifonctionnels.

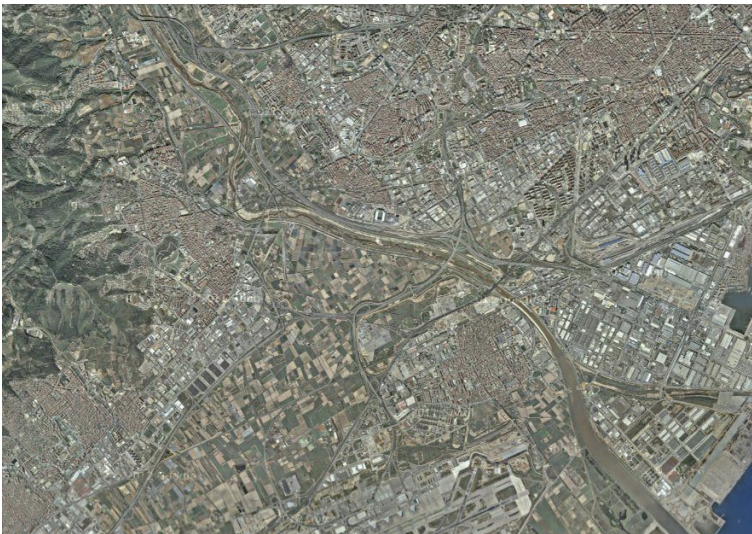
### *Les parcs agricoles et les ceintures vertes*

A grande échelle, des parcs agricoles ont été mis en place afin de protéger et développer la production agricole de territoires en périphéries de centres urbains. Ces parcs agricoles deviennent de véritables ceintures vertes pour les agglomérations. Leur proximité urbaine leur confèrent de nouveaux usages singuliers: environnementaux, pédagogiques et de loisirs.

Deux parcs agricoles font figure d'exemples et de références en Europe: le parc agricole du Baix Llobregat à



Barcelone et le parc agricole Sud Milan. Les deux parcs agricoles ont une organisation spatiale et une géographie très distinctes: 3.000 hectares de terres groupées dans la vallée du delta du fleuve Llobregat pour l'un et 37.000 hectares de terrains diffus aux limites peu définies dans la plaine du Pô pour l'autre. Ce n'est donc leur structuration et superficie qui expliquent la réussite de ces deux modèles. La réussite est principalement liée à la symbiose que ces deux territoires ont su créer avec le centre urbain qu'ils côtoient, à une dizaine de kilomètres. Un lien, animé par leurs programmes volontaristes depuis qu'ils ont été classés en zones protégées.



Barcelone (photo aérienne)

La première des valeurs revendiquée par les deux parcs est de préserver, de développer et d'améliorer la fonction productive afin de générer de meilleurs revenus agricoles. Pour cela, les exploitations sont modernisées et les agriculteurs sont formés techniquement dans le but de produire des produits diversifiés et de qualité. Le parc Baix Llobregat s'appuie sur une longue tradition maraîchère et de vergers. Le parc Sud Milan développe plus particulièrement des activités

d'agrosylviculture, de pâturages et de cultures: riz, maïs, orge, froment. La valeur économique et marchande des terres est donc présente et affirmée.

Cependant cette valeur productive est développée en respectant leurs territoires et en valorisant leurs singularités. Il s'agit ainsi de vendre des produits de qualité dans un paysage qualité. Cette perspective permet de conforter le lien producteur – consommateur et de diffuser les valeurs du paysage. Pour ce faire les deux parcs ont créés un label de qualité environnementale affirmant leurs identités territoriales. Les activités pédagogiques développées supportent cette direction. Le parc Baix Llobregat a ainsi créé un conte pour enfant adressé aux élèves de 11 à 12 ans pour les familiariser à la lutte biologique.



L'agriculture favorise la conservation du territoire par une gestion durable de celui-ci. Elle se développe en harmonie avec l'environnement naturel. Le parc Baix Llobregat a développé plusieurs initiatives intéressantes allant dans ce sens. Il inonde par exemple temporairement des champs de culture proche des espaces protégés autour du Parc pour contribuer au développement d'espaces de nidification et d'alimentation des oiseaux. Cette action est possible car les pertes financières sont compensées par le parc. Le parc Sud Milan entretient les haies afin de créer des corridors écologiques. Leur qualité environnementale et paysagère leur permet de développer une activité de loisirs. Le parc Baix

Llobregat possède un réseau important de chemins qu'il gère et entretient.

Ces parcs peuvent par ailleurs être mis en réseaux afin de mutualiser leurs expériences et créer une entité territoriale. Le parc Baix Llobregat fait ainsi partie d'un réseau d'espaces naturels qui compte douze parcs couvrant une superficie de plus de 100.000 hectares d'espaces naturels et agricoles protégés.

En Ile-de France, un réseau des territoires agri-urbains s'est récemment constitué. L'objectif

de ce réseau est de créer une dynamique d'échange et de mutualiser les projets en faveur de l'agriculture périurbaine. Le réseau recense aujourd'hui sept programmes, principalement au Sud Ouest de la région. Ces territoires ont des superficies variées allant d'une à vingt-cinq communes. Leurs dynamiques sont elles aussi très différentes, recherchant un équilibre entre une préservation du cadre de vie et une préservation de l'activité agricole. Le jeu des acteurs est parfois compliqué et expliquent des programmes d'actions plus ou moins avancés. Les actions développées sont principalement: la mise en place de circuits courts, la valorisation de produits locaux, l'agrotourisme, la vente directe, les ateliers pédagogiques, les circuits de randonnée... Ces projets répondent notamment à une



Milano (photo aérienne)

réelle demande francilienne de produits biologiques, encore relativement peu développés.

### *La transformation des délaissés des zones périurbaines*

Les terrains ayant perdu leurs activités fonctionnelles dans le tissu urbain et périurbain représentent des espaces à reconquérir pour le développement de cultures agricoles. Anciennes zones commerciales ou zones industrielles, les friches urbaines offrent de réelles opportunités de production dans ou en périphérie des villes. N'ayant pas forcément de lien direct avec l'agriculture, ces sols pour certains imperméabilisés reprennent racine et créent de nouveaux paysages agricoles.

L'exemple de la transformation de Détroit aux Etats Unis est révélateur du potentiel de mutation d'un territoire au profit d'une réappropriation agricole de ses délaissés urbains. Détroit est une ville emblématique de la révolution industrielle. Elle fut en effet le berceau de l'industrie automobile mondiale. Durant des décennies, Détroit a connu un fort développement urbain et une expansion sans fin portée par une activité économique fleurissante. Elle fut la première ville au monde à imaginer des autoroutes urbaines. La crise économique et énergétique qui a débuté dans les années quatre-vingt dix a marqué le déclin des grandes marques automobiles américaines qui n'ont su anticiper et s'adapter au nouveau contexte mondial. En 2008, les principales usines ont fermé marquant la fin d'un modèle économique et le début d'une décroissance. La population est passée de 2.000.000 d'habitants dans les années cinquante à moins de 800.000 habitants aujourd'hui. Deux cent mille parcelles de terre se sont retrouvées à l'abandon en plein centre ville. Devant l'ampleur de cette catastrophe, l'abandon de la ville par de nombreux habitants n'ayant plus d'emplois, un taux de chômage de 28%, plusieurs initiatives ont vu le jour spontanément pour lutter contre cette précarité et recréer une dynamique. Cette dynamique s'est traduite par la culture des nombreux terrains vacants. Quatre années plus tard, 1.300 jardins communautaires sont sortis de terre. Les habitants, les associations, les écoles et le gouvernement par son programme "Garden Ressource Program" ont porté le développement de ce maraîchage urbain. Détroit pourrait se reconstruire ainsi progressivement autour de ses projets agricoles et retrouver une échelle plus humaine et plus soutenable. L'agriculture urbaine pourrait y devenir le nouveau modèle économique pour la ville: les marchés de producteurs se développent. Des pa-

niers de produits locaux sont vendus à prix subventionnés. Les anciens commerces se tournent vers la vente directe de fruits et légumes. L'exemple de Détroit va à contre-courant des schémas classiques. Par sa "ruralisation", Détroit démontre toute la dimension que peut prendre l'agriculture comme composante urbaine, économique et sociale.

Dans le contexte pavillonnaire de la Silicon Valley en Californie, une association imaginée par des habitants du quartier a transformé un terrain délaissé d'une école en une ferme pédagogique pour le quartier. Partant du constat que la Silicon Valley avait perdu tout lien avec son héritage agricole, la ferme a décidé de promouvoir le paysage agricole en milieu périurbain. Elle produit sur cinq hectares des fruits et légumes pour le quartier. Cette production est notamment assurée par les enfants des écoles environnantes. L'activité à la ferme est considérée comme l'une de leurs matières scolaires. Les enfants développent ainsi un apprentissage de la terre, un esprit d'équipe et pratiquent une activité physique par la culture de leur propre nourriture. La production est vendue aux habitants du quartier ou aux cantines des écoles. La ferme est ouverte sur le quartier et devient un lieu de promenade et d'événements au fil des saisons.

### *L'agriculture dans les zones urbaines denses*

Dans le tissu dense et urbain, en se rapprochant du centre, les possibilités agricoles du fait du prix du foncier diminuent. Les habitants jouent néanmoins d'ingéniosité pour développer une micro agriculture. Les pratiques agricoles se transforment avec les nouveaux besoins.

L'essor des jardins partagés en France et notamment à Paris reflète ce processus. Les jardins partagés parisiens se développent dans des parcs existants, sur les toits, le long des voies ferrées. Leur superficie varie de 27m<sup>2</sup> à plus de 2.000m<sup>2</sup>. Ce sont principalement des jardins de proximité dans lesquels se développent des activités collectives de jardinage. Le jardinage par son accessibilité à tous les publics est utilisé à des fins éducatives, d'insertion et de création du lien social. La production reste relativement faible mais l'impact social est célébré. La valeur pédagogique de l'agriculture a induit la réintroduction de certains animaux en ville. Les ovins et les caprins sont ainsi utilisés comme une alternative écologique pour l'entretien des espaces verts. D'autres animaux tels que les abeilles, les lapins et les poules révèlent leur adaptabilité au contexte urbain et font la joie des nombreux citoyens.

A Mumbai, capitale de l'état Indien, des méthodes alternatives de culture ont émergé afin de s'adapter à la densité urbaine. On y cultive ainsi largement mais en petite quantité dans les micros espaces de la ville, dans le sol ou hors sol: terrasses, balcons, conteneurs...

Tokyo a également un lien privilégié avec l'agriculture. Tokyo est l'une des plus denses mégapoles au monde, avec 35 millions d'habitants. L'agriculture y est néanmoins très présente avec près de deux mille exploitations. Elle côtoie les zones urbanisées et se révèle être un élément constitutif du paysage de la capitale nippone. Les activités agricoles représentent en effet l'équivalent de 2% de sa

surface, soit 671 hectares de surfaces agricoles. Cette situation singulière s'explique par deux principaux facteurs: l'un fonctionnel et l'autre culturel. L'agriculture a permis pendant des siècles à la capitale nippone d'assurer un approvisionnement alimentaire de proximité. En contrepartie, la ville permettait de fertiliser les sols grâce à ses déchets organiques. Contrairement à de nombreuses villes, qui fonctionnaient alors sur le même système et l'ont par la suite abandonné, Tokyo a su conserver cette proximité en se développant



Tokyo (photo aérienne)

à partir de sa trame agricole. La limite entre l'urbain et le rural n'est ainsi pas clairement définie. Les zones urbanisées se développent sur cette trame agricole, sur laquelle des opérations immobilières prennent place aléatoirement. Les exploitations conservées sont de petite taille – majoritairement inférieures à un hectare – mais forme une véritable mosaïque agro urbaine. Cette préservation d'enclaves agricoles s'explique notamment par la relation culturelle et traditionnelle qui lie les japonais avec la nature et la nourriture. La nourriture est en effet l'un des piliers de la société japonaise. Elle fait l'objet d'offrandes aux divinités. La cuisine japonaise transforme par ailleurs peu les aliments – souvent mangés crus – expliquant les exigences en matière de qualité et de proximité. Tokyo a ainsi développé très tôt une agriculture biologique, recherché l'autosuffisance alimentaire



et mise en place des systèmes de coopération entre urbains et agriculteurs: les “tekkei”. Les “tekkei” sont de ce fait les ancêtres des AMAP françaises (Association pour le Maintien de l’Agriculture Paysanne). De cette proximité naissent des pratiques singulières montrant l’adaptation de l’agriculture aux contraintes urbaines. Une ferme de vaches laitières répand ainsi autour de la ferme des tonnes de marc de café pour absorber les mauvaises odeurs. Des citoyens cultivent leurs propres légumes et rémunèrent en contrepartie les agriculteurs. L’agriculture est assimilée à une réserve foncière “verte”. Elle représente 10% des espaces verts.

L’exemple le plus édifiant reste néanmoins les “Or-

ganoponicos” de Cuba. Les “Organoponicos” sont un système de jardins urbains organiques développés depuis les années quatre vingt dix à Cuba. Ces jardins se sont développés suite à l’effondrement du bloc soviétique. Comme de nombreux pays, Cuba importait alors plus de la moitié de sa nourriture et exportait en contrepartie la canne à sucre qu’elle produisait de façon intensive. Sans l’aide de son allié, Cuba a dû repenser sa façon de produire et consommer. Le pays a entamé une longue re-



La Havane (photo aérienne)

conversion pour produire localement sa propre nourriture. Des fermes coopératives, des marchés se sont développés, utilisant les terrains vacants dans les villes. Aujourd’hui, Cuba produit 90% de sa nourriture. Avec le support du gouvernement, on y enseigne comment produire du compost, utiliser les insectes auxiliaires. Cuba est ainsi passé en une vingtaine d’années d’une culture hydroponique à une culture organique. Cuba s’affirme comme le pays leader du développement de l’agriculture urbaine. Une étude du FAO de 2010 montre que les cubains consomment plus de 500 grammes par personne et par jour de fruits et légumes. En comparaison les colombiens en consomment cinq fois moins. Cuba est ainsi le seul pays d’Amérique latine à être au dessus du minimum recommandé par la FAO, de 400 grammes.

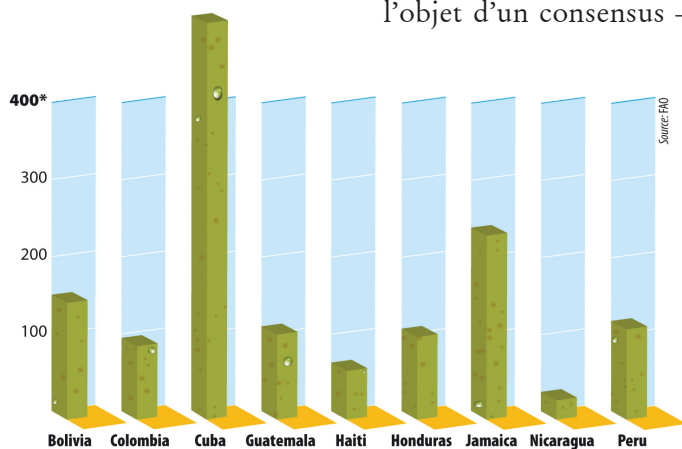
## Conclusion

Dans différents contextes, l'agriculture a démontré de par le passé son adaptabilité et ses nombreuses vertus pour un territoire. Sa proximité et son interaction avec le tissu urbain – bien qu'il fasse de nos jours de plus en plus l'objet d'un consensus – n'est la résultante que de l'impasse

provoquée par la chute de modèles de développements incontrôlés et peu soutenables. Dès lors, on découvre ou redécouvre les bénéfices d'une agriculture urbaine. L'agriculture urbaine est multiscalaire et multiforme. En fonction de son contexte, elle offre différents usages en plus de sa valeur productive. L'agriculture se révèle donc comme une composante majeure du développement urbain, comme un outil urbanistique à part entière pour préserver les ressources, les paysages, la valeur agronomique des sols... Ce phénomène témoigne de l'émergence d'un urbanisme agricole.

Sa dynamique et son ambition, pour porter un projet agricole et inventer de nouvelles formes urbaines, dépend de trois types d'acteurs: les politiques, les agriculteurs et les citoyens. Au delà de visions qui peuvent être différentes – voire conflictuelles – ils possèdent chacun différents leviers pour définir des chartes de préservation et de développement de territoires agricoles, sensibiliser le public à la thématique et initier de nouvelles pratiques agricoles.

Le territoire d'Usme, de par la richesse de ses ressources et sa tradition agricole, se doit de donner toute sa place à l'agriculture dans son projet de développement. Usme a tout d'abord l'objectif de pallier à la précarité de son territoire en donnant notamment accès à la terre aux plus démunis. Elle a par ailleurs l'opportunité de diffuser les valeurs qualitatives de son paysage, afin qu'il soit reconnu comme tel et rayonne jusqu'à Bogota. Il s'agit d'inverser la tendance négative amorcée, qui identifie le territoire comme un espace rebut et dégrade son écosystème. Comme le démontrent les différentes expériences à travers le monde, Usme peut agir en ce sens, grâce à l'appui d'acteurs engagés.



\* FAO/WHO recommended minimum

Daily fruit and vegetable consumption in selected countries of Latin America and the Caribbean, 2005 (grams/capita/day). Guess which country has promoted intensive urban horticulture since the early 1990s

Sylvain Delboy est paysagiste (l'École Nationale Supérieure de la Nature et du Paysage). Co-fondateur de l'Atelier Sensomoto

atelier@sensomoto.org

Sarah Kassler est landscape architect (University of California, Berkeley). Co-fondatrice de l'Atelier Sensomoto.

atelier@sensomoto.org

# A contribuição dos arquitetos para o estudo da morada indígena

Andrey Rosenthal Schlee

*Este gentio parece que não tem conhecimento do princípio e criação do Mundo. Do dilúvio, parece que tem alguma notícia. Mas como não tem escrita, nem caracteres, a tal notícia é escura e confusa, porque dizem que as águas afogaram e mataram todos os homens, e que somente um escapou em cima de uma jangada, com uma sua irmã que estava prenha, e que destes dois têm seu princípio, e que daí começou sua multiplicação.<sup>1</sup>*

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicou um crescimento da população indígena brasileira (817,9 mil), demonstrou que apenas 12,6% dos seus domicílios correspondem ao tipo “oca” ou “maloca” – moradas tradicionais. Ou seja, 87,4% vivem em “casas” comuns. Ainda segundo o IBGE, “mesmo nas terras indígenas, ocas e malocas não são muito comuns: em apenas 2,9% das terras, todos os domicílios eram desse tipo e, em 58,7% das terras, elas não foram observadas.” Portanto, estamos falando de manifestações culturais em franco processo de desaparecimento. Tipos arquitetônicos em extinção. Bens culturais desprotegidos. Práticas e saberes não registrados que arquitetos, atuando como pesquisadores e/ou historiadores, tentam recuperar, para o conhecimento e estudo da arquitetura indígena no Brasil.

# La contribution des architectes à l'étude de la demeure des indiens

*Ce gentil, il paraît qu'il n'a pas connaissance du principe et de la création du Monde. Du déluge, il paraît qu'il en a quelque notice. Mais comme il ne connaît ni l'écriture ni les caractères, une telle notice est obscure et confuse, car on dit que les eaux ont noyé et tué tous les hommes, et qu'il n'en est qu'un qui s'en est échappé sur un radeau, avec une soeur à lui qui était enceinte et que de ces deux gens-là fut le principe et ainsi a commencé leur multiplication.<sup>1</sup>*

Le recensement fait par l'Institut Brésilien de Géographie et Statistique (IBGE), qui a indiqué en 2010 une croissance des populations indiennes dans le pays (817,9 mille), a montré d'autre part que seulement 12,6% de leurs demeures correspondaient au type oca ou maloca – leurs habitations traditionnelles. Cela veut dire que 87,4% vivent dans des maisons. L'IBGE a encore signalé que “même dans le territoire indien, des ocas et malocas ne sont pas très communes: ce type de domicile n'a été trouvé qu'en 2,9% des terres, tandis que dans les 58,7% du territoire indien on n'en a pas remarqué”. Il s'agit donc de manifestations culturelles en franc processus de disparition. De biens culturels non protégés. De pratiques et de savoirs non enregistrés, que des architectes en tant que chercheurs et historiens essaient de récupérer pour la connaissance et l'étude de l'architecture indienne au Brésil.



## Introdução

<sup>1</sup> ANÔNIMO. *Princípio e origem dos índios do Brasil e seus costumes, adoração e cerimônias*. Biblioteca Pública de Évora. Códice CXVI 1-33, fol. 13-34. (c. 1584). Documento atribuído ao jesuíta Fernando Cardim. Foram consultadas duas edições: Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1881 e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LVII, Parte I, 1894.

<sup>2</sup> TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. *Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural*. In: SILVA, Araci Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

<sup>3</sup> Para os autores falecidos, indicaremos os respectivos anos de nascimento (\*) e morte (†).

<sup>4</sup> BONTA, J. P. *Mies van der Rohe, Barcelona 1929*. *Anatomía de la interpretación en arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

<sup>5</sup> IBGE. *Censo 2010: Características Gerais dos Indígenas – Resultados do Universo*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_gerais\\_indigenas/default\\_caracteristicas\\_gerais\\_indigenas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm). Acesso em: 11/08/2012.

*Há um movimento recente de busca de informações atualizadas e embasadas a respeito das populações indígenas brasileiras, especialmente da parte dos professores e das escolas. Os educadores perceberam o contraste existente entre o material didático disponível sobre o assunto e as informações cotidianamente veiculadas sobre a atuação dos povos indígenas no cenário da política nacional.*<sup>2</sup>

Tentando compreender os mecanismos próprios da historiografia e, principalmente, o comportamento dos historiadores e dos críticos frente ao significado de uma obra ou de determinada produção artística, o arquiteto Juan P. Bonta (\*1933-+1996)<sup>3</sup>, no livro *Anatomía de la interpretación en arquitectura*<sup>4</sup>, definiu distintos momentos comportamentais ou modos de interpretação e difusão do significado de uma obra. A metodologia então estabelecida será aqui utilizada para a análise da contribuição dos arquitetos – atuando como pesquisadores e/ou historiadores – para o conhecimento e estudo da arquitetura indígena no Brasil.

Atualmente, existe um consenso de que para se estudar e respeitar as formas de produção cultural dos povos indígenas que habitam ou habitaram o território nacional é necessário, primeiro, considerar a sua diversidade cultural e a sua variedade de formas de organização social. Segundo o Censo Demográfico 2010<sup>5</sup>, um total de 817,9 mil brasileiros se autodeclararam indígenas, pertencentes a 305 etnias distintas (comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais). Portanto, falar do índio como uma “unidade abstrata” sem um necessário referencial não cabe mais. Os antropólogos nos ensinaram que, pelo menos, há que se levar em conta, também, as diferenças regionais, a diversidade linguística e o grau de contato das sociedades indígenas com outras (incluindo a nossa). Os arqueólogos têm resgatado uma infinidade de artefatos que, não apenas comprovam determinada continuidade temporal, como uma complexa riqueza cultural ainda a estudar. Mas qual tem sido a contribuição dos arquitetos para o conhecimento do patrimônio edificado indígena no Brasil?

### Primeiro momento: Cegueira

Juan P. Bonta explica que, quando um determinado produto ou artefato se afasta dos moldes culturalmente estabelecidos e de domínio de uma cultura específica, sua compreensão implica no desenvolvimento prévio de um

processo coletivo de classificação, que inclui a verbalização de seu significado e o estabelecimento de cânones interpretativos. Quem não participa do processo de estabelecimento destes cânones de interpretação e de sua difusão passa a estar incluído no que chamou de “período da cegueira”, no caso, quando a arquitetura indígena é (ou foi) sistematicamente desvalorizada, ignorada ou não visualizada. Vejamos algumas formas de manifestação da “cegueira” no campo da arquitetura.

Em 1936, o pintor e historiador Anibal P. Mattos (\*1889-+1969), publicou dois livros: *Das origens da arte brasileira*<sup>6</sup> e *Arte colonial brasileira*<sup>7</sup>. Em ambos, desenvolveu, ou adotou uma visão bastante negativa das habitações e dos povos indígenas. Segundo o autor, havia uma “ausência completa de arte em tais construções, que apenas serviam para abrigar, e mal, grupos de indivíduos que, na mais grosseira promiscuidade e no mais acentuado desconforto, viviam alheios à luz da civilização...” Visão que reinava na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde Mattos foi aluno de Barão Homem de Mello (\*1837-+1918), o influente professor de Mitologia e de Histórias das Artes.

O arquiteto Sylvio de Vasconcellos (\*1916-+1979), durante as décadas de 1950 e 60, ao tratar dos sistemas e elementos construtivos utilizados no Brasil (amplamente apoiado nas informações coletadas por cronistas e viajantes), registrou apenas que “os indígenas construíram suas malocas com pau-a-pique”<sup>8</sup>, mas sem indicar quais índios ou refletir sobre a validade de sua afirmação generalizadora.

Já o arquiteto Benjamin A. de Carvalho, em obra de 1961<sup>9</sup>, dedicou-se a estudar apenas dois momentos da arquitetura nacional: o que chamou de “arquitetura primeira”, identificado com as manifestações barrocas/coloniais; e o denominado de “arquitetura segunda”, identificado com a arquitetura modernista. Como opção metodológica, ignorou a produção que, cronologicamente, antecedeu e permeou tais momentos, ou seja, respectivamente o da arquitetura pré-cabralca e o da arquitetura eclética.

Em 1965, quando das comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, o arquiteto Paulo F. Santos (\*1904-+1988) foi convidado para proferir palestra sobre a história da antiga capital federal. O material então produzido gerou o livro *Quatro séculos de arquitetura*<sup>10</sup> (1965) que, embora reflita sobre as formas de ocupação espacial do Rio de Janeiro, não trata dos antecedentes indígenas. Ou seja, como se a cidade do Rio de Janeiro tivesse sido implantada em sítio virgem e desconhecido.

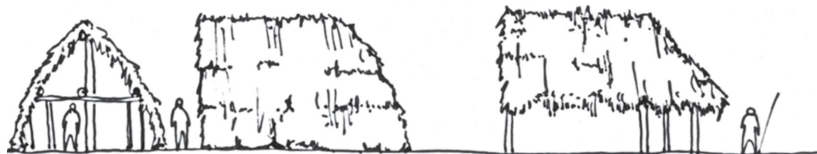
<sup>6</sup> MATTOS, Anibal. *Das origens da arte brasileira*. Belo Horizonte: Apollo, 1936. p. 113.

<sup>7</sup> MATTOS, Anibal. *Das origens da arte brasileira*. Belo Horizonte: Apollo, 1936. p. 29.

<sup>8</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1979. p. 33.

<sup>9</sup> CARVALHO, Benjamin A. *Dois arquiteturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

<sup>10</sup> SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. 2. ed. Rio de Janeiro: IAB, 1981.



Desenhos de algumas habitações indígenas brasileiras na mesma escala gráfica

<sup>11</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

O arquiteto Carlos C. Lemos, no importante panorama intitulado *Arquitetura Brasileira*<sup>11</sup>, pretendia apresentar um “retrato o mais fiel possível da arquitetura produzida pelas nossas várias gerações em sucessivos processos de aculturação”, no entanto, esqueceu a produção indígena, embora as definições de arquitetura e partido por ele apresentadas sejam perfeitamente apropriadas para a compreensão e exploração do tema.

<sup>12</sup> VERÍSSIMO, Francisco S. & BITTAR, William S. M. *500 anos da casa no Brasil*. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 17.

Para demonstrar que o “período da cegueira” ainda não foi totalmente superado, os arquitetos Francisco S. Veríssimo e William M. Bittar publicaram o livro *500 anos da casa no Brasil*<sup>12</sup>. A arquitetura produzida no Brasil antes da chegada dos portugueses, como o título explicita, não interessa, e o índio só comparece nessa “história” uma única vez, para justificar a presença do fogo fora da morada dos colonizadores.

## Segundo momento: Respostas Pré-Canônicas

Por questões de sensibilidade, filiação profissional (ou artística), ou participação de um grupo de interesse particular, alguns pesquisadores anteciparam-se à construção dos cânones interpretativos. Foram pioneiros na discussão do tema. Vejamos, portanto, alguns exemplos de manifestações “pré-canônicas”.

<sup>13</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 26, 1997, p. 22.

A partir de 1937, o então recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou a publicar a sua *Revista*, visando divulgar o conhecimento dos valores da arte nacional. Como defendia o advogado e presidente do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade (\*1898-+1969), a *Revista* não pretendia “estampar trabalhos definitivos ou completos”, uma vez que o estudo da história da arte no Brasil encontrava-se “numa fase quase primária”<sup>13</sup>. Sendo assim, a cada novo número, pelo menos um artigo passou a tratar das questões relacionadas com a produção artística indígena nacional. No entanto, tais artigos, na sua grande maioria, foram escritos por antropólogos: Heloísa Alberto Torres (\*1895-+1977) abriu a série com o trabalho *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil* (1937); Estevão Menezes Pinto (\*1895-+1968) escreveu sobre *Alguns aspectos da cultura artística dos Pancarús de Tacaratu* (1938) e Carlos Estevão de Oliveira (\*1880-+1946) abordou o tema da *Cerâmica de Santarém* (1939). Em 1941, a *Revista* publicou o artigo *Decoração das malocas indígenas*<sup>14</sup>, escrito pelo médico Gastão Cruls (\*1888-+1959). Trata-se de um primeiro estudo a abordar

<sup>14</sup> CRULS, Gastão. Decoração das malocas indígenas. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 155-167, 1941.

questões diretamente relacionadas com a atenção dada ao espaço interno da morada indígena, no caso, os discos ornamentais e de acabamento utilizados pelos Urucuiana da região do Jarí.

Ainda em 1940, o SPHAN editou *Arte indígena da Amazônia*<sup>15</sup>, catálogo organizado pela antropóloga Heloisa Alberto Torres (\*1895-+1977), afirmando a qualidade e a originalidade da produção cultural dos grupos que viveram na região da foz do Rio Amazonas, particularmente a arte de Marajó.

Sentindo-se rejeitado pela academia do SPHAN e muitas vezes contrapondo-se a ela, o arquiteto José Mariano Filho (\*1881-+1942) fez publicar, em 1942, o estudo *Acerca dos “copiães” do nordeste brasileiro*, coletânea de artigos escritos especialmente para o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. O objetivo do trabalho foi “demonstrar à luz da História a grande, evidente e constante influência da civilização ameríndia tupi na arquitetura tradicional brasileira”<sup>16</sup>

Em 1944, a *Revista do SPHAN* publicou novo artigo sobre a arquitetura indígena, trata-se de *A habitação dos Timbira*<sup>17</sup>, escrito pelo etnólogo alemão Curt Unkel ou Curt Nimuendaju (\*1883-+1945). Texto de grande importância, uma vez que trata da concepção espacial dos assentamentos Timbira, particularmente da aldeia circular dos *Ramkokamekra* (tomada como modelo para a análise das demais).

Ainda exercendo a presidência do SPHAN, em 1952, Rodrigo Melo Franco de Andrade coordenou a elaboração da ambiciosa obra *As artes plásticas no Brasil*<sup>18</sup>. O único volume que chegou a ser publicado foi dividido em sete capítulos respectivamente dedicados à Arqueologia, à Arte indígena, às Artes populares, aos Antecedentes portugueses e exóticos, ao Mobiliário, à Ourivesaria e à Louça e cerâmica. O da arte indígena foi desenvolvido por Gastão Cruls, que dedicou atenção especial para o tema da habitação. Mesmo argumentando que “do ponto de vista artístico, bem pouco nos caberá a dizer em relação à casa dos nossos índios”, explorou alguns exemplares particulares – baseado na obra do antropólogo Luiz de Castro Faria<sup>19</sup> (\*1913-+2004) – e reconheceu a existências de tipos variados: “primitivos” (“choça redonda”), “aperfeiçoados” (“à maneira de cúpula”) e “perfeitamente retangulares.” O conteúdo de *As artes plásticas no Brasil* foi reeditado em 1968<sup>20</sup>, como uma coleção com sete volumes de bolso.

<sup>15</sup> TORRES, Heloisa Alberto. *Arte indígena da Amazônia*. n. 6. Rio de Janeiro: Publicações do SPHAN, 1940.

<sup>16</sup> MARIANNO FILHO, José. *Acerca dos copiães do nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: 1942. p. 3.

<sup>17</sup> NIMUENDAJU, Curt. *A habitação dos Timbira*. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 76-101, 1944.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Leonidio. *As artes plásticas no Brasil*. vol. I. Rio de Janeiro: Instituição Larra-goiti, 1952.

<sup>19</sup> FARIA, Castro. *Origens culturais da habitação popular no Brasil*. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, Seção de Antropologia, n. 12, out., 1951.

<sup>20</sup> CRULS, Gastão. *As artes plásticas no Brasil*. *Arte indígena*. Rio de Janeiro: Tecno-print, 1968.

Ainda no campo das manifestações pré-canônicas, é fundamental destacar duas obras particulares. O arquiteto Luís Saia (\*1911-+1975), em 1972, publicou uma coletânea de artigos intitulada de *Morada paulista*. Tais trabalhos foram escritos de 1945 a 1963, e entre eles se destaca a palestra *Quadro geral dos monumentos paulistas*<sup>21</sup>, na qual o autor estabelece “teses” para o entendimento da expressão regional da arquitetura paulista. Interessam particularmente os primeiros períodos por ele identificados, respectivamente marcados pelo impacto entre os valores europeus e o ambiente americano e pelo processo de mestiçagem. “Mestiçagem de tudo, de gente, de técnica militar, de dieta alimentar, de linguagem, de estilo de vida” – o que inclui as técnicas construtivas e os modos de morar. Por sua vez, Carlos Lemos na sua obra *Cozinhas, etc.*<sup>22</sup> dedicou um capítulo ao “pote, ao jirau e à farinha”, ou seja, ao estudo da contribuição indígena para o agenciamento dos espaços habitacionais brasileiros.

<sup>21</sup> SAIA, Luís. *Morada paulista*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 27.

<sup>22</sup> LEMOS, Carlos. *Cozinhas, etc.* 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 37.

### Terceiro momento: Interpretações Oficiais

Em novembro de 1964, o arquiteto Eduardo Kneese de Mello (\*1906-+1994) palestrou no Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, no Estado de São Paulo. O tema escolhido foi o da habitação. Ao abordá-lo, o professor de história da arquitetura resumiu uma visão que, ao longo de muitos anos, foi construída e transmitida para inúmeras gerações de brasileiros (estudantes de arquitetura ou não). Visão, provavelmente, alimentada e reproduzida na Escola Nacional de Belas Artes desde os tempos do Barão Homem de Mello. Diz Kneese de Mello:

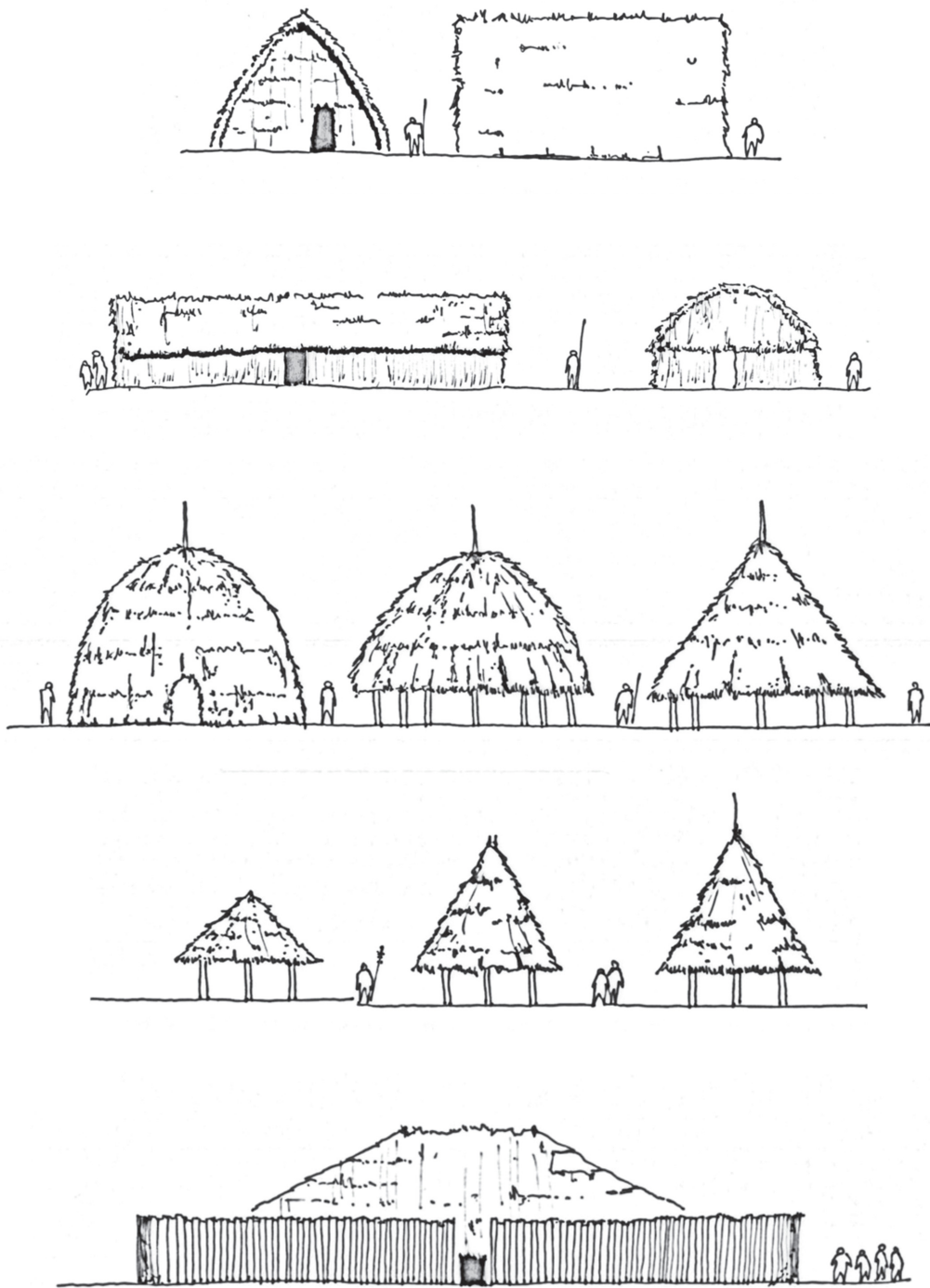
*...para o índio inculto, primitivo, a habitação significa apenas uma simples oca, que é sua casa situada dentro de uma taba (a aldeia) protegida em toda a sua volta por uma caçara (a cerca de paus fincados no chão). A ocaria (terreiro, no centro da taba) é o lugar dos divertimentos, das lutas corporais, onde se realizam as festas, as danças, as cerimônias religiosas. É onde se matam e comem os inimigos...*<sup>23</sup>

<sup>23</sup> MELLO, Eduardo Kneese de. *Arquitetura brasileira*. Palestras e conferências. São Paulo: FAU/USP, s. d.. p. 121.

A visão apresentada por Kneese de Mello em nada difere da difundida pelos meios educacionais oficiais brasileiros. Em síntese, é a mesma desde 1576, quando o historiador português Pero de Magalhães de Gândavo (\*1540-+1580) publicou a *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*<sup>24</sup>, a primeira obra publicada em língua portuguesa sobre o Brasil. Para confrontar com o texto de Kneese de Mello, vejamos um trecho de um livro escolar da década de 1920:

<sup>24</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.





Desenhos de algumas habitações indígenas brasileiras na mesma escala gráfica



...as aldeias dos índios chamam-se tabas; constavam de meia-dúzia de ranchos, ocas, cobertas de capim, palha ou folha de palmeira, dispostas circularmente ao redor de uma praça, ocara; cada rancho tinha uns 50 metros de comprimento, 5 de largura e 4 de altura, sem divisão interna; comunicava-se com a praça por meio de 3 aberturas pequenas sem portas; em torno dos ranchos, para fortificar a taba, havia geralmente um a cerca de pau a pique, caiçara, em que figuravam espetadas as caveiras dos inimigos mortos na guerra ou devorados posteriormente...<sup>25</sup>

<sup>25</sup> F. T. D. *História do Brasil para uso dos Gymnasios. Curso superior*. Rio de Janeiro: Livraria Paulo de Azevedo & C. s. d., p. 44.

Mas o que nos assusta é constatar que, em 1983, o mesmo professor Kneese de Mello foi contratado pela Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação para elaborar material didático capaz de aprimorar o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil. Organizou uma bela coleção de diapositivos acompanhada de quatorze livretos, um dos quais dedicado aos *Antecedentes Pré-Colombianos*. Após falar superficialmente dos Maias, dos Astecas e dos Incas, o autor apresenta, mais uma vez, a sua visão reducionista:

*Quando as caravelas de Pedro Álvares Cabral chegaram à Bahia, encontraram vivendo na Terra de Santa Cruz povos de cultura primitiva, agrupados em tabas (aldeias), compostas de ocas (casas) levantadas em torno de uma praça (ocara)... As ocas eram construídas com paus roliços... A taba, cercada por uma caiçara... Este é todo o conjunto de habitação do índio brasileiro...<sup>26</sup> (grifo nosso).*

<sup>26</sup> MELLO, Eduardo Kneese de. *Evolução da arquitetura no Brasil*. Tema 1. Os antecedentes pré-colombianos. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS; Brasília: SESu, 1983. p. 15.

### Terceiro momento: Interpretação Canônica

Durante a década de 1980, alguns arquitetos publicaram suas pesquisas a respeito das formas de agenciamento dos espaços habitacionais indígenas. Estes textos cristalizaram, de certa maneira, uma forma de interpretar tal produção, por isso mesmo são considerados canônicos. Segundo Juan P. Bonta<sup>27</sup>, as interpretações canônicas são compartilhadas por toda uma comunidade, ou pelo menos por setores identificáveis dela, tais como, por exemplo, as subculturas profissionais ou a acadêmica. Vejamos alguns exemplos de manifestações “canônicas”.

<sup>27</sup> BONTA, J. P. *Mies van der Rohe. Anatomía de la interpretación en arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

<sup>28</sup> SÁ, Cristina C. *Habitações indígenas. Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 129-142, 1979.

Em 1979, a arquiteta Cristina Cunha Costa e Sá publicou o artigo *Habitação indígena no Alto-Xingu*<sup>28</sup>, abrindo caminho para uma nova postura no estudo da arquitetura indígena, que passou a se caracterizar pela análise detalhada e in-loco de casos específicos. Um ano depois, a autora publicou novo artigo, *A aldeia Karajá de Santa Isabel do*

<sup>29</sup> SÁ, Cristina C. A aldeia Karajá de Santa Isabel do Morro. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 23, p. 19-23, 1980.

<sup>30</sup> SÁ, Cristina C. *Aldeia de São Marcos: transformações na habitação de uma comunidade xavante*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). FAU USP, São Paulo, 1982.

<sup>31</sup> SÁ, Cristina C. Formas e símbolos em aldeias indígenas brasileiras. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 57, p. 51-56, 1983.

<sup>32</sup> NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1983.

*Morro*<sup>29</sup> e, em 1982, defendeu mestrado com *Aldeia de São Marcos: transformações na habitação de uma comunidade xavante*<sup>30</sup>, que consolidou tal postura. Parte do conteúdo da dissertação alimentou o artigo *Formas e símbolos em aldeias indígenas brasileiras*<sup>31</sup>, no qual Cristina Sá apresenta uma classificação das formas de aldeias tradicionais dos índios Karajás, Bororos, Xavantes, Xerenes, Timbiras ocidentais e Timbiras orientais.

No mesmo ano em que Edurado Kneese de Mello publicou seu “material didático” – 1983 – a cientista social Sylvia Caiuby Novaes organizou o livro *Habitações Indígenas*<sup>32</sup>. Tal publicação pode ser considerada como um divisor de águas no estudo da arquitetura no Brasil. Ao todo, reúne sete estudos voltados para a compreensão das formas de produção e uso do espaço em nove sociedades indígenas distintas, mas abrangendo todos os grandes grupos linguísticos presentes no Brasil (Jê, Tupi, Aruak e Caribe). Maria Elisa Ladeira analisa as categorias espaço-temporais das sociedades Timbiras localizadas nos campos do Maranhão e de Goiás (dos Ramkokamekra, Apãniekra e Kraho); Aracy Lopes da Silva (\*1949-+2000) estuda os Xavantes do Planalto Central; Sylvia Caiuby explora a produção dos Bororos do Mato Grosso do Sul; Lux Vidal compara o espaço habitado pelos Kaiapó-Xikrin e pelos Parakanã no Pará; Cristina Sá – a única arquiteta entre os autores antropólogos – observa a habitação de três grupos indígenas com graus de mobilidade distintos: Yawalapiti, Karajás e Xavantes (respectivamente no Parque do Xingu, na ilha do Bananal e no Mato Grosso); Dominique Gallois observa a casa Waiãpi da região do rio Oiapoque; e Lucia Hussak van Velthem caracteriza os diferentes tipos de habitações dos Wayana do Pará.

Três anos decorridos da publicação de Sylvia Caiuby Novaes, os antropólogos Berta (\*1924-+1997) e Darcy Ribeiro (\*1922-+1997) criaram, organizaram e editaram a coleção *Suma Etnológica Brasileira*, com o objetivo de resgatar e atualizar artigos clássicos publicados nos vários números do *Handbook of South American Indians* (1945-50). O primeiro volume trata da Etnobiologia<sup>33</sup> (do saber indígena), o segundo explora a Tecnologia Indígena<sup>34</sup> e o terceiro discute a Arte Índia<sup>35</sup>. Como a obra organizada por Caiuby Novaes, o segundo volume da coleção é paradigmático. Dos dezesseis artigos publicados, três são fundamentais para o estudo da arquitetura nacional. A antropóloga Dolores Newton, da Johns Hopkins University, introduz o tema e aborta questões relacionadas com a cultura material e a

<sup>33</sup> RIBEIRO, Berta G. *Suma etnológica brasileira 1. Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986.

<sup>34</sup> RIBEIRO, Berta G. *Suma etnológica brasileira 2. Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986.

<sup>35</sup> RIBEIRO, Berta G. *Suma etnológica brasileira 3. Arte índia*. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986.

história cultural; a antropóloga Maria Heloísa Fénelon Costa (\*1927-+1996) e o arquiteto Hamilton Botelho Malhano tratam da habitação indígena brasileira e apresentam uma classificação morfológica para as aldeias, casas e anexos; e, por fim, o próprio Hamilton apresenta um glossário da habitação.

Como contribuição importante para o conhecimento da arquitetura indígena, devemos ainda destacar o artigo *A casa tupi-assurini: significado e construção*<sup>36</sup> do fotógrafo Renato Delarole e a dissertação *Três casas indígenas*<sup>37</sup>, do arquiteto Getúlio Geraldo Rodrigues Alho. No entanto, *Habitacões Indígenas* e *Suma Etnológica Brasileira*, continuam sendo consideradas referências obrigatórias e canônicas para o estudo e entendimento da arquitetura indígena no Brasil.

### Quarto momento: Identificação de Classe (o indígena como o vernáculo nacional)

Passados dez anos da publicação de *Arquitetura Brasileira*, o arquiteto Carlos Lemos escreveu *História da Casa Brasileira*<sup>38</sup>, um novo panorama da arquitetura nacional, desta vez focado nos espaços de morar. O autor explorou o tema da arquitetura vernácula, “aquela feita por um povo, uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características. Com o seu próprio e exclusivo *saber fazer* essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo a peculiares necessidades expressas em programas caracterizados por próprios e únicos usos e costumes”. Tratada como tal, a arquitetura indígena aparece livre de falsas comparações e de preconceitos.

Também como produção vernacular, a arte indígena foi considerada nas principais obras de referência da arte no Brasil do tipo enciclopédico. Nelas, a arquitetura indígena mereceu abordagem heterogênea.

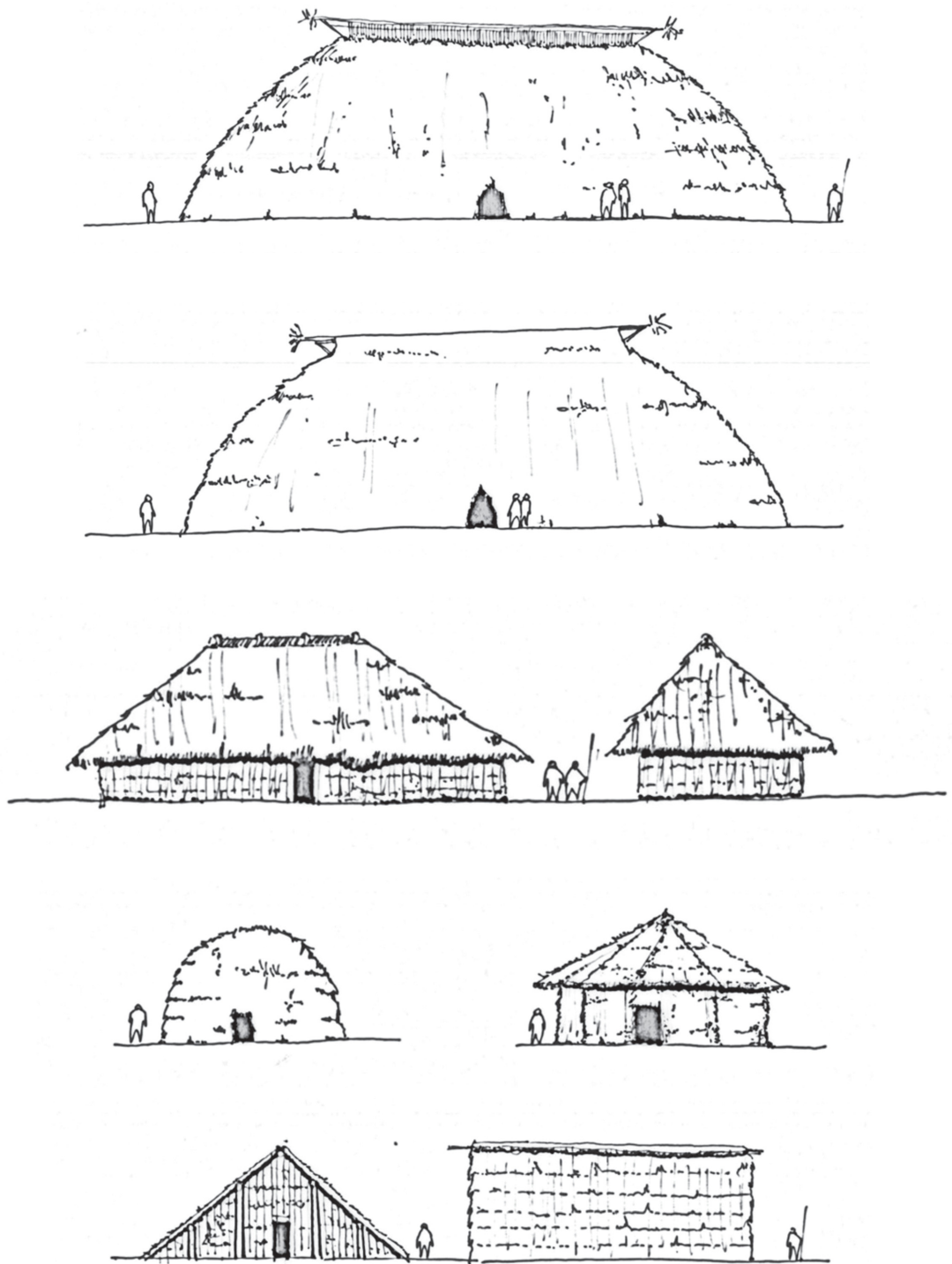
Em *História da Arte Brasileira*<sup>39</sup>, Pietro Maria Bardi (\*1900-+1999) enfoca aspectos gerais e superficiais da arte indígena, no que denominou “origens e encontros”. Ilustra seu texto com a gravura da “taba Tupi”, de Theodore de Bry (\*1528-+1598); com um desenho de uma “taba de índios do Rio Amazonas”, baseado em trabalho original de Alexandre Rodrigues Ferreira (\*1756-+1815); e com uma planta esquemática de uma aldeia Bororo (elaborada por C. Albisetti e A. J. Venturelli em 1962).

<sup>36</sup> DELAROLE, Renato. A casa tupi-assurini: significado e construção. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 57, p. 57-61, 1983.

<sup>37</sup> ALHO, Getúlio Geraldo Rodrigues. *Três casas indígenas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). EESC- USP, São Paulo, 1985.

<sup>38</sup> LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 15.

<sup>39</sup> BARDI, Pietro Maria. *História da arte brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 9-21.



Desenhos de algumas habitações indígenas brasileiras na mesma escala gráfica

<sup>40</sup> CIVITA, Victor (Edit.). *Arte no Brasil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 14-23.

<sup>41</sup> DE FIORI, Ottaviano et al. *Arte no Brasil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 14-23.

<sup>42</sup> CIVITA, Victor (Edit.). *Arte no Brasil*. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1982.

<sup>43</sup> ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

<sup>44</sup> RIBEIRO, Darcy. Arte índia. In: ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. p. 82.

<sup>45</sup> HARTMANN, Günter. *Xingú: unter indianern in Zentral-Brasilien*. Berlin: Reimer, 1986.

<sup>46</sup> DERENJI, Jorge. Índigena. In: MONTEZUMA, Roberto (Org.). *Arquitetura Brasil 500 anos*. Uma invenção recíproca. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. p. 24.

Dos dois volumes da *Arte no Brasil*<sup>40</sup>, coube ao sociólogo Ottaviano de Fiore escrever o capítulo<sup>41</sup> dedicado à arte indígena. Aborda a cerâmica arqueológica (tapajônica e marajoara); a decoração e pintura corporal, conforme estudadas por Claude Lévi-Strauss (\*1908-†2009); e a cerâmica tupi-guarani. Não trata das formas de organização espacial.

Em 1982, foi publicado o volume *Arte no Brasil*<sup>42</sup>, versão compacta da obra de 1979, na qual o capítulo que tratava da arte indígena foi suprimido.

Por fim, coube a Walter Zanini organizar a robusta *História geral da arte no Brasil*<sup>43</sup>, que dedica seu primeiro capítulo à arte do período pré-colonial (texto assinado pelo arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses), e o segundo a arte índia (assinado por Darcy Ribeiro). Diz o antropólogo:

*Outro campo maior da criatividade artística dos índios brasileiros é a edificação da maloca. Ela constitui o grande empreendimento coletivo cuja concepção arquitetônica e cuja engenharia construtiva resumem toda a sabedoria tradicional que se recapitula, atualiza e transmite às novas gerações, cada vez que se empreende a construção de uma nova maloca.*<sup>44</sup>

## Quinto momento: Disseminação

Existe um momento no processo, em que a interpretação “canônica” alcança um público mais amplo. Este momento é chamado de “disseminação” ou de “socialização”, no qual os autores tendem a se basear em textos já consagrados. Vejamos três exemplos significativos de manifestação da “disseminação”.

No mesmo ano em que foi publicada a coleção *Suma Etnológica Brasileira*, o antropólogo alemão Günther Hartmann organizou a exposição e o livro *Xingú: unter indianern in Zentral-Brasilien*<sup>45</sup>, divulgando as informações até então consolidadas sobre os xinguanos, tanto do ponto de vista da morfologia das aldeias, quanto das tipologias habitacionais (inclusive reproduzindo as ilustrações de Cristina Sá).

Para comemorar o V Centenário do Descobrimento do Brasil, a Universidade Federal de Pernambuco promoveu o *Projeto Brasil – 500 Anos de Arquitetura* que resultou, entre outras coisas, na publicação do volume homônimo. A bela edição divide-se em cinco módulos temáticos, o primeiro dos quais é dedicado à arquitetura indígena. Escrito pelo arquiteto Jorge Derenji, o estudo se propõe a “elaborar um panorama da produção arquitetônica das sociedades indígenas, a partir de dados disponíveis...”<sup>46</sup>; para tanto

revisita os textos clássicos de cronistas e viajantes – como o relato de Hans Staden (\*1525-+1579) e as ilustrações de Theodore de Bry (\*1528-+1598) –, dedica-se ao estudo das diferentes formas e organização de aldeias (circulares, retangulares e lineares), bem como às tipologias usuais de moradias (casas de planta circular, planta elíptica, retangular e poligonal); por fim, explora os materiais utilizados.

Em 2005, o arquiteto Günter Weimer publicou o livro *Arquitetura popular brasileira*<sup>47</sup>. O Capítulo II é dedicado às contribuições indígenas. Para abordar suas construções e aldeamentos, Günter lançou mão dos “dados disponíveis”, analisando as “poucas tipologias já estudadas”. Além disso, conecta a arquitetura indígena com a arquitetura popular brasileira.

### Um alerta conclusivo

O mesmo Censo 2010<sup>48</sup> que indicou um crescimento da população indígena brasileira (817,9 mil) demonstrou que apenas 12,6% dos seus domicílios correspondem ao tipo “oca” ou “maloca” – moradas tradicionais. Ou seja, 87,4% vivem em “casas” comuns. Ainda segundo o IBGE, “mesmo nas terras indígenas, ocas e malocas não são muito comuns: em apenas 2,9% das terras, todos os domicílios eram desse tipo e, em 58,7% das terras, elas não foram observadas”. Portanto, estamos falando de manifestações culturais em franco processo de desaparecimento. Tipos arquitetônicos em extinção. Bens culturais nacionais desprotegidos. Práticas e saberes não registrados. Um patrimônio que, segundo resumiu Darcy Ribeiro, “é, em muitos sentidos, o símbolo da comunidade que o edifica e que nela vive”<sup>49</sup>.

<sup>47</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>48</sup> IBGE. *Censo 2010: Características Gerais dos Indígenas – Resultados do Universo*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_gerais\\_indigenas/default\\_caracteristicas\\_gerais\\_indigenas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm). Acesso em: 11/08/2012.

<sup>49</sup> RIBEIRO, Darcy. Arte índia. In: ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. p. 82.

Andrey Rosenthal Schlee é arquiteto e urbanista, professor da Universidade de Brasília, diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[andrey.schlee@iphan.gov.br](mailto:andrey.schlee@iphan.gov.br)

# Habitação social no Centro Histórico de Salvador

---

*Érica Diogo*

**A** 7ª Etapa do projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia) pelo Programa Monumenta teve como foco a adequação de setenta e seis casarões para uso habitacional. A relevância dessa experiência se deve não apenas aos desafios de viabilizar a moradia com qualidade nos centros históricos degradados, mas também à conquista dos moradores que, apesar dos vínculos com o local, estavam excluídos da proposta de recuperação da área.

# L'habitation sociale au Centre Historique de Salvador

---

**L**a septième étape du projet appelé Programme Monumenta, responsable par la récupération du Centre Historique de Salvador, capitale de l'état de Bahia, dans la région nord-est du Brésil, a entrepris l'adéquation de soixante-seize vieilles demeures pour les rendre habitables aujourd'hui. L'importance de cette expérience se doit non seulement au défi d'offrir des logements de qualité aux quartiers historiques dégradés, mais aussi à l'effort des habitants qui, malgré leurs liens naturels avec ces sites, étaient exclus du projet de leur restauration.



## O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador

Em 1992, o Governo do Estado da Bahia lançou o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador com os objetivos de (a) ativar o ciclo econômico local para garantir a manutenção dos bens e valores culturais; (b) promover a recuperação “física” da área com a redefinição de sua função em relação à cidade e à região e (c) criar condições para o desenvolvimento do potencial produtivo e de organização social da área.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, 1995 – *apud* FERNANDES, Ana. *Projeto Pelourinho: Operação deportação x Ampliação do direito*. Curso de capacitação – programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy, 2006. Disponível no site [www.cidades.gov.br/texto](http://www.cidades.gov.br/texto) acessado em 2009.



Figura 1: Salvador. Foto de Anderson Schneider. Acervo Monumenta

O projeto foi concebido em sete etapas, sendo a primeira localizada no centro do Pelourinho, a região mais degradada e de maior referência cultural. A proposta alterou de forma radical as relações socioespaciais. O objetivo era a transformação num polo de atração para o turismo.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) publicaram e distribuíram, em 2004, material de divulgação com dados do Programa (quadro 1):

Fernandes<sup>2</sup> destaca que o Programa previu apenas de forma marginal o uso habitacional nas seis primeiras etapas e que todo o processo de intervenção foi extremamente autoritário, principalmente na condução da remoção das famílias moradoras.

Formalmente, os moradores tinham três alternativas: a indenização para a saída do imóvel; a relocação definitiva para imóvel recuperado com contrato para o pagamento de

<sup>2</sup> FERNANDES, Ana. *Op. cit.*

aluguel e a relocação provisória. Quase todos escolheram as indenizações que foram insuficientes para o acesso a novas moradias, a não ser outras tão ou mais precárias quanto aquelas em que viviam. Entre os motivos dessa escolha, enumeram-se: os moradores pouco sabiam sobre o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador; as abordagens foram, muitas vezes, violentas, com a presença de força policial; não existiu qualquer tipo de apoio jurídico; a perspectiva de pagamento de aluguel com valor de mercado que tornaria inviável a permanência dos moradores na área recuperada.

As primeiras cinco etapas foram inauguradas pouco tempo depois do lançamento do Programa, em 1992, e a sexta etapa foi paralisada e nunca retomada. A 7ª Etapa, ainda inconclusa, é o objeto de intervenção do Programa Monumenta<sup>3</sup> em Salvador. O *Perfil do Projeto*, denominação do documento que reúne todos os estudos e propostas de intervenção desenvolvidas para o Monumenta, propôs a delimitação de uma Área de Projeto com 15 quarteirões. As obras de restauração, após algumas revisões da proposta original, foram dirigidas para os seguintes monumentos nacionais: antigo Seminário São Dâmaso; Casa dos Santos da Ordem Terceira de São Francisco; Igreja de Nossa Senhora da Ajuda; Casa dos Sete Candeeiros; Edificações 1 e 2 da Rua do Tesouro para abrigar o Museu da Cultura Afro-Brasileira e o Liceu de Artes e Ofícios. O projeto também propôs a recuperação de 76 casarões, localizados em 8 quarteirões, para habitação e comércio, um estacionamento e obras de drenagem, pavimentação e iluminação.

<sup>3</sup> PROGRAMA MONUMENTA – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano do Ministério da Cultura/ IPHAN, criado no ano 2000 a partir de um contrato de empréstimo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e parceria com a Unesco.

Quadro 1: Dados do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador

Etapa	Quarteirões	Imóveis recuperados	Monumentos	Áreas públicas	Nº vagas de garagem	Localização/proximidades
1	4	89		3 largos	62	Rua Gregório de Matos
2	2	47				Igreja do Passo, entre as ruas do Carmo e Passo
3	3	58	Igreja de São Miguel		500	Região do antigo Maciel
4	8	183				Terreiro de Jesus e Cruzeiro de São Francisco
5	2	48				Praça da Sé
6		83	Cine Excelsior	Praça da Sé		Rua do Passo, Rua do Carmo e Largo do Pelourinho.
7	8	130	7 monumentos tombados pelo Iphan			Ladeira da Praça, Rua São Francisco e Monte Alverne



Figura 2: Material de divulgação Sedur/Conder 2004

Entre os documentos que compõem o *Perfil do Projeto* constam diversos relatórios que analisam a situação da área e apresentam as novas diretrizes para a intervenção. Existe uma clara contraposição às etapas anteriores no aspecto relativo ao uso dos imóveis: pretende-se priorizar o uso residencial e misto com o comércio local, manter usos institucionais existentes e instalar uma nova sede para o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).





Figura 3: Foto aérea com a delimitação da 7ª Etapa

<sup>4</sup> BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de Centros Históricos*. Brasília: Iphan, 2012.

Bonduki<sup>4</sup>, citando a Unidade Executora do Projeto do Programa Monumenta em Salvador (UEP Salvador) destaca que apesar da priorização para o uso residencial, não se alterou a opção pela remoção integral das famílias moradoras no local e sua substituição por outras de renda mais elevada, embora o estudo da viabilidade socioambiental apontasse a exclusão dos antigos ocupantes como parte dos impactos negativos da intervenção:

*Os principais impactos negativos previstos são [...]: a remoção de 1.674 famílias e desativação de alguns estabelecimentos comerciais e de serviço; elevado risco de novas invasões, que devem ser contidas de imediato; desapropriação dos imóveis privados que darão lugar às novas unidades residenciais, estabelecimentos comerciais e espaços públicos; emissão de poeiras e ruídos característicos da construção civil durante a fase de implantação; geração de resíduos (entulhos) e aumento de sedimento na drenagem; e sobrecarga da infraestrutura básica existente. (UEP Salvador).<sup>5</sup>*

<sup>5</sup> BONDUKI, Nabil. *Op. cit.*

A relação do Governo do Estado com os moradores da 7ª Etapa seguiu o modelo básico adotado nas etapas anteriores, mas ofertando apenas duas alternativas para as famílias: a indenização ou a relocação para um conjunto habitacional localizado na periferia de Salvador, a mais de 20 quilômetros de distância do Pelourinho.

Jecilda Mello, presidente da Associação dos Amigos e Moradores do Centro Histórico de Salvador (AMACH), em entrevista a Mourad<sup>6</sup>, afirmou que as famílias reassentadas em Valéria II, Coutos e no Conjunto Habitacional de Cajazeiras enfrentaram muitas dificuldades pela falta de infraestrutura, custo e distância para o deslocamento até os locais de trabalho e redução da renda familiar oriunda de atividades informais.

<sup>6</sup> MOURAD, Laila Nazem. *O processo de gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010*. Salvador: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2011. Tese de Doutorado. p. 129.

<sup>7</sup> MOURAD, Laila. *Op. cit.* p. 135.

Mourad<sup>7</sup> considera que o processo de expulsão dos moradores da 7ª Etapa ocorreu de forma rápida, se comparado com as etapas anteriores quando 2.153 famílias tiveram que deixar a região. Consta ainda que antes mesmo da assinatura do convênio entre o Governo do Estado da Bahia e o Ministério da Cultura, em 2002, cerca de 1.020 famílias já haviam recebido R\$ 1.925.285,00 em indenizações, resultando em um valor médio de R\$ 1.882,00 por família.

### **As conquistas dos moradores e a mobilização dos parceiros**

Em 2002, os moradores que permaneceram na área criaram a AMACH com o objetivo de interromper o processo de expulsão e conquistar o direito de permanecerem em condições dignas.

Organizados e estimulados pela vitória de um grupo de alfaiates que conquistou, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o direito de retornar, após a reforma, a seu antigo endereço na Rua da Misericórdia, conhecido como Prédio dos Alfaiates, os moradores procuraram o Ministério Público Estadual, que abriu uma Ação Civil Pública contra a Conder.

A Ação Civil Pública, aberta em 19 de novembro de 2002 pelo Promotor de Justiça Livaldo Reaiche, acusou o Estado de promover “asepsia social” do Centro Histórico de Salvador, atentando contra o patrimônio cultural baiano. A Ação detalhou atitudes tomadas pela Conder no sentido de promover a expulsão das famílias residentes e acusou a Companhia de nunca ter apresentado qualquer alternativa à remoção da população residente. Não se contestou a necessidade de recuperação dos imóveis do Centro Histórico, mas se procurou obstar a expulsão dos moradores, destacando-se sempre a importância da comunidade como elemento da cultura local, inclusive para o reconhecimento como Patrimônio Nacional e Mundial.

*O casario bonito pode ser visto até mesmo através dos cartões postais, mas o que as pessoas de todo mundo que-*

*rem ver é o povo descrito em inúmeras obras literárias, imortalizado nos romances de Jorge Amado, retratado nas pinturas de artistas como Caribé e fotografado pela lente de Pierre Verger.*<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Ação Civil Pública, fl. 12

<sup>9</sup> Entre os fatos relatados na Ação Civil Pública consta que a Conder não iria fazer qualquer concessão e removeria proprietários e moradores da área da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador. ACP fl. 9.

<sup>10</sup> O Coordenador Nacional do Programa Monumenta era Luiz Fernando de Almeida que, a partir de 2006, assumiu a Presidência do IPHAN.

<sup>11</sup> Representado também pelos então secretários do Ministério das Cidades, Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos e Jorge Fontes Hereda, Secretário Nacional de Habitação, por Beatriz Cerqueira Lima, da Caixa Econômica Federal.

<sup>12</sup> É válido lembrar que os negociadores pelo Governo Federal, do Programa Monumenta e do Ministério das Cidades, tinham atuação profissional anterior relacionada à habitação de interesse social, tanto no Setor Público como junto aos movimentos organizados. Esse fato influenciou positivamente as negociações que se seguiram junto a AMACH.

Estabeleceu-se um impasse<sup>9</sup> nas negociações entre a população e o Governo do Estado. O Governo Federal, representado pela nova Coordenação Nacional do Programa Monumenta<sup>10</sup>, houve por bem interromper as obras até que se estabelecesse um acordo entre os atores.

O Governo Federal<sup>11</sup> buscava uma alternativa à expulsão das famílias e o Ministério das Cidades, em particular, marcava sua atuação no sentido de promover e defender a habitação como elemento fundamental dos processos de reabilitação de áreas urbanas centrais<sup>12</sup>. E, sem dúvida, o caso de Salvador se mostrava emblemático para enfrentar a questão.

O ponto de partida para o andamento da intervenção foi não permitir mais expulsões, condição que a Ação Civil Pública já reivindicava. Grande parte da atenção se voltava para as alternativas de financiamento habitacional que poderiam atender àquela demanda, caracterizada primordialmente por famílias de baixa renda e em situação de risco. Mas a renda dos moradores não era o único entrave: não existia como ainda não o há, um programa que enfrente a recuperação de imóveis, sejam de relevância cultural ou não, para a adequação ao uso habitacional.



Figura 4: Situação dos casarões antes das obras

<sup>13</sup> O governador, à época, era Paulo Souto (do partido Democratas) com estreita relação com Antônio Carlos Magalhães, principal opositor do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O contexto político era de não-alinhamento<sup>13</sup> entre os governos Estadual e Federal, mas esse fato não impediu que ambos assumissem o compromisso de criar os canais com



os moradores para a construção de um acordo. O Governo do Estado abandonou a aposta em uma vitória judicial, sem concessões, que assumira até então, apesar da postura resistente do corpo técnico e de vários dirigentes.

A situação da área naquele momento não era nada confortável, a maioria das edificações estava em condições muito precárias, plantas nascendo nos telhados, vãos de abertura lacrados com tijolos, paredes escoradas e umas poucas pessoas circulando pelo local. Absoluta sensação de insegurança. Essa situação de precariedade era relatada por parte dos técnicos locais com uma grande dose de preconceito. Condição bem descrita por Maricato:

*A dimensão da desigualdade social no Brasil marca todos os momentos da vida nacional. Marca também e fortemente, o ambiente construído. Garantir o direito à cidade para a população mais pobre já seria um desafio. O espaço que a ela corresponde é o da “não-cidade”, ou seja, dos bairros de urbanização incompleta, ilegal, sem mobilidade etc. Garantir esse direito em área prestigiada pela reabilitação é duplo desafio. Para tomar parte em um processo de reabilitação do centro, os programas de moradia social deverão remar contra a corrente. Poucos agentes envolvidos no processo de reabilitação do centro vão querer moradias destinadas aos pobres na vizinhança. Até porque elas freiam a valorização imobiliária. É também por isso que elas são importantes, além dos aspectos humanísticos, éticos e morais. A contenção do processo de valorização que gera especulação, num tal empreendimento, é tarefa difícil e necessária se se deseja agir na direção da justiça social na cidade.*<sup>14</sup>

<sup>14</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Vozes, 2001. p. 144.

Existia uma opinião, até então politicamente preponderante, de que aqueles moradores não eram dignos o suficiente para morar no Centro Histórico de Salvador após sua recuperação e de que parte da degradação da área era causada por eles próprios. Esses eram os principais argumentos lançados à mesa para rebater a proposta de manutenção dos moradores na área.

Na realidade, aquele era o discurso dominante e que não passava por nenhum tipo de autocrítica; era a opinião que vinha há anos embasando os projetos na área. A estratégia era sempre a de “limpar” a área de intervenção removendo e deslocando os moradores para outros locais, de preferência bem distantes.

As negociações se estenderam de março de 2004<sup>15</sup>, quando foi realizada a primeira reunião entre a AMACH e os técnicos dos governos Estadual e Federal, até maio de 2005. É válido destacar que foi a primeira vez que os mora-

<sup>15</sup> Durante todo esse período de negociação participei das reuniões como a representante do Governo Federal.

dores e o corpo técnico estadual se encontraram em uma mesa de negociação. Era evidente o desconforto geral, a postura agressiva e a provocação permanente, mas esse momento pode ser considerado como a primeira conquista: a participação dos moradores no processo.

Foi necessário mais de um ano para a construção do TAC. Foram necessárias muitas reuniões que trataram detalhadamente de todos os temas que compuseram o documento final e algumas polêmicas marcaram os momentos de maior tensão. O Estado se pautava pela resistência à permanência dos moradores, como já foi dito, e alguns moradores exerciam pressão pela garantia de interesses individuais.

A assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta aconteceu em 1º de junho de 2005 e só foi possível com a participação efetiva do Ministério Público do Estado da Bahia, como bem descreveu Bonduki:

*O Termo de Ajuste de Conduta, assinado em junho de 2005, pode ser considerado uma importante referência na luta contra a gentrificação dos centros históricos, mostrando que as questões urbanas e patrimoniais vêm ganhando novos interlocutores num ambiente político e institucional cada vez mais complexo. O trabalho desenvolvido pelo Promotor Dr. Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania, foi exemplar no sentido de garantir os direitos dos moradores, logrando firmar um termo detalhado que cria obrigações não só ao Estado da Bahia e ao governo federal, como estabelece um processo de gestão democrático que até então esteve distante da maneira como o governo do Estado – e o poder público, de uma maneira geral, no país – construiu suas políticas para o centro histórico.<sup>16</sup>*

<sup>16</sup> BONDUKI, Nabil. *Op. cit.* p. 341.

O TAC, documento detalhado, estabeleceu os compromissos para o Governo do Estado e Governo Federal a partir dos seguintes pontos que foram exaustivamente debatidos:

### *1. Criação do Comitê Gestor*

O Comitê Gestor da 7ª Etapa foi a instância participativa da comunidade criada com função de análise e deliberação sobre requerimentos apresentados pelas famílias. É formado por representantes da AMACH, Companhia de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Combate à Pobreza, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Centro de Estudos Sociais (assessoria técnica da AMACH), Universidade Federal de Feira de Santana e Cooperação para o Desenvolvimento da Morada Humana.

## *2. A definição das famílias*

O ponto mais polêmico do acordo foi justamente definir quais eram as famílias que permaneciam na área naquele momento. O compromisso assumido era não realizar mais qualquer expulsão, o que não significava reverter a situação para atrair de volta aqueles que já se haviam mudado para outros locais.

O documento adotado como referência foi o levantamento cadastral realizado em 2000 pela equipe de técnicos da área social da Conder como subsídio para a elaboração dos relatórios do *Perfil do Projeto*. Esse cadastro indicava a existência de 1.674 famílias residentes no local, mas conforme dito anteriormente, a maior parte já havia saído da área.

A situação de cada família cadastrada foi discutida para garantir que as relações de parentesco fossem mantidas com a possibilidade de adequação da unidade habitacional a novas composições. Desta forma, os filhos que constituíram suas próprias famílias após o cadastro de 2000 também tiveram o direito de permanecer em unidade separada dos pais.

Esse trabalho resultou numa listagem de 103 famílias e na indicação de mais 11 em lista de espera que conquistaram o direito de permanecer nos imóveis recuperados para uso habitacional. Por interesse do Governo do Estado, o TAC manteve a possibilidade dos moradores optarem por receber um auxílio relocação, desde que devidamente atualizado e ofertado diante dos representantes do Comitê Gestor.

## *3. Condições para o remanejamento das famílias ao longo da obra*

A desconfiança das famílias em relação à real possibilidade de permanência no local era muito grande e uma das condições estabelecidas pela AMACH era a de que ninguém iria se afastar do local, mesmo durante o período de execução das obras. Para isso, foi necessária a locação de alguns imóveis para funcionarem como casas de passagem, permitindo o remanejamento das famílias e a liberação dos imóveis para as obras.

## *4. Os pontos comerciais*

O pavimento térreo da maior parte dos casarões da 7ª Etapa é ocupado por pontos comerciais e devem manter essa finalidade após a execução das obras. Os pontos comerciais podem ser utilizados na geração de renda para os moradores ou como fonte de recursos para a manutenção das áreas de uso comum dos edifícios.

### *5. Equipamentos comunitários e espaços públicos*

A necessidade de instalação de equipamentos comunitários no local para criar as condições adequadas de moradia foi ponto de comum acordo entre os envolvidos. A creche foi a primeira reivindicação, seguida pela instalação de uma cozinha comunitária para a geração de renda para as famílias. A criação de espaços públicos qualificados também fez parte das reivindicações.

### *6. Sede da AMACH*

Foi estabelecida a destinação de um espaço para a instalação provisória da sede da AMACH até que se viabilizasse uma definitiva.

### *7. Geração de renda e capacitação*

Por fim, consta do TAC a necessidade de a Secretaria de Combate à Pobreza do Estado se incorporar ao processo para desenvolver projetos de capacitação e geração de renda com os moradores, demonstrando a preocupação com as alternativas de sustento após as obras. Ainda existiu o compromisso de envio às empresas contratadas, para a execução das obras, de uma listagem recomendando a contratação de mão de obra local.

## **Como viabilizar a intervenção no novo contexto?**

Uma vez estabelecidos os termos do acordo entre o Estado e a AMACH, as intervenções poderiam ser retomadas, já que essa era a condição que havia sido imposta pela Coordenação Nacional do Programa Monumenta. No entanto, existiam ainda muitas indefinições naquele momento: a posse dos imóveis, a forma de acesso às moradias, a conclusão dos projetos, a definição dos recursos, a destinação dos demais apartamentos, o trabalho social, a contratação das obras e todas as definições relativas à gestão da área. Ou seja, a composição dos recursos, a regularização dos imóveis e os projetos habitacionais ainda estavam indefinidos, mas eram estruturais para viabilizar a intervenção.

### *1. Recursos*

Talvez esse seja um dos aspectos mais sensíveis para a promoção da habitação nos centros históricos das cidades brasileiras. Como viabilizar uma operação que reúne as seguintes características, considerando que são comuns em praticamente todos os centros históricos das capitais brasi-

leiras e levando em conta que a política habitacional no Brasil é pautada pela aquisição da casa própria em áreas de urbanização recente:

- Edificações antigas em precário estado de conservação
- Situação jurídica irregular
- População de baixa renda
- Bens tombados em nível federal, estadual e municipal
- Sistemas de infraestrutura obsoletos ou insuficientes

A proposta inicial era a utilização do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), gerido pela Caixa Econômica Federal com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial. Esse programa trabalhava com uma modalidade de financiamento que funcionava como um arrendamento durante os primeiros 15 anos de amortização e só depois existia a possibilidade de aquisição do imóvel pelos beneficiários. A faixa de renda atendida pelo PAR, naquele momento, era de famílias com renda superior a 6 salários mínimos, fator que praticamente inviabilizava o atendimento das 103 famílias. Apesar do grande esforço feito pela Caixa para adequar as condições do Programa à realidade daquelas famílias, o PAR mostrou-se inadequado à aplicação na 7ª Etapa.

O Governo do Estado da Bahia surgiu então, com a possibilidade de investimento dos recursos existentes no Fundo dos Servidores Estaduais da Bahia. A condição, nesse caso, seria a comercialização dos demais apartamentos para os servidores públicos.

A outra parcela de recursos viria do próprio Programa Monumenta, no entanto, eram recursos destinados a financiamento da recuperação de imóveis privados e os pagamentos dos moradores teriam que, em algum momento, alimentar o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, regra estabelecida pelo Monumenta para todas as cidades.

Ainda assim, não se completavam todos os investimentos necessários. Era preciso considerar uma parcela de recursos como não-retornável, ou seja, como subsídio habitacional. O Ministério das Cidades acenou com um Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) que trabalhava com subsídios de R\$ 16.575 mil por unidade.

Dessa forma, a recuperação dos 76 casarões se deu em duas frentes, a primeira destinada ao atendimento das 103 famílias com recursos do Ministério das Cidades e contrapartida do Governo do Estado pelo PHIS que, por sua vez, se efetivou em duas etapas por motivo das diferentes contratações. A segunda, chamada de Prohabit se efetivou

com recursos do Fundo Estadual e do Monumenta e se organizou em três etapas, também em decorrência das diversas contratações.

O investimento total está apresentado no quadro 2, considerando dados de 2010.

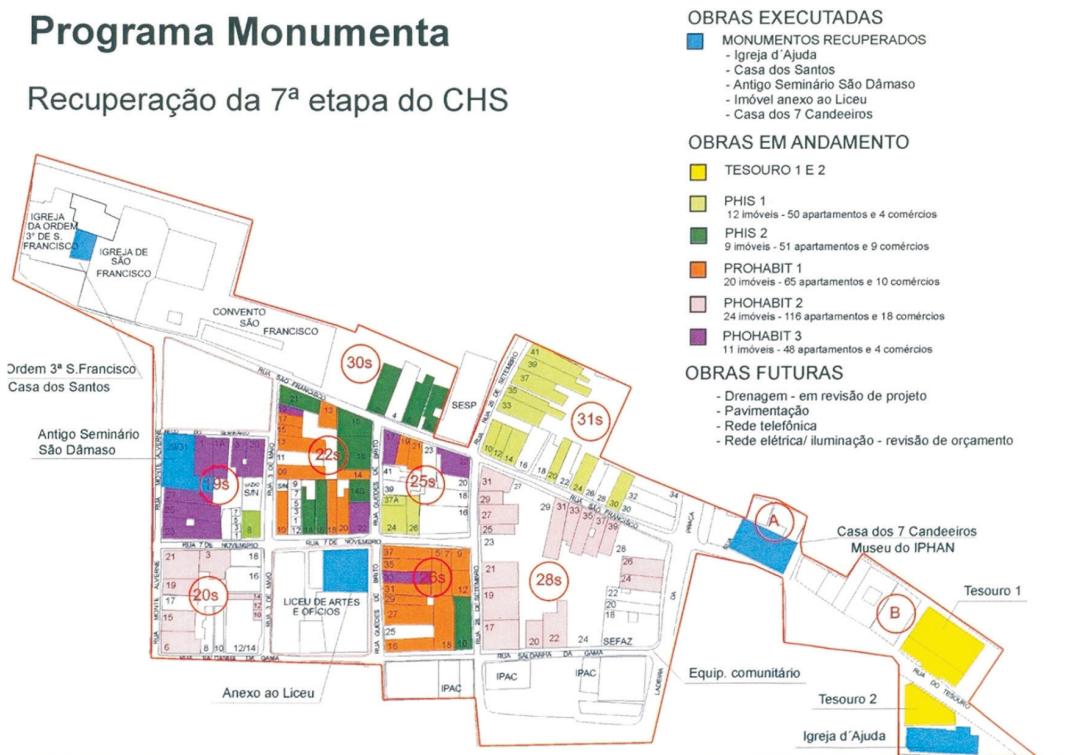
Quadro 2: Investimentos para a recuperação dos imóveis da 7ª Etapa

Obras	Número de edificações	Número de apartamentos	Número de lojas	Área construída m²	Valor total R\$	Valor por apartamento R\$
PHIS 1	12	52	4	3.343,80	4.146.146,91	79.733,59
PHIS 2	9	51	9	3.583,59	3.698.039,16	72.510,57
Subtotal PHIS	21	103	13	6.927,39	7.844.186,07	76.157,15
PROHABIT 1	20	66	17	4.796,41	4.048.806,32	61.345,55
PROHABIT 2	24	118	21	8.906,13	8.359.066,66	70.839,55
PROHABIT 3	11	50	4	3.270,72	3.190.507,83	63.810,16
Subtotal PROHABIT	55	234	42	16.973,26	15.598.380,81	66.659,75
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>337</b>	<b>55</b>	<b>23.900,65</b>	<b>23.442.566,88</b>	<b>69.562,51</b>

Fonte: Programa Monumenta

## Programa Monumenta

### Recuperação da 7ª etapa do CHS



Fonte: Conder/UEP Salvador



## *2. Propriedade*

Em 25 de fevereiro de 2002, foi publicado o Decreto nº 8.170 que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação mais de 100 imóveis localizados em 10 quarteirões, apesar de apenas 76 serem objeto de intervenção. Os proprietários que se manifestaram contrários à desapropriação e justificaram sua posição junto ao Governo do Estado não foram desapropriados. No entanto, ao longo de todo o período de execução das obras não foi verificado qualquer investimento nessas edificações que, provavelmente, estarão bastante valorizadas ao final das obras de recuperação.

Apesar do processo de desapropriação dos imóveis ter iniciado bem antes da assinatura do TAC, muito pouco se havia efetivado. Praticamente todos os processos estavam paralisados, até porque esse projeto não estava entre as prioridades do corpo jurídico responsável pelo andamento das ações. Para acelerar o andamento dos processos, o Governo do Estado acabou contratando advogados que só finalizaram a regularização jurídica dos imóveis vários anos depois.

A regularidade jurídica dos imóveis foi utilizada como critério para priorizar o atendimento das 103 famílias, garantindo prioridade para essas obras.

Esse período foi importante para a discussão do instrumento que seria utilizado para regular a cessão dos imóveis às famílias por meio da realização de uma Oficina de Regularização Fundiária realizada em 2007. O resultado indicava a utilização da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) como forma de manter a propriedade com o Estado e restringir o repasse das unidades habitacionais para outras famílias. Buscava-se restringir que famílias que conseguissem acessar a moradia na área requalificada, acabassem vendendo a posse ou o direito de posse a outras famílias com renda familiar mais elevada em troca de um valor muito inferior ao valor real do imóvel, porém muito superior à indenização do Estado. Por exemplo, se considerarmos que um apartamento teve custo médio de recuperação em torno de 70 mil reais, sem incluir o custo da desapropriação, seria de se esperar que uma família com poucas condições financeiras ficasse tentada a repassar o imóvel por 20 ou 30 mil reais. Essa família se sujeitaria a deslocamento para outra área, mais distante ou nas imediações, porém em condições tão precárias ou até piores do que o casarão antes da sua recuperação. Com a CDRU, a propriedade é do Estado e deve ser destinada para as famílias e seus

herdeiros, mas se não houver mais interesse daquele morador em permanecer na área, o apartamento tem que ser destinado para outra família com o mesmo perfil, ou seja, deve manter-se como habitação de interesse social.

Essa foi a proposta, mas ainda não é possível avaliar a eficácia do instrumento, ainda mais se considerarmos as dificuldades da AMACH na mobilização da maioria das famílias que fazem parte do TAC. A participação das famílias ao longo de todo o processo de negociação, discussão e acompanhamento da implementação foi muito significativa, porém apenas uma parcela dessas famílias integra a Associação.

A AMACH, ao contrário de muitas entidades dos movimentos por moradia, não tinha construído critérios para a destinação dos apartamentos prévios à vitória obtida com o TAC.

### *3. Projetos habitacionais*

Entre os compromissos assumidos no TAC, estava a apresentação dos projetos de recuperação para a AMACH que, até então, desconhecia a proposta de intervenção no local. Os projetos, contratados pela Conder, já estavam na fase final de desenvolvimento e não existiam grandes possibilidades de alterações.

A análise dos projetos de intervenção no Centro de Salvador é feita de maneira integrada pelo Escritório Técnico de Licenças e Fiscalização (ETELF), que reúne os técnicos do Iphan, Governo Federal, do IPAC, Governo Estadual, e da Prefeitura Municipal. Certamente uma experiência que tem muitos méritos: um parecer técnico único é emitido antes da análise por cada órgão que dá prosseguimento ao processo, via de regra, acatando a análise conjunta.

Um ponto controverso em relação aos projetos de adequação de edifícios que compõem um conjunto urbano tombado é o nível de exigência ou até mesmo a necessidade ou não de aprovação e fiscalização das intervenções realizadas no interior dos prédios. Não existe um entendimento único entre os técnicos sobre os casos. Existe a visão de que o bem protegido é o conjunto urbano e, portanto, a preservação do bem se daria por meio da garantia de manutenção de suas características externas e, por outro lado, há outros que defendem que é necessário garantir a integridade de toda a edificação, mesmo que o tombamento não seja individual e sim em conjunto. Uma referência para as soluções dessas controvérsias, nos casos concretos, são os valores determinados no processo de tombamento e que devem servir de baliza para as análises.



*Figura 5: Casarões da 7ª Etapa após obras de recuperação*

Vale uma reflexão sobre a qualidade dos projetos e a pouca experiência que os profissionais têm nesse campo, até por conta de a demanda ser reduzida. Sem considerar a falta de preparo da mão de obra da indústria da construção civil e dos materiais disponíveis no mercado. O resultado geral é bom, no entanto existiram problemas com as condições de habitabilidade dos edifícios e, num caso extremo, houve até a inutilização de um ambiente, cogitado como apartamento, localizado no porão: o nível de umidade era muito elevada e permanecia alagado em períodos de chuva intensa.

A maior polêmica, no entanto, envolveu a construção de um estacionamento no miolo de um dos quarteirões conforme estava previsto na proposta inicial. O conflito estava pautado pela AMACH na existência de vagas ociosas de estacionamento dentro do Centro Histórico de Salvador e no comprometimento de recursos com um equipamento que não atenderia às suas principais necessidades. No outro polo estava colocada a perspectiva de desenvolvimento de um projeto que integrasse o estacionamento a outros equipamentos e espaços públicos de qualidade. O debate se estendeu por mais de um ano e ao final houve uma decisão unilateral pela construção do estacionamento.

### A execução das obras e a entrega dos primeiros apartamentos

As obras foram contratadas em 5 lotes distintos (quadro 2), dois para o PHIS, composto por 21 edificações, 103 apartamento e 13 lojas, e três lotes para o Prohabit, composto por 55 edificações, 234 apartamentos e 55 lojas, começando com a execução do PHIS para priorizar o atendimento das 103 famílias.



Figura 6: Interior do primeiro casarão entregue às famílias em 2007

Além das dificuldades típicas dos processos de licitação, houve uma série de percalços que impediram que o ritmo das obras seguisse o planejado, ao ponto de, ainda hoje, ou seja, sete anos após a assinatura do TAC, as obras não estarem concluídas. Foram problemas com a execução dos serviços de drenagem e esgotamento sanitário, revisão, complementação e adequação dos projetos habitacionais e dos equipamentos comunitários, execução de serviços de estabilização, retirada de entulho, além das questões relacionadas à relocação das famílias e aluguel de imóveis.

O desenvolvimento das atividades sociais aconteceu de maneira mais intensa em alguns anos, incluindo temas relacionados à geração de renda, relações de convivência e organização de condomínios, mas sempre ficaram aquém das expectativas dos moradores, em particular a participação na definição dos projetos dos equipamentos comunitários.

Ainda assim, a segunda grande conquista desse processo aconteceu em outubro de 2007, quando 11 apartamentos de dois casarões recuperados foram entregues para as primeiras das 103 famílias. Na cerimônia de entrega estavam presentes o Ministro de Estado da Cultura, o Governador do Estado da Bahia, representantes do IPHAN e do Ministério das Cidades, o Secretário de Estado de Cultura e, claro, a AMACH. Os demais apartamentos têm sido entregues à medida que são concluídas as obras, totalizando até agosto de 2012 em 63 distribuídos por 15 casarões.

### **Os desafios permanecem**

As obras ainda seguem por mais algum tempo com conclusão prevista para o final de 2013. Concluídos e entregues todos os apartamentos, passarão a conviver no local as 103 famílias selecionadas na negociação do TAC, além das famílias dos servidores públicos que adquirirem as unidades do Prohabit. Sem dúvida, será momento de adaptação ou até mesmo de embate e conflito.

As famílias beneficiadas pelo Prohabit, em momento algum, participaram do embate político, da construção do Termo de Ajustamento de Conduta, das discussões de projeto, dos desgastes da seleção dos beneficiados. Sempre foram genericamente tratados como servidores públicos, inclusive na perspectiva de público de classe média, de alto poder aquisitivo.

Vale a pena a reflexão sobre os beneficiários do Prohabit: estaremos falando de trabalhadores assalariados que também precisam ter a oportunidade de morar perto do trabalho, reduzindo os gastos e o tempo com os deslocamentos. Ademais, na construção da cidade, com emprego e oportunidades para todas as classes, formações e níveis de escolaridade, é fundamental garantir a diversidade cultural e social.

O Comitê Gestor poderia desempenhar um papel integrador entre os dois grupos de moradores. No entanto, ele também tem suas fragilidades: ausência de reuniões regulares, falta de participação e representatividade dos órgãos públicos. De forma semelhante, a própria AMACH concentrou-se em suas lutas e contradições internas, perdendo o foco nas conquistas coletivas.





Figura 7: Edificação recuperada na Rua São Francisco

rização e a ocupação dos imóveis. A área do Centro Histórico foi definida como Zona de Especial Interesse Social no Plano Diretor Municipal e essa condição poderá influir positivamente na fixação da população, mas só uma avaliação futura poderá mostrar os seus impactos.

A longevidade da intervenção também dependerá das condições que serão criadas para a gestão condominial e a

consequente manutenção dos edifícios. Nas etapas 1 a 5, o Estado investiu de maneira pesada na conservação da área, nos subsídios para os investidores e na implantação dos eventos culturais. Os custos de manutenção desses edifícios são altos, ainda mais porque, em decorrência do descompasso das obras, alguns casarões que ficaram prontos primeiro sofreram problemas de infiltração provenientes de prédios contíguos ou da ausência deles. Ou seja, já demandam serviços apesar da recente conclusão.



Figura 8: Edificações recuperadas encostadas em edificações ainda arruinadas



O funcionamento dos equipamentos comunitários pode ser um caminho para a sustentabilidade de algumas famílias, mas será necessário apoio técnico e social. A Cozinha Comunitária foi uma reivindicação dos moradores a partir do potencial que eles mesmos identificaram, mas é necessário que existam outras alternativas de trabalho e renda para as famílias e para os jovens. Para que uma vida cotidiana de qualidade se estabeleça de fato no local serão necessários ainda os equipamentos públicos, escolas, postos de saúde, e a instalação do comércio local, farmácia, supermercado, papelaria.

Enfim, os desafios para garantir a permanência dos moradores na área são tão grandiosos quanto os enfrentados para garantir o acesso dos moradores à área requalificada. A conclusão da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador por certo ainda está bem distante, existem muitas questões a serem trabalhadas e embates a serem enfrentados. Ainda mais se considerarmos que o objetivo primordial é garantir o direito à cidade digna e mais justa.



Figura 9: Edificação antes e depois da recuperação na Rua 3 de Maio

<sup>17</sup> BONDUKI, Nabil. *Op. cit.*

Érica Diogo é graduada e mestre em Arquitetura e Urbanismo, ex-coordenadora do financiamento para a recuperação dos imóveis privados no Programa Monumenta e ex-coordenadora geral de Bens Imóveis no Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[ericadiogo.urb@gmail.com](mailto:ericadiogo.urb@gmail.com)

Sobre essa experiência Bonduki conclui que:

*Em relação ao risco de a área sofrer um processo de deterioração e de retorno a uma ocupação informal, tudo indica que isso pode ser evitado se for desenvolvido um consistente trabalho social com a população moradora. Deve ser ressaltado que os moradores dessa área não têm uma forte coesão social e cultural, constituindo um grupo que se foi formando e consolidando a partir da sua própria luta e organização no período de resistência ao despejo, o que lhe confere uma identidade, mas não é garantia de que se manterão organizados e unidos a partir da reocupação da área.<sup>17</sup>*

# A questão urbana e o patrimônio cultural

## o direito à memória e à moradia no espaço urbano do Parque Histórico Nacional dos Guararapes

*George Alex da Guia  
Sandra Bernardes Ribeiro*

**O**s conflitos entre o direito à moradia e o direito à cultura materializam-se exemplarmente no caso particular do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG), na região metropolitana de Recife, capital do estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro. Há mais de 20 anos, instalou-se um dilema na área: a preservação do patrimônio cultural e ambiental e a sua manutenção como locus de moradia e vida de uma população de baixa renda em lugar de elevado valor histórico e simbólico. Daí decorrem nossas reflexões sobre ações de caráter urbano, como a regularização fundiária e as práticas de conservação cultural. A relação entre essas duas dimensões permite avaliar complexidades diferenciadas para a regularização fundiária, habitualmente promovida no Brasil em territórios urbanos desprovidos deste tipo de normas de uso e ocupação do solo, revelando-se então uma visão marcadamente conservacionista. De qualquer modo, a articulação harmoniosa entre política urbana e preservação do patrimônio cultural pode ser uma via para a promoção da inclusão socioespacial e a restituição da cidadania a essas populações.

# La question urbaine et le patrimoine culturel

## le droit à la mémoire et à l'habitation dans l'espace urbain du Parc Historique National des Guararapes

**L**es conflits entre le droit à l'habitation et le droit à la culture se montrent d'une manière exemplaire dans le cas particulier du Parc Historique National des Guararapes (PHNG), situé dans la région métropolitaine de Recife, capitale de l'état de Pernambuco, dans la région nord-est du Brésil. Il y a plus de 20 ans que l'on se trouve devant une impasse: la conciliation de la préservation du patrimoine culturel et environnemental avec la permanence d'une population vivant de rentes assez modestes qui a trouvé dans des terres de grande valeur historique et symbolique leur locus d'habitation. On réfléchit alors sur les rapports entre les actions de nature urbaine telle que la régularisation foncière, et les pratiques qui caractérisent la préservation culturelle. Ces rapports permettent d'évaluer la complexité et la différence des problèmes pour la réglementation foncière entreprise habituellement au Brésil dans des territoires urbains dépourvus de normes d'usage et d'occupation du sol, ce qui révèle d'ailleurs une vision notamment conservacioniste. De toute façon, l'harmonisation entre une politique urbaine plus sensible et la préservation du patrimoine culturel peut être une voie pour l'inclusion sociospatiale et la restitution de la citoyenneté à ces populations.

## **Direito à moradia, à cidade e à memória**

No que tange ao Direito à Moradia, a sua inclusão na agenda das políticas públicas inicia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>1</sup>, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo o Brasil como um dos seus signatários, a qual afirmava que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis” (§ 1º, Art. 25).

No Brasil, o texto constitucional de 1988<sup>2</sup> determina a prerrogativa para a incorporação de novos direitos que, até então, não figuravam na Constituição Federal brasileira pelo § 2º do art. 5º, ao estabelecer que os direitos expressos na constituição não excluam outros decorrentes dos princípios por eles adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte. Ainda neste artigo, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, estabelece, em seu § 3º, que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados na Câmara e no Senado são equivalentes às emendas constitucionais, tendo valor somente após promulgação do Presidente da República mediante decreto. Portanto, pode-se afirmar que a Constituição brasileira consubstancia no rol dos direitos sociais básicos aqueles enunciados nos tratados internacionais, incluindo os relativos aos direitos humanos.

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da Política Urbana, declaram que a política de desenvolvimento urbano visa ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar dos cidadãos e condicionam a garantia dos direitos de propriedade ao cumprimento de sua função social. Dessa forma, a função social da cidade é um conceito que dá à propriedade um atributo coletivo e não apenas individual. Ao passo que a propriedade é um direito e com isso estabelece benefícios ao proprietário, com a valoração social passa a ser também um encargo constitucionalmente disposto, ficando o proprietário obrigado, ao exercer o uso da propriedade, a retribuir, segundo o ordenamento jurídico previsto na legislação urbana, benefícios à coletividade. Com isso a função social da propriedade estabelece: 1) privação de certas faculdades do proprietário no que tange ao exercício da propriedade absoluta, 2) possibilidade de criação de condições para o exercício da propriedade e 3) compele à atuação de alguns direitos elementares de domínio.

<sup>1</sup> Segundo a Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos n.º 21, a Carta Internacional dos Direitos Humanos está no centro de toda a ação desenvolvida pelas Nações Unidas no que se refere à proteção e promoção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. A Carta é constituída por três instrumentos básicos: 1) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); 2) Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (1966); e 3) Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos das Nações Unidas (1966). Estes três instrumentos definem e consagram os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

<sup>2</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília: Senado Federal, 1988.

### *A função social da cidade – o direito à moradia*

<sup>3</sup> BRASIL. Estatuto da Cidade – lei federal 10.257/01, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

O Estatuto da Cidade – Lei federal nº 10.257/01<sup>3</sup> veio regulamentar a política urbana definida na Constituição com uma série de instrumentos para a construção de uma cidade democrática. Entre eles estão o plano diretor, a edificação compulsória, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo, o direito à preempção, a zona especial de interesse social (ZEIS) e a regularização fundiária. E para implementar essa política é necessário mobilizar os atores para participação nos processos de planejamento e gestão urbanas.

<sup>4</sup> GOUVEA, Denise de Campos & RIBEIRO, Sandra Bernardes. *A Revisão da Lei Federal de Parcelamento do Solo: Novas Regras para Cidades Brasileiras*. Brasília, 2006.

A urbanização no Brasil produziu transformações que não resultaram em desenvolvimento urbano, acesso à moradia e qualidade urbanoambiental. O processo de urbanização brasileiro gerou cidades marcadas pela segregação socioespacial, com grande parte da população vivendo em condições precárias nas periferias.<sup>4</sup> A maioria das cidades brasileiras não oferece a todos os moradores infraestrutura e serviços básicos como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, luz, pavimentação, coleta de lixo. As populações de baixa renda procuram espaços onde os empreendedores imobiliários não atuam: áreas de preservação ambiental e no caso em questão, área de preservação cultural. Estas são as poucas áreas que sobram para eles, uma vez que não possuem condições de acesso à moradia pelo mecanismo das ofertas do mercado formal.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei 11.977/09, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

A lei 11.977/09<sup>5</sup>, que estabelece a política de regularização fundiária urbana, reconhece a realidade dos assentamentos informais como resultado de um processo histórico de ocupação desigual do território, que excluiu os mais pobres das áreas urbanizadas e melhor localizadas nas cidades. Essa lei define a regularização fundiária como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente socialmente equilibrado (Art. 46).

Estabelece também que um dos princípios da regularização fundiária é a “ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental” (Inciso I, Art. 48). Isso significa que as ocupações irregulares podem e devem ser

regularizadas para que os assentamentos possam ser objeto de obras de infraestrutura urbana e serviços públicos e os moradores tenham garantido seu direito à moradia, com dignidade. Ou seja, os espaços urbanos devem ter qualidade urbana, ambiental e a implantação de equipamentos comunitários como escolas, postos de saúde, creches etc.

Além disso, define regularização fundiária de interesse social como aquela destinada aos “assentamentos irregulares ocupados, predominantemente por população de baixa renda, nos casos: a) em que tenham sido preenchidos os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia; b) de imóveis em ZEIS; ou c) de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social” (Inciso VII, Art. 47). No caso específico do PHNG, trata-se de ocupação irregular consolidada em área de propriedade da União, de população de baixa renda, portanto, passível de regularização.

#### *A função social do patrimônio – o direito à memória*

Para Carrión<sup>6</sup>, a trajetória das práticas de preservação do patrimônio cultural, nos países em desenvolvimento, tem-se deparado com a relação estabelecida entre pobreza material e riqueza histórica. O autor entende que há, nesse contexto, o estabelecimento de novas funções urbanas aos centros antigos, que passam a ser caracterizados como redutos de pobreza com privatização dos espaços públicos pelo comércio ambulante, aluguel na forma de favelas ou cortiços e prostituição. Soma-se a estes fatores a perda de acessibilidade, velocidade e articulação com o restante da cidade como, por exemplo, fechamento das vias para veículos automotores, infraestrutura urbana defasada, ruptura das redes sociais e pouca conectividade com o restante da cidade. Com isso, as práticas de políticas públicas conservacionistas voltadas para o patrimônio físico e monumental também esvaziavam de centralidade as áreas históricas, pois desconsideravam o capital social existente; quanto às políticas desenvolvimentistas, por vezes desconsideraram o conteúdo histórico e social com o incremento dos valores do uso do solo e gentrificação.

Segundo Oliveira<sup>7</sup>, no Brasil a questão da preservação do patrimônio cultural surgiu em decorrência dos postulados dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que buscavam, por meio da escolha de símbolos nacionais, a expressão da cultura genuinamente brasileira. Em 1933, surgiu a primeira lei federal de proteção ao patri-

<sup>6</sup> CARRIÓN, Fernando. *El centro histórico como proyecto y objeto de deseo*. Quito, Equador: 2009. Acesso ao sítio eletrônico Scielo no dia 3 de agosto de 2012. <http://socialsciences.scielo.org>

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. A gestão do patrimônio em Ouro Preto. In: PAES, Maria Tereza Duarte & OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. *Op. cit.*, p. 185.

<sup>9</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1934)*.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. *Op. cit.*

<sup>11</sup> RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 65.

mônio cultural, o decreto nº 22.298, que elevou o distrito sede de Ouro Preto a Monumento Nacional.<sup>8</sup>

A Constituição Federal de 1934<sup>9</sup>, em seu artigo 10, inciso III, estabeleceu que a proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico é atribuição concorrente à União e aos Estados. Em 1937, o Decreto Lei nº 25 introduziu no Brasil o tombamento como forma de proteção do patrimônio cultural. O Decreto Lei nº 25 é uma das legislações de preservação e proteção do patrimônio cultural e natural mais antiga das Américas e destaca-se por colocar o interesse público, com base no conceito de direito difuso, acima do interesse privado, como também destaca Oliveira.<sup>10</sup> Pode-se dizer que é uma das primeiras leis que legislam sobre a função social da propriedade com base no seu valor cultural e histórico.

No Brasil, por um longo tempo a consagração de objetos a serem preservados valorizou edifícios civis e religiosos. A partir dos anos 1980, começa a surgir um conceito de patrimônio mais amplo que vai além dos valores de singularidade e monumentalidade, e começa a agregar os valores sociais, culturais, técnicos e afetivos impressos nos espaços urbanos. “O passado começa a ser visto não como reminiscências e testemunhos nobres de um tempo passado, mas objeto de apropriação no presente de forma a permitir conhecimento, uso e produção”<sup>11</sup>. Além da dimensão social, o conceito de patrimônio passa a considerar a dimensão ambiental, principalmente a partir do momento em que a questão da proteção do meio ambiente passa a ser considerada importante para a qualidade da vida no planeta.

A Constituição brasileira de 1988 estabelece que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional...” (Art. 215). Estabelece, ainda, que o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (Art. 216). E foram incorporadas “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas” aos bens já consagrados anteriormente (documentos, obras de arte, edifícios, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos, paleontológicos e ecológicos).

Quanto à responsabilidade com relação aos bens culturais brasileiros, a Constituição define que estes devem ser promovidos e protegidos pelo poder público com a colaboração da comunidade (§ 1º, Art. 216). A competência de



proteger os bens culturais deve ser compartilhada entre a União, os estados, municípios e o Distrito Federal (Incisos III, IV e V do Art. 23).

Neste contexto, quando se depara com uma realidade urbana marcada por excentricidade, pois não se trata de um centro antigo tradicional e sim de uma unidade urbana afetada na regulação do uso e ocupação do solo por seu valor histórico cultural, imersa num contexto metropolitano, como é o caso do PHNG, a política pública de proteção e conservação do patrimônio cultural coloca-se como um instrumento de promoção da função social da propriedade.

### **O Parque Histórico Nacional dos Guararapes**

No Brasil, o Iphan protegeu, na categoria de parques históricos, a área situada no Morro dos Guararapes, no município de Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife (distante 14km do centro do Recife), em Pernambuco. O Parque Histórico Nacional dos Guararapes foi

criado pelo Decreto Federal 68.527 de 19 de abril de 1971 para promover a preservação histórico-cultural das áreas onde ocorreram as batalhas que culminaram com a expulsão dos holandeses, no século XVII. Os fatos históricos que ocorreram na área conduziram ao reconhecimento, pelo Exército Brasileiro, do lugar como palco da primeira manifestação da nacionalidade e da formação do Exército Brasileiro.

A escolha do lugar foi estratégica, já que o território caracteriza-se por colinas e estreitos vales de onde era possível o controle da costa. A área compreende três elevações: o monte do telégrafo, o monte dos Oitiseiros e o outeiro dos Guararapes, este último formado por duas colinas gêmeas, numa das quais está a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (tombada em 1938), datada do século XVII, onde ficam os restos mortais de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, heróis da Insurreição Pernambucana.



Fachada da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres.  
Foto: Sandra Bernardes Ribeiro, 2012.

A área do parque foi tombada em 1961, inscrita no Livro Histórico sob o número 334 (Processo T:0523-T-54) e o Parque Histórico Nacional dos Guararapes foi fundado em 1971, sob a guarda do Exército Brasileiro. Na vizinhança, a cerca de 500 metros, localiza-se a cabeceira das pistas do Aeroporto Internacional do Recife. Em 1965 foi promovida a desapropriação da área dos beneditinos, com 225 hectares (decreto 57.273/1965), para se implantar um parque público, sendo que 10 hectares, que correspondem à área onde está construída a igreja, pertencem aos beneditinos.

No que se refere às manifestações culturais, anualmente acontece, na primeira segunda-feira após a Páscoa, a Festa da Pitomba, como é conhecida a Festa de Nossa Senhora dos Prazeres, tradicional evento religioso realizado no Parque por ocasião da safra da pitomba, fruta tropical da região. A festa, como ocorre hoje, iniciou-se nos anos de 1970. Além dos romeiros, participa a população, principalmente do município de Jaboatão dos Guararapes, mas atrai também público de toda a região metropolitana do Recife. Promovida pela Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, é realizada anualmente no Outeiro dos Guararapes.<sup>12</sup> Caracteriza-se por ser uma das festas das mais antigas e tradicionais do Estado: a romaria remonta à época da construção da capela votiva, há aproximadamente 350 anos.

<sup>12</sup> BRASIL. *Relatório do projeto paisagístico do Parque dos Guararapes realizado pela empresa CARDUS por meio de contrato celebrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan. Recife. 2010. p. 50.*



Vista do Parque e o entorno em direção ao mar, à esquerda vista do Bairro de Boa Viagem. Foto: Sandra Bernardes Ribeiro, 2012.



Ocupação irregular no Córrego da Batalha - PHNG. Foto: Sandra Bernardes Ribeiro, 2012.

<sup>13</sup> BRASIL. *Relatório do projeto paisagístico do Parque dos Guararapes...* *Op. cit.*

Segundo o Relatório Cardus<sup>13</sup>, outro evento importante que acontece no parque, a cada dois anos, nos últimos 10 anos, é a encenação do espetáculo “Batalha dos Guararapes – Assim Nasceu a Pátria”. O espetáculo é visto por um grande público (cerca de 40 mil espectadores) e tem por objetivo preservar a memória deste acontecimento, divulgar o teatro pernambucano, levar cultura às populações de baixa renda e estimular o turismo. Nesse evento a população local se identifica e se orgulha dos fatos memoráveis ocorridos em seu território.

Ao reconhecimento do valor cultural que caracteriza a área, o Parque dos Guararapes agrega os valores ambiental e econômico, tendo em vista a área não edificada, a alta qualificação paisagística e as perspectivas visuais em função de sua topografia e localização. O entorno é marcado por excelentes mirantes da praia, Jaboatão e da cidade do Recife, permitindo a visão de edificações de baixa altura e densidade.

As ocupações da área por moradias iniciaram-se em 1940 e em 1962 cerca de 800 famílias foram remanejadas para desocupar o local onde seria ampliado o aeroporto. Mais tarde, em 1981, mais 1.800 famílias foram deslocadas das partes altas para as mais baixas. O aumento da pressão social por moradia aliado às precárias condições de fiscalização e monitoramento resultou no adensamento do assentamento. Hoje, a estimativa é de que a área possua 30 mil habitantes em 7.500 moradias.



Os moradores do Parque são, hoje, os seus principais usuários, pois utilizam a área livre como local de circulação, para prática de esportes e lazer. Existem campos de futebol informais, de diferentes tamanhos, um deles bem equipado, dotado de arquibancada, localizado no vale que separa o Morro do Oitizeiro e do Telégrafo. Áreas arborizadas também são utilizadas pela comunidade local, principalmente no trecho próximo à antiga fábrica de doces, como local para descanso, repouso, lazer. As regiões próximas da cerca de concreto que circunda o parque – construídas em 1997 pelo Exército para evitar o avanço das ocupações das áreas ainda livres do parque – constituem-se também em locais de convivência social<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> BRASIL. *Relatório do projeto paisagístico do Parque dos Guararapes...* Op. cit. p. 45.

Por outro lado, o parque é atualmente pouco frequentado por turistas e a Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, antes muito procurada para casamentos pela classe média e alta, hoje é raramente demandada para essas cerimônias. A falta de urbanização do local e de infraestrutura do parque, somada às dificuldades de acesso e segurança são motivos que inibem sua frequência.

O PHNG é objeto de práticas de preservação há mais de quatro décadas, destacando-se os investimentos para a conservação da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Quanto ao aspecto urbano, foi objeto de elaboração de projeto de requalificação em 1971, de autoria do arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti, que tinha como objetivos: dotar o parque de um ambiente contínuo, tratado na escala da paisagem, considerando sua importância histórica; obter um equilíbrio entre os equipamentos programados para o desempenho de funções cívicas, culturais, religiosas, recreativas e administrativas e a relativa exiguidade de sua área; reduzir ao indispensável as vias de circulação de veículos; distribuir os equipamentos nas áreas baixas e liberar o terreno para sua valorização paisagística<sup>15</sup>. Esse último objetivo demonstra claramente a intenção de retirar as moradias construídas, que naquela data estimava-se ser da ordem de 3.000 unidades (ver figura 1).

<sup>15</sup> PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES. *Projeto Físico*. Recife: Ministério da Educação e Cultura / Universidade Federal de Pernambuco, 1975.

O projeto paisagístico previa recompor a vegetação de capoeira e tabuleiro dos montes, criar uma vegetação de porte nos vales, na ocasião, desnudos, criar um lago na região alagada e na área originalmente de restinga (que foi ocupada), lançar um grande jardim com árvores de floração<sup>16</sup> (ver figura 2).

<sup>16</sup> PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES. *Op. cit.*, p. 22.

Foram programados os seguintes equipamentos: pavilhão de acesso, pavilhão de botânica, restaurante do lago, vestiário para esportes, camping, lanchonete, museu da restau-





Figura 2: Projeto Físico PHNG, 1975.

A referida lei previa, no prazo de noventa dias de sua publicação, a conclusão do levantamento e do cadastramento físico-social da área total tombada ou desapropriada, bem como a delimitação da área livre de ocupação humana (Art. 5º). Embora estejam estabelecidos nessa lei o direito à moradia e a preservação das áreas livres, foram elaborados somente o Plano Diretor do Parque e um projeto executivo para implantação de equipamentos de infraestrutura, em 2009. Até hoje o projeto não foi executado e os moradores não tiveram reconhecido seu direito à moradia.

### O Projeto de requalificação do parque: desafios e possibilidades

Apesar da existência de valores históricos culturais, de sua localização estratégica, vistas panorâmicas e disponibilidade de espaços livres, esses atributos ainda hoje não conferem ao Parque a sua importância de parque histórico de interesse nacional. Não há infraestrutura instalada, sinalização turística, divulgação turística cultural. Não se trata nem mesmo de um parque urbano, mas desempenha hoje o simples papel de “quintal” das comunidades que lá habitam.

A carta de Florença (1981), a Carta dos Jardins Históricos, define que “um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal, portanto vivo e como tal perecível e renovável do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público” e “por ser um monumento, o jardim histórico deve ser preservado de acordo com o espírito da



Carta de Veneza”. Estabelece-se, no artigo 8º, que “um sítio histórico é uma paisagem específica associada a um fato memorável, como por exemplo, um grande acontecimento histórico; um mito bem conhecido, um combate épico”. E “sendo um monumento vivo, a sua preservação deve ser governada pelas regras específicas que se constituem no objetivo desta carta”.<sup>19</sup> Tal entendimento é reiterado pela Carta de Juiz de Fora (2010), também conhecida como Carta dos Jardins Históricos brasileiros.

Concordamos com o Relatório Cardus, quando afirma que o PHNG é “rico em significados culturais, históricos e de natureza socioespacial, uma vez observado o processo histórico de ocupação” e que devido a sua complexidade deve ser inserido no “rol dos lugares de interesse ao turismo histórico, cultural e ambiental do país, configurá-lo como espaço de lazer metropolitano, e qualificar a sua inserção no tecido urbano na escala local da vizinhança”<sup>20</sup>.

Entretanto, para a sua efetiva implantação, é necessário um projeto de requalificação que consista ao mesmo tempo na regularização fundiária e urbanística, e na recuperação ambiental, paisagística e histórico-cultural. Esse projeto deve ter como objetivo estancar o processo de ocupações irregulares e propor a urbanização da área, valorizar os espaços verdes livres e implantar a infraestrutura necessária para que o parque histórico possa desempenhar seu papel de parque histórico urbano. Assim, poderá tornar-se um elemento estruturador da dinâmica urbana local e metropolitana, tanto para o município de Jabotão dos Guararapes quanto para a metrópole. Dessa maneira poderá atrair turistas brasileiros e estrangeiros e acima de tudo assumir de fato os valores patrimoniais que o consagraram Monumento Histórico Nacional.

O projeto de requalificação do Parque dos Guararapes deve ser desenvolvido atendendo às seguintes premissas:

1. Compatibilizar a preservação do patrimônio cultural com a gestão urbana, o que permite ações de regularização fundiária atrelada às ações de redução do impacto da ocupação existente na paisagem. Ficam assegurados os direitos à preservação cultural e à moradia.
2. Compatibilizar preservação do patrimônio cultural e política urbana. Para tal, os agentes de política urbana e da preservação do patrimônio precisam estabelecer diálogos e pactos para a efetivação de ações de qualificação.

<sup>19</sup> BRASIL. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: Iphan, 1995. p. 291-292.

<sup>20</sup> BRASIL. *Relatório do projeto paisagístico do Parque dos Guararapes... Op. cit.*

3. Implantar a proposta não encerra todas as ações para a requalificação da área, uma vez que se faz necessária a implantação do projeto do parque (existente e revisado) e da elaboração dos projetos complementares de infraestrutura urbana.

4. Realizar campanha de mobilização e sensibilização da comunidade moradora, como estratégia para garantir a efetiva participação dos beneficiários da ação, que serão parceiros na concretização das ações propostas.

Um dos maiores desafios postos à ação de preservação deste lugar histórico é a articulação entre o direito à moradia, à cidade e à memória. No caso do PHNG, a ação de regularização fundiária é o que diferencia a preservação sob a lógica do monumento para a ação urbana. Com isso, o projeto de regularização fundiária e a adequação do projeto executivo à realidade atual devem abordar aspectos relativos à dimensão urbanística, como é o caso da implantação e consolidação de acessos e trilhas; qualificação de espaços de convivência, com equipamentos adequados; requalificação de áreas verdes livres; implantação de sinalização turística e de informações do patrimônio cultural com relação à Igreja e ao parque histórico. Outro aspecto é a dimensão fundiária legal, pois deve-se indicar a instituição de Zona de Especial Interesse Social – ZEIS, por lei municipal específica para que a área seja “destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo”.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> BRASIL. Lei 11.977/09. *Op. cit.* (Inciso V, Art. 47)

A requalificação do Parque permitirá uma reflexão sobre os limites de proteção e a sua capacidade de representação do objeto histórico, além de definir parâmetros de preservação para todas as áreas que constituem o PHNG. Para concretizar esse projeto é fundamental a articulação interinstitucional, entre o poder público federal e local, uma vez que se trata de área de propriedade da União e a competência para a gestão do uso e ocupação do solo é municipal. A União, como proprietária, tem a prerrogativa de regularizar ou transferir ao município essa atribuição. Nesse caso, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) é a responsável pela gestão dos imóveis públicos federais. Em 2007, alguns entraves legais foram removidos por meio da lei 11.481, que prevê também a possibilidade de utilização de vários instrumentos de regularização fundiária que garantem o direito à moradia em terras de propriedade da União. Os moradores poderão ter a regularização fundiária das mora-

dias por meio dos instrumentos: Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Concessão especial para fins de Moradia (CUEM).

Hoje, o arcabouço legal brasileiro garante a função social da cidade e da propriedade, acrescida da propriedade pública, e fortalece a nova ordem jurídico-urbanística estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e suas regulamentações. Agora, cabe a todos os atores envolvidos nessa tarefa – gestores públicos, população e juristas – aplicar a nova legislação na realidade das cidades brasileiras. E exercitar o diálogo na procura de soluções que viabilizem a concretização de um projeto de cidade que respeite seu patrimônio cultural e ambiental e garanta o direito de todos de usufruir de moradia e de espaços urbanos com qualidade. Isso pode e deve acontecer no Parque Histórico Nacional dos Guararapes!

**George Alex da Guia** é arquiteto e urbanista, mestre em Planejamento Urbano e coordenador técnico do Sistema de Integração de Conhecimento e Gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[george.daguia@iphan.gov.br](mailto:george.daguia@iphan.gov.br)

**Sandra Bernardes Ribeiro** é arquiteta e urbanista, mestre em Planejamento Urbano e coordenadora de Qualificação e Gestão Urbana do IPHAN.

[sandra.ribeiro@iphan.gov.br](mailto:sandra.ribeiro@iphan.gov.br)

## Fordlândia e Belterra, cidades sustentáveis do século XXI?

---

*Maria Regina Weissheimer*

**T**eria sido a construção de Fordlândia e Belterra realmente um empreendimento fracassado? Ou, sob outra ótica, o legado deixado por Henry Ford na Amazônia tem a capacidade de manter atualizada a reflexão sobre a dicotomia entre a força do capital e a persistência da cultura? Superado o modelo fordiano e com o *american way of life* em baixa, um novo projeto para Fordlândia e Belterra – com foco na preservação do patrimônio cultural, na reabilitação de edificações degradadas, na adequação de habitações às condições ambientais locais, em técnicas construtivas e infraestruturas climaticamente adaptadas e energeticamente eficazes, em um modelo socioeconômico associado aos potenciais de preservação e utilização racional dos recursos naturais – poderia ser mundialmente reconhecido como ação exemplar e verdadeiramente sustentável. O presente artigo faz parte do Parecer Técnico para o reconhecimento de Belterra e Fordlândia como patrimônio cultural brasileiro, cujo processo de tombamento nº. 1.311-T-90 vem sendo instruído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

## Fordlândia et Belterra, des villes durables du XXI<sup>e</sup>. siècle?

---

**L**a construction de Fordlândia et de Belterra aurait-elle été en fait une entreprise ratée? Ou, sous une autre optique, l'héritage laissé par Henry Ford en Amazonie est-elle capable de garder l'actualité de la réflexion sur la dicotomie entre la force du capital et la persistance de la culture? Le modèle fordien dépassé et l'*américain way of life* en baisse, un nouveau projet pour Fordlândia et Belterra se présente ici: centré sur la préservation du patrimoine culturel, sur la restauration des immeubles dégradés, sur l'adéquation des habitations aux conditions de l'environnement, avec des techniques de construction et d'infrastructure adaptées aux climats et encore efficaces du point de vue énergétique, conformément à un modèle socio-économique associé aux potentialités de la préservation et de l'utilisation rationnelle des ressources naturelles. Suivant ce projet, il se peut que ces villes soient un jour reconnues mondialement comme des entreprises exemplaires et véritablement durables. Cet article rappelle l'Avis Technique pour la reconnaissance de Belterra et de Fordlândia comme des patrimoines culturels brésiliens, dont le procès n. 1.311-T-90 en démarche est instruit par l'Institut du Patrimoine Historique et Artistique National – IPHAN.

A criação de Fordlândia e Belterra, no Estado do Pará, constitui, sem dúvida, um dos capítulos mais marcantes e emblemáticos da história brasileira, e sua origem está intimamente vinculada à história da indústria mundial e do desenvolvimento do capitalismo no século XX. O Brasil já havia perdido o posto de maior produtor mundial de borracha – que manteve entre o início do século XVIII e o final do XIX –, quando o industrial Henry Ford, uma das personalidades mais importantes e influentes daquele momento, resolveu investir em uma grande plantação de borracha no meio da Floresta Amazônica, com o pretexto de tornar autossuficiente a sua linha de produção automobilística. O látex era, até então, o único recurso natural utilizado na produção de peças e componentes necessários à fabricação de automóveis ainda não dominado por Ford. Desde que, em 1876, cerca de 70 mil sementes de *Hevea brasiliensis* foram contrabandeadas da Amazônia para os Reais Jardins Botânicos de Londres pelo botânico inglês Henry Wickham, as colônias britânicas, francesas e holandesas do Sudeste Asiático haviam passado a ser as maiores produtoras mundiais de látex.

Em 1923, o Governo Americano investiu cerca de 500 mil dólares “para investigar e relatar as possibilidades de desenvolver plantações de borracha nas Filipinas e América Latina com despesas a correrem por conta dos orçamentos dos Departamentos de Guerra e da Agricultura”. Logo que a notícia se espalhou, houve uma disputa entre os governos dos estados do Amazonas e do Pará oferecendo benefícios que visavam facilitar a instalação dos americanos em terras amazonenses e paraenses. Em 7 de março do mesmo ano, o Governador do Amazonas telegrafou: “[...] à união Pan-americana oferecendo garantias e facilidades às empresas que desejassem explorar a indústria da borracha e outros recursos, no Amazonas”.<sup>1</sup> Embaixada, ministérios, deputados, governo central, todos foram envolvidos nas negociações. O Pará, entretanto, correu na frente, e obteve o apoio do Governo Federal. Ao mesmo tempo em que o Amazonas se correspondia diretamente com os americanos, o Pará o fazia através da embaixada brasileira nos Estados Unidos, que publicou a seguinte nota nos jornais norte-americanos: “[...] o Estado do Pará oferece, com garantia do Governo Federal, aos fabricantes norte-americanos, a exploração das plantações em terras públicas, que são as maiores e melhores fontes da borracha.”

A nota informava ainda que no Pará se produzia a “melhor borracha do mundo” e que nas mesmas terras se poderia desenvolver a produção pecuária em larga escala,

<sup>1</sup> DE LAMONICA, Marcus. *A Companhia Ford Industrial do Brasil*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1988.

também com facilidades para a exploração de madeira e minérios, oportunidades para empresas ferroviárias e para geração de “milhares de cavalos de energia elétrica” a partir das imensas quedas d’água da região. Aos imigrantes seria facilitado também o acesso à propriedade da terra.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> DE LAMONICA, Marcus. *Op. cit.*

A partir dessas negociações, foi organizada a “American Rubber Mission”, cuja equipe foi composta por peritos norte-americanos e brasileiros, que empreenderam viagem de estudos por rios da Amazônia brasileira, equatoriana, boliviana e colombiana, com o intuito de diagnosticar com precisão as reais condições para plantação de borracha em larga escala. Foi considerando os apontamentos deste documento que, em meados de 1925, Henry Ford decidiu instalar no Brasil, às margens do rio Tapajós, o seu empreendimento para produção de látex.

*Era julho de 1925 e Firestone havia se empenhado pessoalmente numa campanha para frustrar o cartel britânico de borracha proposto por Winston Churchill. Durante décadas a indústria americana tinha importado borracha, com poucos problemas, de colônias europeias, predominantemente britânicas, no Sudeste da Ásia. Mas quando os preços começaram a cair em 1919, Churchill, então secretário de Estado para as Colônias, aprovou uma proposta para regular a produção de borracha bruta, a fim de assegurar que a oferta não ultrapassasse a demanda.*

*O homem que em pouco tempo seria presidente [Herbert Hoover] acreditava que o fornecimento de borracha da América era o ponto de estrangulamento da indústria, em muitos aspectos mais crítico do que o petróleo. Este podia ser encontrado em campos na Pensilvânia, em Oklahoma, no Texas e na Califórnia, bem como no México e na Venezuela, dentro do alcance das canhoneiras americanas. Mas a borracha vinha do outro lado do mundo, de plantações britânicas, holandesas e francesas do Sudeste da Ásia. [...] O secretário de Comércio recomendou que os fabricantes americanos investissem na produção de borracha na América Latina e financiassem expedições científicas à Amazônia para compensar os custos de pesquisa. Porém, os líderes empresariais, em sua maioria, reagiram com indiferença ao alarme de Hoover. Com exceção de Harvey Firestone e Henry Ford.<sup>3</sup>*

<sup>3</sup> GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. p. 35.

Este teria sido o fator decisivo para que Ford colocasse em curso o projeto de ter a sua própria plantação de borracha.

*Depois de terminado o almoço, Ford chamou Liebold à parte: “Descubra”, sussurrou ele para seu assessor, “qual é o melhor lugar para se cultivar borracha”.<sup>4</sup>*

<sup>4</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.* p. 39.



Em 1927, após todas as negociações com o governo brasileiro, foram concedidos 1 milhão de hectares de terras às margens do Tapajós à Cia. Ford Industrial do Brasil, com todas as isenções fiscais e facilidades que se poderiam obter não só para o plantio da *Hevea*, mas também para a exploração das terras através da pecuária, da mineração, do corte de madeira e da produção energética.

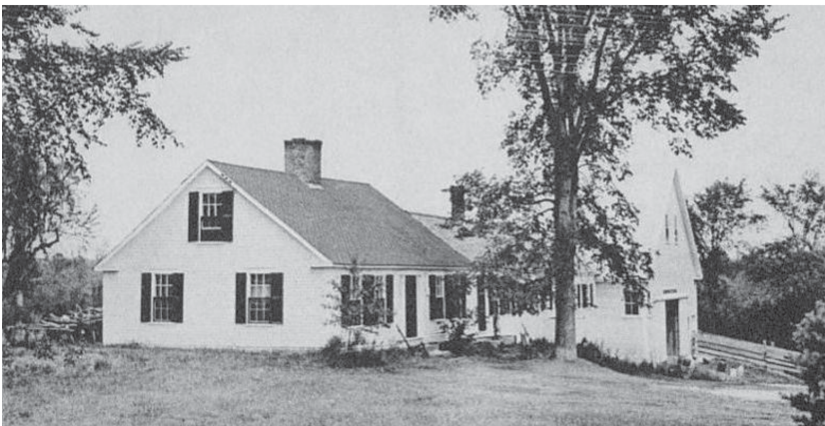
Fordlândia e Belterra fizeram parte, no contexto mundial, de uma série de “cidades americanas” construídas na América Latina por grandes indústrias visando a autossuficiência na produção da matéria prima necessária para a fabricação de seus produtos.

*No auge do boom da banana dos anos 1920, podia-se percorrer Guatemala, Costa Rica, Panamá, Honduras, Cuba e Colômbia sem deixar por um momento propriedades da United Fruit Company, viajando em seus trens e navios, passando por seus portos, ficando em suas muitas cidades com ruas arborizadas e amenidades modernas, num hotel ou casa de hóspedes da empresa, jogando golfe, assistindo a um filme de Hollywood em um dos cinemas e, se necessário, sendo atendido no hospital local.<sup>5</sup>*

<sup>5</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.* p. 28.

A história de Fordlândia e de Belterra é também uma história de contradições e coloca em pauta questionamentos incrivelmente atuais sobre os limites do poder do capital frente a condições naturais e culturais peculiares. Por trás do projeto capitalista de Henry Ford – talvez a personalidade mais paradoxal de todo este contexto – estava também um

ambicioso projeto civilizatório. Henry Ford acreditava intensamente que o trabalho dignifica o homem e – diferentemente da maior parte das multinacionais da atualidade – também achava que era preciso dar condições reais para que os trabalhadores, ao final, obtivessem condições financeiras para adquirir os produtos que eles próprios fabricavam. Também



Exemplo de casa estilo Cape Cod. Residência Hartford, Bridgton, Maine, 1920. Reproduzida no original a partir de um cartão postal publicado por H. J. Burroughs Company, Portland, Maine, EUA. Imagem: [en.wikipedia.org](http://en.wikipedia.org), acesso em julho/2012.



Casa de operário em Fordlândia. Imagem: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)

apostava na “qualidade de vida” do trabalhador como fator de estímulo ao trabalho. Uma casa com jardim, uma vida social ativa, atendimento médico para a família e boa educação aos filhos compensariam as horas de movimento repetitivo e a monotonia que caracterizava o trabalho nas linhas de produção.

Com o lançamento do seu famoso “modelo T”, Ford conseguiu, ao mesmo tempo e em uma equação inversamente proporcional, reduzir os custos e aumentar a produção. Seu engenhoso mecanismo de especialização e fracionamento das etapas de produção, que ficou conhecido como *fordismo*, transformou a história mundial da indústria.

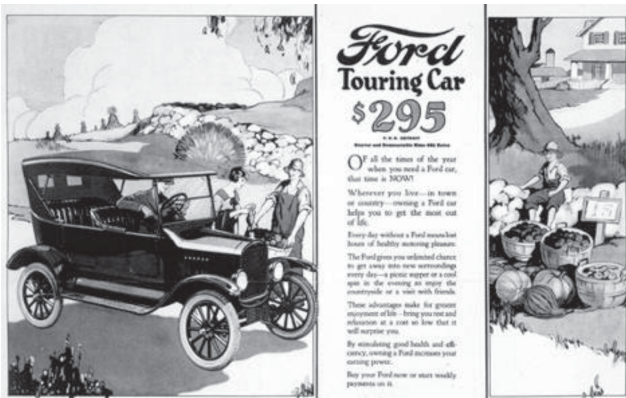
Ford já havia construído uma série de cidades-modelo na Península Superior e no baixo Michigan, nos Estados Unidos, quando “projetou” Fordlândia (e, junto com ela, outras duas novas cidades: Muscle Shoals e Greenfield Village, esta última uma “cidade museu”, que permanece até hoje como atrativo turístico no estado americano do Michigan<sup>6</sup>).

Além de um projeto industrial, tratava-se também de exportar o *american way of live* para os países subdesenvolvidos, levando a “civilização” e, mais que isso, a salvação, aos povos do terceiro mundo.

“O que as pessoas do interior do Brasil precisam”, declarou ele no início do projeto, “é ter sua vida econômica estabilizada por meio de retornos justos para o seu trabalho, pagos em dinheiro, e que seu modo de vida seja transformado para padrões modernos em saneamento e na prevenção e cura de doenças”. Esta fórmula funcionava em Michigan e Ford não via nenhuma razão pela qual ela não pudesse ser exportada para o Brasil.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Ver: <http://www.thehenryford.org/village/index.aspx>

<sup>7</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.* p. 29.





Vista aérea de Fordlândia em 1933. Imagem: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)

Ford estava convicto do poder de salvação do modelo de vida americano que adaptou para suas cidades industriais e é notável que, mesmo atravessando uma crise econômica mundial sem precedentes na história, agravada ainda mais pela eclosão da Segunda Guerra Mundial e pelos problemas enfrentados desde o desembarque dos americanos no Tapajós, tenha mantido durante quase duas décadas os investimentos em Fordlândia e depois em Belterra.

*A estruturação da Companhia Ford Industrial do Brasil (eis a razão social do empreendimento), [...] foi caracterizada pela utilização de avançados mecanísmos, pelo modernismo dos equipamentos de infraestrutura (residências, hospitais, escolas, fontes de energia, etc.), por relações capitalistas de produção e por uma divisão aprofundada do trabalho interno. Caracterizou-se, também, de um lado, pela ausência de capital social básico na região, pela falta de conhecimento científico da natureza específica da Amazônia e, assim, pela ausência do conhecimento técnico para o plantio local da seringueira; de outro, pela falta de um mercado de trabalho nas proporções requeridas e pela impossibilidade de conduzir processos formadores desse mercado.<sup>8</sup>*

<sup>8</sup> ASSIS COSTA, Francisco de. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000. p. 44.

Por outro lado, audácia e boa dose de prepotência marcaram a instalação das plantações de seringueiras e das duas cidades em meio à floresta. Para Ford (e para os industriais americanos da época), tudo poderia ser comprado (e conquistado) com dinheiro. Nada, nem a floresta, era invencível à força e ao poder do capital.

O curto período de existência sob o comando americano (1928-45) foi, contudo, marcado por dificuldades que não haviam sido previstas, consumindo recursos consideráveis da Companhia, sem que fosse possível conquistar o resultado almejado. Diversos fatores, de cunho global (a crise econômica mundial, a Segunda Guerra e, por fim, a descoberta do meio de produção de borracha a partir do

petróleo) e local (a absoluta falta de conhecimento dos americanos sobre o trato com a terra, a resistência e inadaptabilidade dos funcionários brasileiros às imposições da empresa e o irremediável “mal das folhas”<sup>9</sup>) contribuíram para o insucesso, do ponto de vista do capital americano, do empreendimento.

<sup>9</sup> O chamado “mal das folhas” ou praga das folhas é provocado por uma espécie de fungo (*Microcyclus ulei*), que ataca as folhas das seringueiras. É considerado o principal predador das seringueiras na América do Sul e Central, dificultando seu monocultivo.

*A experiência de Ford mostrou, com clareza, como a lógica do “capitalismo civilizado” (apologismo frequentemente empregado quando se pretende ser críticos da nossa realidade, descrevendo-a como um “capitalismo selvagem”) altera-se sistematicamente, cedendo lugar, nos trópicos, à simples racionalidade capitalista [...]*<sup>10</sup>

<sup>10</sup> ASSIS COSTA, Francisco de. *Op. cit.* p. 45.

Os esforços de adaptação às condições da floresta incluíam não apenas o desenvolvimento de soluções técnicas apropriadas, mas também o amoldamento do *american way of live* ao modo de vida do caboclo e do camponês da região. Esta fórmula, com poucas adaptações à vida amazônica, tornou praticamente impossível a subsistência das plantações e demais estruturas fabris das cidades por falta de mão-de-obra. Reside aí um dos aspectos mais importantes deste capítulo da história que, de certa forma, trata de uma “maneira brasileira” de ser – não totalmente submissa, malandra às vezes, mas sobretudo com tradições e costumes fortes e consolidados, intimamente ligados ao *locus* que habita.

Do ponto de vista habitacional, Fordlândia, e depois Belterra, reproduzia o velho modelo de cidade industrial, com hierarquias bem definidas segundo postos de trabalho, expressas nas próprias tipologias arquitetônicas e no desenho urbano, reforçando a segregação entre chefes e operários.

*Os trabalhadores solteiros viviam em galpões coletivos ou em aldeias como Pau d’Água, ao longo da periferia da plantação. Alguns foram residir do outro lado do rio, na ilha de Urucurituba, e remavam até o trabalho todas as manhãs. A maioria dos trabalhadores casados viviam na sempre crescente “aldeia nativa” que se estendia ao longo da margem do rio. [...] Os trabalhadores mais bem remunerados [...] viviam em casas um pouco melhores, muitas vezes feitas de madeira, mas também com tetos de palha e piso de terra.*<sup>11</sup>

<sup>11</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.* p. 194.

*Ainda mais longe do rio ficavam as “modernas casas de madeira” que Oxholm havia construído para os funcionários americanos, com varandas e jardins inclinados, numa rua larga com manguieras, calçadas e iluminação pública. Essas residências ficavam em um ponto alto sobre uma curva do rio a pouco mais de dois quilômetros da doca,*



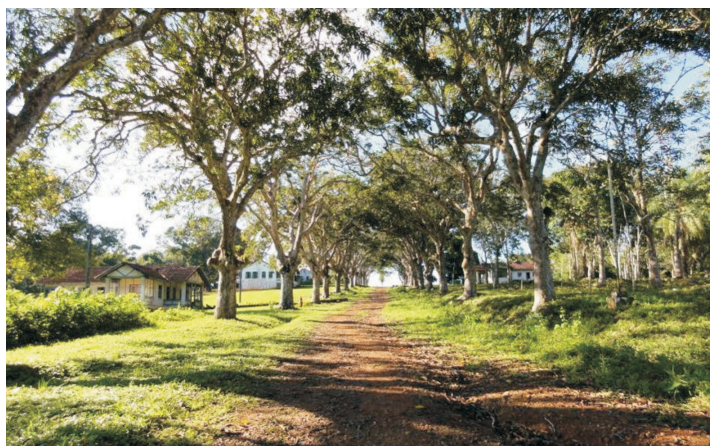


Piscina da Vila Americana em Fordlândia na década de 1930.  
Imagem: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)

<sup>12</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.*  
p. 200.

soluções técnicas absolutamente adaptadas às condições ambientais locais. Contudo, para os americanos e para Ford em especial – que nunca chegou a visitar Fordlândia e, muito provavelmente, não conseguia imaginar o que era o clima tropical – esta solução não era adequada aos padrões da empresa e mandou que as construções com teto de palha fossem substituídas por modelos padrão no estilo americano.

<sup>13</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.*  
p. 276.



Vista atual da Vila Americana em Fordlândia. (junho/2012).  
Foto: Maria Regina Weissheimer

e tinham uma ótima vista em duas direções do Tapajós. Dentro de poucos anos aquele bairro teria um clube onde os homens poderiam jogar cartas, um hotel para convidados, uma quadra de tênis e uma piscina, um cinema e um campo de golfe.<sup>12</sup>

Nos primeiros meses, quando os americanos recém-chegados tentavam colocar – às vezes sem muito sucesso – o projeto em prática, as casas operárias e alojamentos foram construídos obedecendo aos padrões da região: chão de terra batida e teto de palha,

*As casas, projetadas por Michigan, provaram-se totalmente inadequadas para o clima da Amazônia. Os brasileiros objetaram contra as telas nas janelas que os dirigentes da Ford insistiam que fossem usadas, por acreditarem que serviam não para manter os insetos fora das casas, mas sim dentro delas. Os moradores da Amazônia também preferiam o piso de terra batida, mais fresco que o de madeira ou concreto. [...]*

*Os tetos de metal revestidos de amianto, escolhidos pelos engenheiros da Ford para repelir os raios solares, na verdade retinham o calor dentro das casas. “As casas dos trabalhadores eram mais quentes que o inferno”, lembrou um padre que trabalhou em Fordlândia. “É incrível que alguém construía uma casa daquelas nos trópicos.” [...] Elas pareciam “projetadas por arquitetos de Detroit que provavelmente não conseguiam imaginar uma terra sem neve”.<sup>13</sup>*

## Infraestrutura urbana exemplar

Apesar das dificuldades enfrentadas nos primórdios, da ignorância dos americanos em relação às especificidades da selva (especialmente da sua presunção de achar que poderiam prescindir das orientações e do conhecimento dos moradores da região sobre as condições naturais do lugar) e também da resistência dos habitantes locais a adaptar-se às imposições feitas pela Companhia Ford, Fordlândia, e depois Belterra, foram cidades exemplares, dotadas de instalações mais modernas do que qualquer outra cidade brasileira na época. Conta-se que teria sido realizado no hospital de Fordlândia o primeiro procedimento cirúrgico do Brasil. Nenhum outro lugar possuía tão moderna e eficiente infraestrutura de geração e abastecimento de energia, captação e distribuição



Casa na Vila Americana de Belterra. Imagem: Chikaoka

de água ou de telecomunicação. Até hoje, muitas das cidades brasileiras nunca possuíram (e demorarão a conhecer) as mesmas condições que existiram em Fordlândia e Belterra. O mesmo já não se pode falar na atualidade, pois há muito tempo Belterra, e especialmente Fordlândia, já não contam com uma mínima fração das estruturas e serviços oferecidos na “época da Ford”.

*No decorrer de quase duas décadas, Ford gastaria dezenas de milhões de dólares financiando não uma, mas, depois que a primeira plantação foi devastada por uma praga, duas cidades americanas, com praça central, calçadas, encanamento, hospitais, gramados bem cuidados, cinemas, piscinas, campos de golfe e, é claro, carros dos modelos T e A rodando pelas ruas pavimentadas.<sup>14</sup> Décadas de chuva apagaram o logotipo da Ford, mas na época de sua construção a torre era a mais alta estrutura*

<sup>14</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.* p. 22.



feita pelo homem na Amazônia, salvo por um par de chaminés, hoje destruídas, que pertenciam à usina de força. Ela era a joia da coroa do elaborado sistema de água que bombeava diariamente quase 1.900 metros cúbicos de água filtrada e clorada tirada do rio para a cidade, a plantação e a fábrica de gelo. Quilômetros de canos enterrados alimentavam pias e vasos sanitários, esgotos levavam os resíduos domésticos e hidrantes contra incêndios – ainda hoje uma novidade até nas maiores cidades latino-americanas – salpicavam as calçadas da cidade. O sistema de água era acionado por uma instalação elétrica composta de caldeiras, geradores, turbinas e motores retirados de navios da marinha aposentados alguns anos antes; a Ford foi a pioneira em reciclagem industrial.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> GRANDIN, Greg. *Op. cit.* p. 23.



Vistas da Vila Operária em Fordlândia. Imagens: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)



Imagem atual da Vila Operária (junho/2012). Foto: Maria Regina Weissheimer



Imagem atual da Vila Operária (junho/2012). Foto: Maria Regina Weissheimer

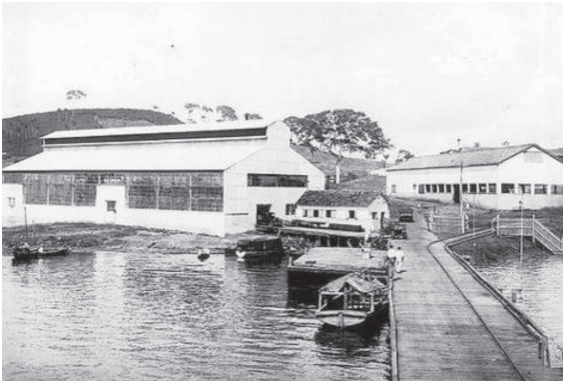


Os antigos barracões destinados à moradia dos operários solteiros em Fordlândia (junho/2012). Foto: Maria Regina Weissheimer





Vista geral de uma das Vilas Operárias de Belterra. Vila Operária em Belterra. Imagens: Chikaoka



Imagens: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br) e Maria Regina Weissheimer



Antiga Serraria de Fordlândia na década de 1930. Imagem: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)

## Duas cidades americanas em meio à Floresta Amazônica

Em Fordlândia foi impossível obter o sucesso pretendido no plantio de seringueiras. O terreno escolhido (inclinado, próximo ao rio) não era adequado para o desenvolvimento da planta, assim como a técnica empregada pelos americanos não funcionava para domar a *Hevea* nativa.

As dificuldades enfrentadas com as plantações em Fordlândia (acentuadas também por seu acesso difícil, pois ficava a mais de 15 dias de barco da maior cidade mais próxima que era Santarém), fizeram com que, em 1934, a Cia. Ford permutasse uma área equivalente a 281.500 hectares por um terreno mais plano e mais adequado ao plantio da seringueira, próximo a Santarém e acesso facilitado. A partir daquele ano, deu-se início à construção da segunda cidade de Ford na Amazônia: Belterra.

Em setembro 1939 o sanitarista Gastão Cruls faz uma visita a Belterra e seus relatos de viagem compõem artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia daquele ano:



Hospital de Fordlândia na década de 1930. Imagem: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)



Hospital de Fordlândia na década de 1930 e estado atual do Hospital de Fordlândia (junho/2012). Fotos: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br) e Maria R. Weissheimer



Vista atual da caixa d'água, à esquerda, e antiga serraria, à direita.  
Foto: Chikaoka

*Só pode ser de surpresa e encanto a impressão de quem, do porto de Pindobal e através de uma magnífica estrada de rodagem, ao fim de 12 quilômetros de suave aclive, vencidos rapidamente de auto, chega a uma verdadeira cidadezinha em que todas as construções – escritório central, almoxarifado, hospital, escola, igreja, habitações particulares, casa de hóspedes – feitas de madeira e obedecendo a um mesmo tipo, perfeitamente adaptado ao clima da região, são amplas, claras e alegres. É desse centro que se irradiam varias estradas conducentes não só às outras instalações da Companhia, tais a usina elétrica, a serraria, o novo porto em construção, como ainda às grandes áreas do plantio, o que tudo podemos ver e examinar detidamente graças à gentileza do Snr. C. A. Pringle, superintendente geral das plantações e Dr. D. Kenneth Waddell, médico chefe da Companhia.<sup>16</sup>*

<sup>16</sup> CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano I, n.º. 4, 1939. p. 5.

## O fim da “Era Ford” e as lembranças dos “bons tempos”

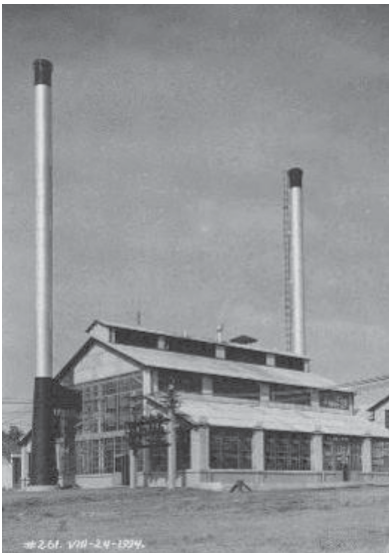
Nos últimos anos, a partir da construção de Belterra, as técnicas de enxertia vinham dando resultados e não se poderia falar, do ponto de vista científico e do desenvolvimento da técnica de cultivo da *Hevea*, que a experiência tenha sido um completo fracasso.

Do ponto de vista do capital, contudo, e especialmente a partir do olhar de Henry Ford II, neto de Henry Ford que em 1943 assumiu o comando da empresa, não fazia mais nenhum sentido manter Belterra e Fordlândia. Assim, o ano de 1945 marcou o fim da “Era Ford” na Amazônia.



Até hoje os moradores mais antigos lembram-se do dia em que os americanos juntaram suas coisas e despediram-se dizendo que estavam retornando para sua casa. A partir de então, deu-se início a décadas de imbróglis administrativos e incertezas sobre a destinação de terras e bens imóveis que perduram até os dias atuais.

Para os habitantes locais, Fordlândia e Belterra continuam servindo de referência, para o bem e para o mal, de um período que, apesar dos problemas, trouxe inúmeros benefícios à população. Nunca, em nenhum outro período da história, antes ou depois da Ford, foram tão palpáveis e reais os benefícios advindos de uma infraestrutura urbana de qualidade, uma moradia digna (mesmo com os problemas de adaptação climática apresentados), de bons serviços de abastecimento de água, luz e telefone, ou de atendimento médico e formação escolar. É incrível perceber as eternas contradições que persistem nos depoimentos e até mesmo no modo de vida das duas cidades. Vive-se uma eterna nostalgia dos “tempos da Ford”.



Fotos antigas de Fordlândia e Belterra. Da esquerda para a direita, a antiga Usina de Energia de Fordlândia e uma rua residencial de Belterra. Imagens: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)

## O futuro de Fordlândia e Belterra

Considerando o debate atual em torno do tema sustentabilidade, questão duplamente debatida no panorama mundial a exemplo de eventos internacionais como o



Rio+20 – a efetivação de um projeto de requalificação e reestruturação de Fordlândia e Belterra, com ênfase no desenvolvimento de atividades econômicas voltadas ao turismo, à pesquisa científica e ao potencial de produção agrícola, incluindo ações de capacitação profissional (especialmente direcionadas aos moradores da região – que inclui os municípios de Santarém, Aveiro e Itaituba) – parece ser uma proposta viável e compatível com as vocações e especificidades da região.

Atualmente, dezenas de turistas estrangeiros, especialmente americanos, visitam a Amazônia e são atraídos pela história de Fordlândia. Falta muito pouco para que o turismo constitua-se, de fato, em uma das alternativas econômicas mais significativas da região.



Plantação de seringueiras em Belterra, 1935. Imagem: [www.fordlandia.com.br](http://www.fordlandia.com.br)

A própria história da construção de Fordlândia e Belterra deveria servir de mote para o desenvolvimento de uma série de programas e projetos que tenham como objetivo o desenvolvimento de propostas alternativas para a produção de látex, de energia limpa, para o uso sustentável da madeira ou para o desenvolvimento de soluções arquitetônicas ambientalmente adequadas e energeticamente eficientes.

Projetos como o “Minha Casa Minha Vida”, um dos carros-chefes da atual gestão do Governo Federal, tem, sistematicamente, ignorado questões locais específicas em prol de uma padronização de construções que, pretensamente, implicaria em redução de custos da construção. As-

sim, espalham-se pelo Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, imensos conjuntos habitacionais de baixa-renda, construídos com recursos públicos e caracterizados pela abstração total do lugar. Não possuem qualquer correspondência com nenhuma linguagem arquitetônica regional nem sequer com as condições ambientais (climáticas, especialmente) locais. As técnicas construtivas e os materiais empregados visam, tão somente, o baixo custo da construção e, na avassaladora maioria dos casos, não há proposta urbanística coerente, resultando em uma paisagem amorfa, com séries inimagináveis de construções indistintas entre si e organizadas especialmente a partir da utilização de modelos urbanos que não propiciam o engrandecimento das relações humanas. Inúmeros foram – e continuam sendo – os potenciais projetos de desenvolvimento de modelos arquitetônicos e urbanísticos sustentáveis, adaptados às condições locais de temperatura, umidade, tipo de solo e mesmo ao modo de vida tradicional das regiões, que poderiam fazer com que programas de investimentos federais despontassem como os principais polos desenvolvedores de pesquisas de novos materiais, novas tecnologias, descoberta de novos mercados, formação e qualificação de mão de obra regional e da tão sonhada sustentabilidade. Neste sentido Belterra e Fordlândia guardam características e especificidades que se enquadrariam perfeitamente em um projeto com foco no tema da sustentabilidade, tirando partido da própria história de construção das cidades, inicialmente marcada pela ignorância (e arrogância) norte-americana em relação às especificidades culturais e naturais do Tapajós e, aos poucos, adaptada ao contexto de vida local.

Tanto em Belterra quanto em Fordlândia está latente o imenso potencial turístico e também de construção de centros de referência articulados com universidades e escolas técnicas. Nos dois casos, é fundamental o envolvimento da população local, por uma série de fatores que vão desde a sustentabilidade econômica local até a valorização das pessoas, das tradições e da história do lugar. Diversos são os depoimentos que demonstram a vontade que os moradores têm em continuar vivendo nestes núcleos. Inúmeros são os sonhos de um futuro melhor. Em Fordlândia, por exemplo, o IPHAN manteve contato<sup>17</sup> com um pedreiro que morava em uma das casas da Vila Americana e que, em virtude da natureza do seu trabalho e também de certa curiosidade e respeito pela história local, disse conhecer profundamente o sistema construtivo, as instalações hidráulicas e elétricas das edificações da época Ford. Em qualquer ação minima-

<sup>17</sup> Visita técnica realizada em maio de 2012.

mente sensível para as questões locais, este pedreiro deverá ser valorizado como peça-chave durante a elaboração de projetos de restauro e readequação dos espaços.

Fordlândia e Belterra deveriam ser alvo de um projeto global e exemplar de reabilitação urbana e valorização do patrimônio cultural em sua máxima expressão. A existência de um grande número de edificações vazias – muitas em estado bastante precário, mas todas com enormes referências à história e à cultura local – é, mais que um problema de gestão, um grande potencial de futuro.

**Maria Regina Weissheimer** é arquiteta e urbanista e integrante do corpo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[maria.regina@iphan.gov.br](mailto:maria.regina@iphan.gov.br)



# Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola

## Áreas de concentração

Engenharia de água e solo  
Mecanização agrícola  
Engenharia agroambiental

## Linhas de pesquisa

Tecnologia e manejo de sistemas de irrigação e drenagem  
Água no sistema solo-planta-atmosfera  
Manejo e conservação da água e do solo em sistemas agrícolas  
Projeto e utilização de máquinas agrícolas  
Relação solo-máquina-planta  
Fatores humanos em sistemas agrícolas  
Tecnologia e gestão da aplicação de insumos na agricultura  
Modelagem aplicada à agricultura  
Engenharia ambiental de agroecossistemas  
Bioprocessos e bioprodutos aplicados à agricultura  
Biodiversidade e agricultura

ppgea@ufsm.br - www.ufsm.br/ppgea - 55 3220 8158  
Prédio 42 - Sala 3325 - Campus Universitário  
Camobi - Santa Maria

